

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

Joyce Rodrigues Silva Gonçalves

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: memórias de mulheres sobre a Segunda
Guerra Mundial**

BELO HORIZONTE, 2022

Joyce Rodrigues Silva Gonçalves

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: memórias de mulheres sobre a Segunda
Guerra Mundial**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras. Área de Concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada. Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural (LHMC). Orientador: Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen

BELO HORIZONTE, 2022

G635n Gonçalves, Joyce Rodrigues Silva.
Narrativas autobiográficas [manuscrito] : memórias de
mulheres sobre a Segunda Guerra Mundial / Joyce Rodrigues
Silva Gonçalves. – 2022.
209 f., enc.: il., color.

Orientador: Elcio Loureiro Cornelsen.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 192-202.
Anexos: f. 203-207.

1. Mulheres e literatura – Teses. 2. Literatura e a guerra –
Teses. 3. Autobiografia – Escritoras – Teses. 4. Memória na
literatura – Teses. I. Cornelsen, Elcio Loureiro. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 809

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese intitulada *Narrativas autobiográficas: memórias de mulheres sobre a Segunda Guerra Mundial*, de autoria da Doutoranda **JOYCE RODRIGUES SILVA GONÇALVES**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras: Estudos Literários.

Área de Concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Doutorado

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen - FALE/UFMG - Orientador

Profa. Dra. Luiza Santana Chaves Miconi Ferreira - CP/UFMG

Prof. Dr. Evaldo Balbino da Silva - CP/UFMG

Profa. Dra. Ivete Lara Camargos Walty - PUC/MG

Profa. Dra. Rosani Úrsula Ketzner Umbach - UFSM

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ivete Lara Camargos Walty, Usuário Externo**, em 02/02/2022, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Santana Chaves Miconi Ferreira, Vice diretor(a)**, em 02/02/2022, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elcio Loureiro Cornelsen, Professor do Magistério Superior**, em 03/02/2022, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evaldo Balbino da Silva, Coordenador(a) administrativo(a)**, em 07/02/2022, às 22:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Orlando de Oliveira Dourado Lopes, Coordenador(a)**, em 09/02/2022, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosani Úrsula Ketzer Umbach, Usuária Externa**, em 10/02/2022, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1202250** e o código CRC **A595B43A**.

Para meus pais e meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que está sempre comigo a cada passo e a cada projeto meu. Obrigada, Senhor, por me permitir chegar até aqui;

Aos meus pais, “d. Lia e Seu Ataliba”, pelo incentivo, torcida e apoio constantes;

Aos meus irmãos, Adão e Isaac, por acreditarem que eu seria capaz de concluir esta tarefa;

Aos meus filhos, Kawan e Hillary, meus amores mais profundos e incondicionais, minhas motivações diárias;

Ao meu esposo, Tiago, pelo suporte;

Ao professor Elcio Cornelsen, pelo acolhimento no PósLit, por aceitar orientar esta Tese, pela gentileza e pela maestria com que conduziu a orientação em cada etapa desta pesquisa;

Aos membros da Banca de Qualificação, professora Ivete Walty e professor Evaldo Balbino, pelos apontamentos valiosos para que eu pudesse concluir este trabalho;

À professora Denise Borille de Abreu, pela leitura atenta do Material de Qualificação e pelas observações interessantes que sinalizou;

À professora Constância Duarte, pela leitura cuidadosa do meu projeto inicial e atenção para com minha proposta de pesquisa desde o início do curso do doutorado, a quem recorri mais de uma vez quando precisei de direcionamentos importantes;

Ao meu amigo Evaldo, pelas leituras compartilhadas, pelos comentários críticos e sugestões ao longo da trajetória do doutoramento;

Aos meus alunos, orientandos e colegas de trabalho do Centro Pedagógico da UFMG, em especial aos companheiros do Núcleo de Letras;

À Universidade Federal de Minas Gerais, pelo amparo à pesquisa através da concessão do afastamento do trabalho docente para qualificação durante 48 meses, que possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente a este trabalho de pesquisa;

“A vila de minha infância depois da guerra era feminina. Das mulheres. Não me lembro de vozes masculinas. Tanto que isso ficou comigo: quem conta a guerra são as mulheres. Choram. Cantam enquanto choram.” (ALEKSIÉVITCH, A guerra não tem rosto de mulher, 2016).

RESUMO

Este trabalho de pesquisa se propõe analisar como as escritas de si, como o diário íntimo, as memórias autobiográficas e a autoficção possibilitam a representação do sujeito mulher no contexto da Segunda Guerra Mundial, de modo individual, social e historicamente nos ambientes em que viveram as autoras estudadas e as mulheres ali retratadas. As autoras e suas respectivas obras selecionadas nesta pesquisa são: Anne Frank, *O diário de Anne Frank*, de 1947; Eva Schloss, *A história de Eva*, de 1988, e *Depois de Auschwitz*, de 2013; e Svetlana Aleksievitch, *A guerra não tem rosto de mulher*, de 1985. Os principais embasamentos teóricos desta proposta são textos que privilegiam a escrita do “eu” e do testemunho, especialmente as memórias traumáticas. Nesse sentido, são utilizadas como referências as proposições de Lejeune, Foucault, Freud, Blanchot, Agamben, Todorov, Adorno, Butler, Suleiman, Bosi, entre outros. Já as ideias relativas à história e à memória coletiva são pautadas pelos estudos de Halbwachs, Ricœur, Nora, Pollak e Le Goff. Em relação aos estudos de gênero e a escrita da mulher, são utilizados textos de Lúcia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão, no diálogo com a psicanálise, embora esse não seja o principal enfoque nas análises. Na perspectiva cultural da escrita de mulheres, são referências as obras de Simone de Beauvoir, Judith Butler, Elisabeth Badinter, Heloisa Buarque de Holanda, Teresa de Lauretis, e Virginia Woolf. Como suporte para os estudos culturais nas narrativas de memórias são referência os textos de Stuart Hall e Homi Bhabha.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias. Mulheres. Guerra. Testemunho. Trauma.

ABSTRACT

This research work aims to analyze how the writings of “myself”, such as the intimate diary, autobiographical memories and self-fiction enable the representation of the woman in the context of the Second World War, individually, socially and historically in the contexts in which they lived. The female authors and their respective works selected for this research are: Anne Frank, *The Diary of Anne Frank*, 1947; Eva Schloss, *Eva’s Story*, 1988, and *After Auschwitz*, 2013; and Svetlana Aleksievitch, *The Unwomanly Face of War*, 1985. The main theoretical foundations of this research project are texts that privilege the writing of “myself” and testimony, especially traumatic memories. In this case, Lejeune, Foucault, Freud, Blanchot, Agamben, Todorov, Adorno, Butler, Suleiman, Bosi, and others proposals will be used as references. The ideas related to history and collective memory will be guided by Halbwachs, Ricœur, Nora, Pollak and Le Goff’s studies, in addition to other texts that will be included in the bibliography expansion. Related to gender studies and women's writing, texts by Lúcia Castello Branco and Ruth Silviano Brandão will be used in the dialogue with psychoanalysis, although this is not the main analysis focus. In the women's writing’s cultural perspective, Simone de Beauvoir, Judith Butler, Elisabeth Badinter, Heloisa Buarque de Holanda, Teresa de Lauretis, and Virginia Woolf’s works will be the references. As support for cultural studies in the memories narratives, Stuart Hall and Homi Bhabha’s texts will be used as references.

KEY-WORDS: Memoirs. Women. War. Testimony. Trauma.

RESUMEN

Este trabajo de investigación tiene como objetivo analizar cómo los autoescritos, como el diario íntimo, los recuerdos autobiográficos y la autoficción posibilitan la representación del sujeto femenino en el contexto de la Segunda Guerra Mundial, de manera individual, social e histórica en los entornos en los que las autoras estudiaron, y las mujeres retratadas allí. Los autores y sus respectivos trabajos seleccionados para esta investigación son: Ana Frank, *Diario de Ana Frank*, 1947; Eva Schloss, *La historia de Eva*, 1988, y *Después de Auschwitz*, 2013; y Svetlana Aleksíévitch, *La guerra no tiene rostro de mujer*, de 1985. Los principales fundamentos teóricos de esta propuesta son textos que privilegian la escritura del yo y del testimonio, especialmente los recuerdos traumáticos. En este caso, se utilizan como referencias las proposiciones de Lejeune, Foucault, Freud, Blanchot, Agamben, Todorov, Adorno, Butler, Suleiman, Bosi. Las ideas relacionadas con la historia y la memoria colectiva están guiadas por estudios de Halbwachs, Ricoeur, Nora, Pollak y Le Goff. En cuanto a los estudios de género y la escritura de mujeres, los textos de Lúcia Castello Branco y Ruth Silviano Brandão se utilizan en el diálogo con el psicoanálisis, aunque este no es el foco principal de los análisis. Desde la perspectiva cultural de la escritura femenina, se hacen referencias a obras de Simone de Beauvoir, Judith Butler, Elisabeth Badinter, Heloisa Buarque de Holanda, Teresa de Lauretis y Virginia Woolf. Como soporte de los estudios culturales en las narrativas de la memoria, se hace referencia a textos de Stuart Hall y Homi Bhabha.

PALABRAS-CLAVE: Recuerdos. Mujeres. Guerra. Testimonio. Trauma.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Pôsteres para propaganda do <i>Women Land Army</i>	128
Fotografia 1 - Estante de livros que oculta o acesso ao Anexo Secreto	65
Fotografia 2- Um manuscrito encontrado no AS	65
Fotografia 3- Pôsteres colados por AF em seu quarto no Anexo Secreto	66
Fotografia 4- Anotações em caderno com foto de Otto Frank	66
Fotografia 5- Várias edições de O diário de Anne Frank em diversas línguas	67
Fotografia 6- Documentos e papéis avulsos encontrados no AS após a captura da família Frank	67
Fotografia 7- Estrela amarela de AF, utilizada para identificação durante a ocupação nazista	68
Fotografia 8- Assinatura no livro de visitantes	68
Fotografia 9- Fachada do Museu da Resistência holandesa	68
Fotografia 10- Números de judeus na Holanda, entre refugiados, deportados, mortos e sobreviventes	69
Fotografia 11- Ouvindo relatos em áudio de sobreviventes da Shoah	69
Fotografia 12- Entrada do Campo	70
Fotografia 13- Túmulo simbólico de AF e de sua irmã	70
Fotografia 14- Monumento aos mortos em Bergen-Belsen	70
Fotografia 15- Parte da linha do tempo de ocupação e funcionamento do campo	71
Fotografia 16- Relato sobre AF no memorial.....	71
Fotografia 17- Espaço para orações e homenagens.....	71
Fotografia 18- Carta de um jovem brasileiro à AF.....	72
Fotografia 19- Exposição sobre vida e obra de Anne Frank.....	72
Fotografia 20- Entrada do campo de Auschwitz I.....	116
Fotografia 21- Homenagens em comemoração aos 75 anos da libertação do campo em um dos seus pátios.....	117
Fotografia 22- Interior do edifício que abrigava prisioneiros franceses-1	117
Fotografia 23- Interior do edifício que abrigava prisioneiros franceses-2	118
Fotografia 24- Uma das torres de vigilância do campo	118

Fotografia 25- Local onde foi enforcado o chefe do campo após a libertação pelos soviéticos.....	119
Fotografia 26- Um dos crematórios onde eram incinerados os corpos dos prisioneiros executados.....	119
Fotografia 27- Imagens expostas no exterior no campo, próximo à entrada.....	120
Fotografia 28- Barraca da morte, onde eram colocadas as mulheres selecionadas para as câmaras de gás	120
Fotografia 29- Placa em homenagem aos mortos no campo	121
Fotografia 30- Interior de uma das barracas de Auschwitz II-Birkenau	121
Fotografia 31- Uma das torres de vigilância do campo II.....	121
Fotografia 32- Ferrovia que conduzia os prisioneiros para o interior de Auschwitz II- Birkenau (Prédio de acesso ao fundo)	122
Fotografia 33- Vagão remanescente dos comboios que chegam ao campo	122
Fotografia 34- Parte das ruínas das câmaras de gás.....	123
Fotografia 35- Vista externa das barracas de Birkenau através da cerca de arame	123
Fotografia 36- Arte na <i>Shoah</i> -1	124
Fotografia 37- Arte na <i>Shoah</i> -2	124
Fotografia 38- Exemplar/cópia de desenho produzido no contexto da Guerra-1	125
Fotografia 39- Exemplar/cópia de desenho produzido no contexto da Guerra-2.....	125
Fotografia 40- Pôster com explicações sobre o que foi a Shoah.....	126
Fotografia 41- Pôster com apresentação da exposição, uma seleção de obras de arte do acervo do Yad Vashem, Museu do Holocausto em Israel.....	127
Fotografia 42- HMS Belfast (navio bombardeiro que navegou durante a guerra, atualmente um museu flutuante, ancorado às margens do rio Tâmisa, em Londres.....	177
Fotografia 43- Fachada do Imperial War Museum/Londres.....	177
Fotografia 44- Tanque de guerra exposto no IWM/Londres.....	178
Fotografia 45- Pôster com os dizeres: “Faça chá, e não Guerra”, exposto no IWM/Londres	178
Fotografia 46- Entrada do Museu da Libertação de Paris.....	179
Fotografia 47- Pôsteres em exposição no Museu da Libertação de Paris.....	179
Fotografia 48-Fachada do Museu DDR (Deutsche Demokratische Republik)/Berlim ..	180

Fotografia 49- Visita ao acervo do Museu DDR, que retrata a vida na antiga Alemanha Oriental/Berlim	180
Fotografia 50- Memorial dos judeus mortos na Europa, também conhecido como Memorial do Holocausto/Berlim.....	181
Fotografia 51- Memorial do Holocausto, parte externa/Berlim	181
Fotografia 52- Memorial do Holocausto, parte interna/Berlim.....	181
Fotografia 53- Fachada do Museu Topografia do Terror/Berlim.....	182
Fotografia 54- Museu Topografia do Terror, parte interna/Berlim.....	183
Fotografia 55- Museu Topografia do Terror, local onde era sediada a Gestapo (Polícia secreta do nazismo) /Berlim	184
Fotografia 56- Museu Topografia do Terror, área externa, onde se localiza parte do que restou do Muro de Berlim.....	184
Fotografia 57- Entrada do Museu Stasi, memorial referente ao sistema político da antiga Alemanha Oriental/Berlim	185
Fotografia 58- Museu Stasi	186
Fotografia 59- Museu Stasi. Pôster com os dizeres “fechamos os portões da Stasi” e tijolos utilizados à época/Berlim	187
Fotografia 60- Igreja bombardeada durante a Segunda Guerra Mundial/Berlim.....	188
Fotografia 61- Visita ao Museu Fábrica de Oskar Schindler/Cracóvia.....	189
Fotografia 62- Homenagem a Oskar Schindler/Cracóvia.....	190
Fotografia 63- Mapa da invasão da Polônia em exposição no Museu Fábrica de Oskar Schindler/Cracóvia	191
Fotografia 64- Assinatura no livro de visitantes do Museu Fábrica de Oskar Schindler/Cracóvia	191

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1- A ESCRITA ATRAVESSADA PELO MEDO EM O DIÁRIO DE ANNE FRANK.....	35
1.1 Primavera e inverno em Anne Frank	37
1.2. Um teto todo compartilhado	41
1.3 Diário e resistência	46
1.4 Tensão e terror nas páginas do diário	50
1.5 Violência de Estado nas memórias de Anne Frank	53
1.6 Política da memória e espaço (auto) biográfico nos diários	56
1.7 Diário como arquivo	60
1.7.1 Manipulações do arquivo	63
1.8 Visita à Anne Frank Huis (Museu Casa de Anne Frank) – Amsterdã	65
1.9 Visita ao Verzets Resistance Museum (Museu da Resistência holandesa)	68
1.10 Visita ao Bergen-Belsen Memorial - Celle/Alemanha	70
1.11 Visita ao Museu Otto Weidt – Berlim	72
2- EVA SCHLOSS EM DUAS AUTOBIOGRAFIAS: CATÁSTROFE E TESTEMUNHO	73
2.1 Escrita de vida e identidade	80
2.2 Testemunho - memória e representação	84
2.3 O corpo feminino na Guerra	93
2.4. Em face do extremo	99

2.5 Diáspora e memória – a (des) importância dos lugares	102
2.6 Entraves linguísticos.....	108
2.7 Mães no campo - mulheres unidas	111
2.8 Visita ao campo de concentração Auschwitz-Birkenau – Cracóvia/Polônia	116
2.9 Exposição sobre arte na <i>Shoah</i> , Milão/Itália	124
2.10 Pôsteres para propaganda do <i>Women’s Land Army</i>	128

3- LEMBRANÇAS DE MULHERES EM ARMAS: RELATOS MEMORIALÍSTICOS SOBRE O FRONT 129

3.1 Corpos de mulheres em guerra: aborto, menstruação, estupro	139
3.2 Maternidade e Guerra	143
3.3 Vaidade e perda do feminino na Guerra	149
3.4 (Pre) conceitos e concepções tradicionalistas de masculino e feminino	157
3.5 Amor e casamento, vida e morte na Guerra	163
3.6 Barbárie, vingança e crueldade das mulheres	165

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS 170

4.1 Visitas a outros lugares de memórias sobre a Segunda Guerra Mundial na Europa.	177
------------------------------------------------------------------------------------	-----

REFERÊNCIAS 192

ANEXO 203

Anexo A- Entrevista com Eva Schloss	203
-------------------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Há outra forma de lutar pela liberdade sem armas de fogo; podemos lutar com a mente. (Virgínia Woolf, As mulheres devem chorar, ou se unir contra a guerra?)

Vários estudos sobre Literatura e guerras são recorrentes e vastamente explorados no meio acadêmico. Entretanto, muito ainda pode ser explorado, como as memórias de mulheres e a escrita feminina em contextos de guerras. Há alguns trabalhos que tratam do tema, como por exemplo a Tese de Doutorado intitulada *Nas tramas do trauma: as mulheres, a guerra e a escrita feminina em literaturas de língua portuguesa*, e a Dissertação de Mestrado *No Woman's Land? Women's Writings and Historical Representation in World War I*, ambas de autoria de Denise Borille de Abreu, que contemplam autoras que escreveram durante a Primeira Guerra Mundial. Todavia, há bastante ainda a ser estudado nesse sentido. Nesta proposta de trabalho, tomo como objeto de análise as escritas de mulheres sob a perspectiva do memorialismo autobiográfico, das escritas de si, especificamente sobre a Segunda Grande Guerra. As autoras e suas respectivas obras selecionadas nesta pesquisa são: Anne Frank, *O diário de Anne Frank*, de 1947; Eva Schloss, *A história de Eva*, de 1988, e *Depois de Auschwitz*, de 2013; e Svetlana Aleksievitch, *A guerra não tem rosto de mulher*, de 1985, livro traduzido e publicado no Brasil recentemente, em 2016. As obras possuem particularidades instigantes: *O diário de Anne Frank*, tão lido e traduzido ao redor de todo o mundo, foi escrito enquanto a guerra estava acontecendo e retrata, predominantemente, o esconderijo onde se refugiaram a autora e sua família, na capital holandesa, sob a perspectiva de uma adolescente muito amadurecida e perspicaz. Já *A história de Eva* e *Depois de Auschwitz* se referem ao mesmo período, porém, são as memórias da autora adulta rememorando os horrores da guerra vividos por ela em sua adolescência, juntamente com sua família, principalmente nos campos de concentração, no primeiro livro. Já no segundo, a autora vai além e narra muito de sua vida no pós-guerra, no que podemos chamar de sua segunda autobiografia. *A guerra não tem rosto de mulher*, por sua vez, é composta por relatos de mulheres sobre suas atuações na

guerra, enquanto soldados que lutaram no *front*, reunidos e registrados por Aleksievitch, prêmio Nobel de Literatura em 2015. Embora sejam escritas produzidas em momentos diferentes, pertençam a gêneros divergentes e representem posições às vezes antagônicas dessas mulheres retratadas, as três obras se referem ao mesmo período histórico e ao mesmo contexto de violência de Estado.

Essas memórias possuem valor documental como registros escritos de meninas/mulheres (muitas das narradoras soviéticas eram ainda adolescentes quando se dispuseram a guerrear) que vivenciaram de um modo ou de outro os horrores da guerra. Servem ainda como testemunhos individuais e coletivos da sociedade em que cada uma delas estava inserida. Anne Frank e Eva Schloss, sua “meia-irmã”, viveram os horrores da Europa nazista; as mulheres soviéticas que ganham voz no livro de Svetlana Aleksievitch atuaram de fato nos combates bélicos; o que une cada uma dessas vozes é a memória da juventude perdida, em que buscam a afirmação de suas próprias identidades, uma vez que a memória é uma forma de autorrepresentação e de autorreflexão crítica.

O objetivo central proposto nesta pesquisa é compreender a escrita e as memórias de mulheres como modo de representação de sujeitos sociais e históricos para Anne Frank, Eva Schloss e Svetlana Aleksievitch (que entrevistou as mulheres soviéticas que se propuseram a dar seus testemunhos do trauma da guerra reunidos em *A guerra não tem rosto de mulher*). Também as combatentes se constituem como sujeitos sociais, (re) configurando suas identidades através dos testemunhos.

Os gêneros literários nessas obras são, de forma mais ampla, as memórias, as escritas de si que incluem o diário, no caso de Anne Frank, a autobiografia entremeadada também por registros que correspondem a um “quase” diário, no livro de Eva Schloss, e as memórias/testemunhos reunidas em uma espécie de memórias-documentário, na compilação de Svetlana Aleksievitch. As principais abordagens críticas do gênero memorialístico contemplam as escritas de si e suas contribuições como olhares subjetivos da memória em determinados contextos históricos, literários e culturais, de um modo mais amplo, como apontam, por exemplo, as reflexões de Philippe Lejeune e Susan Rubin Suleiman.

Os autores de diários íntimos, nem sempre escritores (estes aqui concebidos como escritores de obras literárias), em princípio, não escrevem pensando em publicação posterior. Entretanto, pode-se supor que, consciente ou inconscientemente, o diarista trabalha com a possibilidade de publicar seus manuscritos, ou mesmo que esses venham a ser publicados postumamente, como é o caso de Anne Frank. A autora soube, através do rádio, que o governo holandês estava incentivando o registro de diários, cartas e outros documentos para que pudessem ser publicados após a guerra. Já a escrita memorialística, autobiográfica, é mesmo uma tentativa de resistir ao tempo evocando e registrando as vivências do passado, como em *A história de Eva, Depois de Auschwitz* e *A guerra não tem rosto de mulher*.

Para Philippe Lejeune (2003, p. 262-263), um diário pode ser mantido por diversos motivos, como para conservar a memória; para sobreviver; para desabafar; para conhecer-se; para deliberar; para resistir; para pensar ou para simplesmente escrever. Essas proposições serão consideradas na investigação dos modos de representação de sujeitos sociais e históricos por meio da escrita memorialística das autoras/narradoras.

Anne Frank (2016, p. 16), em seus escritos, avalia que “o papel tem mais paciência do que as pessoas” e afirma não querer “anotar neste diário fatos banais do jeito que a maioria faz; quero que o diário seja minha amiga, e vou chamar esta amiga de Kitty”. Parece que para a autora as razões da escrita diarística se adéquam a algumas das possibilidades sugeridas acima por Lejeune, pois podemos observar ao longo do texto de Anne Frank um forte desejo de sobrevivência, a que ela se apega através da escrita. A jovem autora utiliza seus cadernos de anotações para desabafar sobre suas angústias, para conhecer-se melhor, fazendo uma análise de si mesma, para deliberar sobre algumas questões de sua vida, principalmente no Anexo Secreto, e as relações entre as pessoas ali confinadas, para resistir aos seus medos, ao futuro incerto e eminentemente trágico, para refletir sobre seu cotidiano, e mesmo para ter na escrita uma espécie de passatempo. Ou seja, o diário torna-se algo muito caro à garota Anne, já que ele é a representação da melhor amiga que lhe falta nas circunstâncias do esconderijo.

A discussão em torno da autobiografia e da ficção autobiográfica, ou autoficção, também pode se adequar às memórias de Eva Schloss e das narradoras soviéticas de Aleksiévitich, e mesmo ao diário de Anne Frank.

Susan Rubin Suleiman (2019, p. 210) em sua recente publicação em português, *Crises da memória e a Segunda Guerra Mundial*, publicado originalmente em 2006, observa que,

[e]mbora os livros de memórias não possuam características formais específicas [...], todos têm pelo menos uma coisa em comum: relacionam experiências que o escritor vivenciou. Ao contrário de uma autobiografia completa, um livro de memórias pode ser circunscrito a um acontecimento ou momento único da vida. [...] Sua principal reivindicação não é a literariedade, mas o caráter factual.

É o que percebemos nas obras em análise nesta pesquisa, pois em cada narrativa há um recorte nítido das experiências das jovens mulheres nas circunstâncias da Segunda Grande Guerra. Mas não podemos nos esquecer de que é impossível reproduzir os fatos literalmente, tais como foram vivenciados de modo exato. As narrativas do eu encontram-se na fronteira entre *facto* e *ficto*, e isso não pode ser ignorado na análise de um livro de memórias. Na obra *Ensaaios sobre autoficção*, organizada por Jovita Maria Noronha, Phillipe Gasparini tece considerações importantes sobre o gênero. A partir do texto fundador de Lejeune, *O pacto autobiográfico*. Gasparini (2014, p. 187) assinala que

[o] conceito de autoficção teve inicialmente como base uma ontologia e uma ética da escrita do eu. Ele postulava que não é possível se contar sem construir um personagem para si, sem elaborar um roteiro, sem “dar feição” a uma história. Postulava que não existe narrativa retrospectiva sem seleção, ampliação, reconstrução.

Assim como Lejeune e Gasparini, muitos teóricos, e também escritores de textos literários, teorizaram sobre a definição do gênero literário, dos limites da literatura e afirmaram que o sujeito está sempre propenso a preencher suas lacunas de memória para que suas narrativas sejam coerentes. Os lapsos, *gaps* da memória, se fazem presentes também nos testemunhos, já que fazem parte do complexo de gêneros e subgêneros que pertencem à esfera do memorialismo. Essa questão também será discutida no trabalho de pesquisa.

Em relação à interseção entre gênero e literatura sobre guerra, as obras selecionadas são importantes porque oferecem uma perspectiva diferente da mais comum: o olhar feminino sobre a guerra, o papel das mulheres nesse contexto e a

construção da representação da mulher em posição inédita, como ocorre em *A guerra não tem rosto de mulher*, em que essas figuras assumiram postos até então reservados apenas aos homens, enquanto soldados.

Podemos encontrar em *O diário de Anne Frank* alguns vestígios de sua postura muito diferente das adolescentes de sua época, e mesmo mais ousada do que as mulheres daquele tempo. A garota discorre sobre questões como sexualidade (inclusive com duas “novas” páginas do diário reveladas recentemente que tratam do assunto), casamento e sociedade que apontam para um pensamento muito à frente de seu tempo com traços de um feminismo latente, que provavelmente iria desabrochar se a vida de Anne não fosse aniquilada na guerra.

Por sua vez, *A história de Eva* é uma narrativa impactante sobre os campos de concentração nazistas e o Holocausto, porém, de certo modo, mais convencional em relação ao lugar da mulher na sociedade em que estava inserida. É, portanto, bem divergente das mulheres combatentes do livro de Svetlana Aleksievitch.

Os aportes teóricos sobre os estudos de gênero, sobre a inserção da mulher na escrita e na literatura que são referências nesta pesquisa são as reflexões de Simone de Beauvoir, Teresa de Lauretis, Elizabeth Badinter e Judith Butler, principalmente. Beauvoir (1980, p. 15), referindo-se a meados do século XX, afirma que, “no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens”. Como a cultura e a sociedade, de modo geral, são essencialmente patriarcais e falocêntricas, a filósofa discute o espaço da mulher no cenário político dos totalitarismos, do antissemitismo e do imperialismo. A radicalidade e a tragicidade desses acontecimentos impulsionam um movimento das mulheres em busca de sua nova colocação social, em que poderiam ser operárias, defender a pátria e mesmo guerrear em favor de sua nação, abrindo mão, a maior parte das vezes, de suas famílias e até da maternidade. Beauvoir (1980, p. 23) questiona a condição feminina no mundo e pontua que

[t]odo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência a sente como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito

entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina?

A autora reitera a situação de opressão da mulher ao longo de toda a História e reivindica uma condição de igualdade entre os gêneros. Em sua obra *O Segundo sexo*, de 1949, Beauvoir afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Judith Butler (1986, p. 35), em diálogo com a assertiva de Beauvoir, diferencia também sexo e gênero, definindo sexo como o aspecto biológico, e a construção do gênero, do sujeito feminino, como algo atrelado às convenções socioculturais. As divergências conceituais entre gênero, sexo e representação são pautadas ao longo da Tese.

Além das questões iniciais propostas sobre o papel das escritas de si para as mulheres no contexto da Segunda Guerra Mundial, também é objetivo desta pesquisa compreender em que medida essas memórias, como documentos históricos, podem colaborar para a construção da memória coletiva. Nesse sentido, Susan Rubin Suleiman (2019, p. 15-16) assinala que

[m]emórias individuais podem se tornar objeto de debate ou conflito público; ajudar a estabelecer um consenso ou uma ‘memória oficial’ sobre o passado coletivo; figurar como representantes da experiência de um grupo particular; e, finalmente, cristalizar, autorreflexivamente, as dificuldades da própria lembrança.

Nos registros de Anne Frank, Eva Schloss e Svetlana Aleksievitch, percebemos que há questões relativas a um grupo, que são memórias coletivas, como sinaliza Suleiman, como a situação de medo enquanto refugiados em um contexto totalitário no caso de Anne, Eva Schloss e suas famílias, e o impacto do totalitarismo nas casas, famílias e cidades em que as narradoras de Aleksievitch viveram. As narradoras, então, retomam as histórias dessas pessoas, desses grupos que vivenciaram juntos as experiências e os pesadelos da Segunda Grande Guerra.

As reflexões de Maurice Halbwachs contribuem imensamente para a compreensão das questões sociais que compõem a memória. Para o teórico francês a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre em interação com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto dessas relações que nossas lembranças são construídas. O exercício de

rememoração individual se faz nas amarras das memórias dos diversos grupos com que nos relacionamos. Ele está impregnado das memórias dos que nos cercam, de modo que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as formas como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos como uma unidade que parece ser só nossa. As lembranças se constituem nas diversas memórias de que um grupo dispõe, a que o autor denomina “comunidade afetiva”. E raramente nos recordamos fora dessa referência de comunidade. Tanto nos processos de produção de uma memória em potencial, quando as experiências estão sendo vividas, como no exercício da rememoração, quando essas experiências são relembradas, transformadas já em memórias, o outro tem uma função essencial.

Outro aspecto acerca da memória é a sua relação com os lugares, considerando que muitas de nossas lembranças são ancoradas em espaços específicos, que significam algo importante no processo mnemônico. Um determinado cenário pode suscitar em nós recordações de uma época ou de uma experiência que vivenciamos ali. Em relação à Anne Frank, os relatos são, predominantemente, sobre o Anexo Secreto em que esteve escondida com sua família e algumas outras pessoas. A respeito de Eva Schloss, suas memórias remetem também aos refúgios, de casa em casa, e, principalmente, o cenário desolador dos campos de concentração nazistas. Já as narradoras de *A guerra não tem rosto de mulher* rememoram particularmente as frentes de batalhas onde lutaram bravamente, revelando uma face oculta da guerra, que contou com figuras femininas para fortalecer os exércitos. As memórias individual e coletiva têm nos lugares uma referência importante para a sua construção, ainda que não sejam condição para a sua preservação, do contrário povos nômades não teriam memória; antes, a mobilidade desses povos demanda sempre uma reconfiguração da relação entre espaços habitados e suas memórias individuais e coletivas. As memórias dos grupos se referenciam, também, nos espaços em que habitam e nas relações que constroem com esses espaços. Os lugares são importante referência na memória dos indivíduos. Portanto, as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças relevantes na vida e na memória dos grupos.

Durante muito tempo, os estudos de História privilegiaram os documentos escritos, os objetos, enfim, os vestígios que possibilitassem ao historiador realizar o seu

trabalho: compreender e construir a história apoiando-se nos documentos que garantiriam a veracidade dos acontecimentos e processos ali registrados. Os temas tratados privilegiaram os grandes movimentos e a história das classes dominantes das diferentes sociedades. Foi a partir das primeiras décadas do século XX que alguns historiadores começaram a questionar estes procedimentos por banirem da História os povos oprimidos, minoritários e os temas relativos ao cotidiano, às mentalidades e às experiências dos diferentes grupos. Nessa perspectiva, seu foco voltou-se para a memória coletiva dessas outras esferas sociais acessíveis, sobretudo, pela utilização das metodologias alternativas ao trabalho estrito com documentos, como os trabalhos apoiados na metodologia de história oral. Desta maneira emergiram as histórias de mulheres, negros, trabalhadores. A História, ao invés de se configurar numa grande narrativa comum a todos, passou a acolher e dar existência e visibilidade às várias narrativas.

Memórias individual e coletiva se alimentam e têm pontos de contato com a memória histórica e, tal como ela, são socialmente negociadas. Guardam informações relevantes para os sujeitos e têm por função primordial o objetivo de garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertencimento entre seus membros. Abarcam períodos menores do que aqueles tratados pela história. Têm na oralidade o seu veículo privilegiado, porém não necessariamente exclusivo, de troca. Já a memória histórica tem no registro escrito um meio fundamental de preservação e comunicação. Memória individual, coletiva e histórica se interpenetram e se misturam. Memórias individuais e coletivas vivem num permanente embate pela coexistência e pelo fato de se constituírem como memória histórica.

Como já foi pontuado, os textos memorialísticos e autobiográficos podem ser lidos como documentações impregnadas de subjetividade, mas também guardam um caráter documental da época em que foram escritos. É necessário que haja uma intervenção crítica do pesquisador para buscar o contexto de produção de um documento e sua finalidade. Segundo o historiador Jacques Le Goff (1990, p. 547), “[o] documento não é inócuo. É antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram”. Desse modo, a história analisa a sociedade e os grupos que a constituem sob um olhar externo; a memória considera as experiências pessoais a partir do grupo, realizando

analogias para que seus membros se reconheçam. Portanto, a história vivida e registrada por um indivíduo também pode ser observada e analisada a partir do conceito de memória coletiva.

O diarista, ao escrever seu dia-a-dia em pequenos ou maiores relatos, e o autobiógrafo/memorialista, em seus relatos de memórias, tentam deixar gravado aquilo que desejam ser reminiscências para toda a vida. Não deixar cair no esquecimento e registrar determinado fato ocorrido é como retratar plasticamente uma cena, uma pessoa, um lugar. Quando Schloss decide escrever e publicar suas memórias da guerra, a adolescência traumática, sua vivência do Holocausto juntamente com a família, é o dever de memória que lhe pesa. Do mesmo modo, as narradoras soviéticas, algumas já idosas, resolvem falar sobre as experiências da guerra, nem todas em caráter espontâneo e voluntário, pois muitas resistiram inicialmente a dar seus testemunhos diante do trauma profundo que marcou permanentemente suas existências. Agamben (2008, p. 11) observa sobre as dificuldades dos testemunhos de guerra que “trata-se de narrar ‘o que aconteceu’ e de afirmar que ‘o que aconteceu’ não faz parte do narrável”.

Alguns teóricos, inclusive o próprio Agamben, afirmam que apenas os mortos podem ser verdadeiras testemunhas, pois vivenciaram a violência da guerra até a última instância de suas vidas, que seria a morte. Teríamos em Anne Frank, portanto, uma testemunha genuína da Segunda Guerra Mundial? Embora as testemunhas que sobreviveram lidem com a dificuldade de dizer ou registrar o inefável, mais uma vez o dever de memória vem à tona, como pontuou Theodor Adorno sobre a necessidade de não esquecer o passado para não o repetir.

Susan Rubin Suleiman (2019, p. 205-208) também faz alguns apontamentos sobre os testemunhos de guerra: “Aqueles que sobreviveram são, de alguma maneira, culpados? E, em caso negativo, eles ainda têm alguma obrigação para com os mortos?” E conclui que

[n]ão há, portanto, razão para ungir e privilegiar esta figura [o morto], especialmente se for verdade o fato de que mesmo aqueles que sobreviveram não escaparam da morte, apenas ‘voltaram’ dela. [...] A testemunha sobrevivente, embora não possa falar *pelos* (no lugar dos) mortos, pode falar *sobre* eles – na verdade, é sua obrigação fazê-lo. Por isso a tarefa de testemunhar é, para o sobrevivente-escritor, tanto impossível quanto inesgotável. “Não podemos falar sobre isso e nunca conseguiremos falar tudo”.

Esse argumento de Suleiman é essencial para se rechaçar a proposição de Agamben. Portanto, há que se considerar a importância das testemunhas mesmo em face das dificuldades do testemunho. Não é possível ao sobrevivente de guerra relatar suas experiências por completo, fidedignamente, o que é impossível em qualquer narrativa de memória, em qualquer escrita de si. Todavia, é imprescindível que esses relatos sejam registrados, já que contribuem inestimavelmente para reflexões sobre a memória histórica.

Pretende-se, neste estudo, verificar como as escritas de si, como o diário íntimo, as memórias autobiográficas e a autoficção servem para a representação do sujeito mulher no contexto da Segunda Guerra Mundial, de modo individual, social, coletiva e historicamente nos ambientes em que viveram as autoras estudadas e as mulheres ali retratadas. Para tal, são explicitados os contextos histórico, social, político e cultural a que as narrativas se referem com o intuito de compreender como os registros escritos nos diários e nas memórias podem representar uma memória que, além de individual, é coletiva. Ao longo da análise, buscamos descrever traços que indicam algumas peculiaridades das mulheres reveladas através da escrita memorialística, avaliamos quais são as principais temáticas que perpassam cada uma das obras e observamos como alguns desses temas, especialmente os relacionados à memória e ao gênero, são comuns aos livros em questão. Ademais, identificamos e refletimos sobre as diferentes posições das jovens mulheres no cenário sociocultural em cada uma das obras em análise.

Como se trata de pesquisa de natureza bibliográfica, são conduzidas pelo referencial teórico as várias etapas do trabalho. *A priori*, as obras literárias foram relidas e analisadas detalhadamente em suas particularidades. Após as análises, foi feita a comparação entre as obras; nessa etapa, foram enumerados os pontos em comum e os pontos divergentes entre as obras, buscando ressaltar em que sentido elas contribuem para a compreensão de seus contextos de produção e para os Estudos Literários. A respeito da comparação literária como método de pesquisa, Tânia Franco Carvalhal (1986 p. 37) define:

[...] o estudo comparado de literatura deixa de resumir-se em paralelismos binários movidos somente por “um ar de parecença” entre os elementos, mas compara com a finalidade de interpretar questões mais gerais das quais as obras ou procedimentos literários são manifestações concretas. Daí a necessidade de articular a investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente.

É o que se pretende neste trabalho: abordar os aspectos sociais, políticos e culturais nos quais estão inseridas as autoras e as mulheres representadas nas obras estudadas. O levantamento e a análise de dados foram realizados a partir das leituras dessas obras literárias e de textos de apoio. Além dos livros de memórias, foram utilizados textos teóricos que versam sobre as escritas de si, com ênfase nos gêneros diário íntimo, memória, autobiografia, autoficção/ficção autobiográfica. Os principais embasamentos teóricos deste trabalho de pesquisa são textos que privilegiam a escrita do “eu” e do testemunho, especialmente as memórias traumáticas. Nesse caso, foram utilizadas como referência as proposições de Lejeune, Blanchot, Agamben, Todorov, Adorno, Butler, Suleiman e Bosi, principalmente.

Já as ideias relativas à história e à memória coletiva foram pautadas pelos estudos de Halbwachs, Ricœur, Nora, Pollak e Le Goff, além de outros textos que contribuíram com as reflexões nesse aspecto.

Em relação aos estudos de gênero e a escrita da mulher, foram utilizados textos de Lúcia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão, no diálogo com a psicanálise, embora esse não seja o principal enfoque nas análises. Na perspectiva cultural da escrita de mulheres, foram referências as obras de Simone de Beauvoir, Judith Butler, Heloisa Buarque de Holanda, Teresa de Lauretis, Elisabeth Badinter e Virginia Woolf.

Como suporte para os estudos culturais nas narrativas de memórias foram referências os textos de Stuart Hall e Homi Bhabha.

Algo que não se pode ignorar neste estudo é a questão das traduções. Todos os livros em análise foram escritos e publicados originalmente em línguas estrangeiras; *O diário de Anne Frank* em holandês, *A história de Eva* e *Depois de Auschwitz* em inglês; e *A guerra não tem rosto de mulher em russo*. É importante ressaltar desde o início que a análise comparativista entre as obras tomará como textos de referência suas traduções

para a Língua Portuguesa, uma vez que o que interessa a esta pesquisa não é necessariamente a crítica genética, embora em alguns momentos isso possa tangenciar algumas reflexões, o que é inevitável quando pensamos sobre as escritas de si. Em verdade, não seria apenas a crítica genética que estaria em questão, pois estaria implicada também a análise desses discursos, caso não fosse realizado um estudo, ainda que instrumental, de determinada terminologia utilizada por essas autoras. Essa é, portanto, uma vicissitude quando nos ocupamos da análise de obras cujos idiomas de origem não dominamos.

Sobre o trabalho de tradução, Paul Ricœur (RICŒUR, 2012, p. 47), em seu livro *Sobre a tradução*, assinala que

[a] única maneira de criticar uma tradução – o que sempre se pode fazer – é propor uma outra que se presume, que se pretende melhor ou diferente. E é, aliás, o que se passa no terreno dos tradutores profissionais. No que concerne aos grandes textos de nossa cultura, vivemos essencialmente de re-traduições, que são, por sua vez, retrabalhadas incessantemente.

Ricœur ilustra a importância da tradução com referências aos clássicos universais da literatura e filosofia, como a Bíblia, Homero, Shakespeare, Platão, Nietzsche e Heidegger. O autor (RICŒUR, 2012, p. 48-49) admite, entretanto, que é preciso renunciar ao ideal da tradução perfeita, e afirma:

Com efeito, parece-me que a tradução não implica apenas um trabalho intelectual, teórico ou prático, mas também um problema ético. Levar o leitor ao autor, levar o autor ao leitor, com o risco de servir e de trair dois mestres, é praticar o que gosto de chamar de hospitalidade linguística.

Reiteramos, portanto, que esta pesquisa considera as traduções das obras literárias em análise como trabalhos sérios, éticos e comprometidos com a maior proximidade possível do texto original, considerando que não há perfeição também nesse processo. Tomaremos esses textos com a devida “hospitalidade linguística” a que se refere Ricœur.

Além da tradução, outro problema que se faz presente é a própria edição, pelo menos em referência à Anne Frank, considerando as várias versões de seu diário editadas pelo pai, Otto Frank. Portanto, a autoria pode de algum modo ser questionada,

como de fato já fora, inclusive com processos judiciais mencionados mesmo no livro de Eva Schloss, *Depois de Auschwitz*, já que Eva acompanhou de perto toda a trajetória de edição, publicação e questões jurídicas que Otto, seu então padrasto, vivenciou para preservar a memória de Anne Frank através de seu diário.

Eva Schloss, por sua vez, escrevendo já depois de adulta seu primeiro livro de testemunho, e, depois de já idosa seu segundo relato autobiográfico, também obteve suporte de pessoas que a auxiliaram no processo de registro escrito e edição de suas obras. Entretanto, não se pode retirar dela o título de autora de suas próprias memórias, considerando o que Philippe Lejeune define como critério de autoria: que a identidade do autor conste na capa do livro, que remeta ao nome de uma pessoa real e que coincida com a identidade do narrador. O autor, em sua obra *O pacto autobiográfico* (LEJEUNE, 2014, p.25-26) define que

[a] autobiografia (narrativa que conta a vida do autor) pressupõe que haja identidade de nome entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador e a pessoa de quem se fala. Esse é um critério muito simples, que define, além da autobiografia, todos os outros gêneros da literatura íntima (diário, auto-retrato, auto-ensaio).

É preciso lembrar que os critérios para uma autobiografia citados acima podem ser observados tanto na obra de Anne Frank, quanto nas de Eva Schloss.

Já em relação ao livro de Svetlana Aleksievitch, teremos outra categoria de relatos autobiográficos, aqueles que não são registrados pelo próprio sujeito que rememora, mas sim por outro, que é o autor do livro, mas não das memórias. Lejeune também se debruça sobre essa interessante condição no capítulo “A autobiografia dos que não escrevem”, integrante da mesma obra *O pacto autobiográfico*. Essa categoria é pautada mais detidamente no capítulo reservado à análise de *A guerra não tem rosto de mulher*.

É preciso reiterar que as edições, assim como as traduções, não são alvo de debates ou reflexões mais aprofundadas nesta Tese. O foco deste trabalho de pesquisa é avaliar como essas mulheres se representam em suas memórias e são representadas (situação das soviéticas) nos contextos em que viveram, como mencionado anteriormente.

Escritas de mulheres sobre guerras

Como já pontuado ao início deste capítulo introdutório, as relações entre Literatura e guerras e os estudos nesse âmbito não são novidades. Entretanto, tradicionalmente as guerras foram retratadas a partir de uma perspectiva absolutamente masculina, tanto no que se refere ao protagonismo dos homens nas linhas de combate, quanto na historiografia desses conflitos. Quem, majoritariamente, tem se encarregado de relatar os fatos heroicos dos viris e bravos soldados nesses contextos bélicos se não o próprio homem, o sujeito masculino? A Literatura, todavia, configura-se como espaço privilegiado para que possam surgir narrativas diversas, como são as escritas de mulheres. Há um enorme número de diários escritos sob situações de totalitarismo e repressão, bem como outros tantos relatos autobiográficos produzidos e publicados após esses contextos ditatoriais e violentos. No campo literário, portanto, é possível observarmos um equilíbrio entre os autores e autoras de memórias sobre guerras. Nesse sentido, o espaço literário permite que surjam vozes de mulheres, que compartilham com o público suas vivências e seus traumas através de seus relatos memorialísticos, autobiográficos.

Mas, afinal, o que seria aqui considerado como “escrita de mulheres”? Haveria diferença em relação à expressão “escrita feminina”? Como já introduzido ao início deste capítulo, a escrita de mulheres, expressão privilegiada neste estudo, consiste na produção literária de mulheres como sujeitos sociais, na construção de suas próprias identidades. Ao longo do tempo as mulheres foram (ocasionalmente isso ainda ocorre) consideradas seres inferiores aos homens. Maria José Mota Viana, em sua obra *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres* (VIANNA, 1995, p.13), assinala que

[d]esde a antiguidade, quando cabia ainda aos mitos a tarefa de explicar a formação e configuração do Cosmos e do ser humano, mortal, sexuado e cultural, reservaram-se para a mulher características ditas naturais, como passividade, submissão, fragilidade, menor capacidade de raciocínio e maior emotividade. Essas características, ao serem ora aceitas, ora rejeitadas pela mulher, contribuíram para fazer dela o lugar dos paradoxos. Se as aceitava, estava cumprindo a contento o papel de abrigo do divino, lugar de repouso do desejo do outro, corpo afeito à doação, abnegação, renúncia e passividade. Objeto identificável e identificado via desejo do outro. Por outro lado, se renunciava àquelas características, chamadas naturais pela cultura de uma civilização marcadamente falocrática, a mulher tornava-se o abrigo do

diabólico, o liame entre a Terra e os infernos, refúgio e esconderijo das perversões [...], Nessa ordem das coisas, igualaram a mulher à natureza [...]. Em um ou outro molde criou-se a mulher forjada por definições que lhe são conferidas de fora.

Embora a autora faça as observações acima, a essência de seu trabalho é de caráter psicanalítico, em que analisa memórias de mulheres brasileiras dos séculos XIX e XX, traçando nessas obras o que ela denomina “perfil de mulher” (VIANNA, 1995, p.12). A leitura psicologizante dos textos de mulheres confere um cunho ontológico, em que as características apontadas na citação anterior ainda se fazem presentes de algum modo, evidenciando-se nos textos como um vazio da linguagem, uma busca do impossível feminino. Entretanto, mesmo as autoras Lúcia Castelo Branco e Ruth Siviano Brandão, referências importantes sobre a questão da escrita feminina, pautadas na psicanálise, admitem que muitos escritores de literatura, sujeitos masculinos, imprimem em suas obras o teor feminino da linguagem. Lúcia Castelo Branco (BRANCO, 1991, p. 14) afirma que

[...] essas características - cedo eu admitiria - não se restringiam aos textos produzidos por mulheres: Marcel Proust também possuía essa enunciação, algum Guimarães Rosa em certos momentos “falava” nessa dicção e mesmo James Joyce, quando completamente tomado pela magia e pelo excesso da linguagem, fazia-se ouvir assim, femininamente.

Parece então que a acepção de escrita feminina, psicanalítica, possui lacunas que nos levam a questioná-la. De fato, muitos autores, além dos mencionados por Castelo Branco, se utilizam de estratégias ditas femininas, enquanto muitas escritoras não se enquadram nesse “perfil de mulher”. Ou seja, nessa perspectiva, a escrita feminina situa-se em um lugar deslizante, que ora afirma, ora nega as divergências do gênero na produção literária.

Em relação às obras analisadas nesta Tese, talvez não seja possível traçar o perfil de mulher tal qual aplicado pela linha psicanalítica, considerando a heterogeneidade discursiva em cada autora, suas diferentes posições sociais e mesmo idades distintas quando dos processos de registros de suas memórias. Ao contrário, é possível observar que as narrativas analisadas carregam em si as sombras do autoritarismo, com um caráter traumático que não difere tanto em sua essência das narrativas masculinas sobre as guerras, mais comumente veiculadas ao longo da História dos conflitos armados.

Todavia, não é pertinente negar absolutamente alguns traços que deixam evidenciar o olhar diferente da mulher que é lançado sobre suas experiências de guerra. Em *A guerra não tem rosto de mulher*, por exemplo, as combatentes soviéticas, mesmo vivendo na prática os embates bélicos, juntamente com os homens de sua pátria, imprimem em suas narrativas algumas percepções interessantes diante da barbárie com que tinham que lidar. Essas percepções até podem ter sido experimentadas pelos homens também, mas não aparecem em suas narrativas de forma tão contundente, pelo menos não em relação aos problemas enfrentados particularmente pelas mulheres, como veremos no capítulo reservado à análise de *A guerra não tem rosto de mulher*.

Já a escrita de mulheres, tal como tomada nesta pesquisa, se propõe registrar e/ou representar os papéis sociais da mulher. As autoras/escritoras fazem de seus textos um sistema de inserção da mulher na sociedade, retratando a figura feminina como ser construído e constituído culturalmente. Nesse sentido, as considerações de Teresa de Lauretis (LAURETIS, 1994, p. 211) são pertinentes, quando a autora postula que

[g]ênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição “conceitual” e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos.

De acordo com a assertiva de Lauretis, podemos afirmar que as narrativas de Anne Frank e de Eva Shloss, bem como as lembranças das combatentes soviéticas, sob os registros de Svetlana Aleksieitch, surgem como escritas de mulheres que se representam como sujeitos “construídos” por seus meios sociais, no caso o contexto de guerra a que estavam submetidas. Porém, as autoras/narradoras não se retratam como sujeitos femininos mais frágeis, vulneráveis em relação ao sexo oposto. Ao invés disso, mostram-se como mulheres fortes, que resistem bravamente às adversidades da guerra e lutam contra a morte até o fim. Se tivessem vivido contextos diferentes do que vivenciaram, obviamente seus relatos seriam outros, se é que fariam algum registro de si, e, possivelmente, seriam pessoas com percepções e sentimentos muito díspares dos impressos em suas narrativas de memórias.

Para Lauretis (LAURETIS, 1994, p. 212), o gênero se constrói como um “sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição

de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade”.

A autora completa:

[s]e as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação de gênero é sua construção, sendo cada termo a um tempo o produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com mais exatidão: “A construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação”.

Desse modo, podemos tomar as narrativas autobiográficas em estudo como ferramentas de autorrepresentação dessas mulheres, que assumem e retratam seus valores e identidades, sejam no sentido filosófico existencialista, sejam no aspecto sócio-cultural. Anne Frank e Eva Schloss buscavam suas próprias identidades como indivíduos pertencentes à religião judaica, perseguida pelos nazistas, questionavam sua condição e refletiam sobre a capacidade humana de fazer o mal. As mulheres combatentes soviéticas se inscreveram na História como sujeitos que subverteram a ordem social e ocuparam um lugar marcadamente masculino, ao tomarem para si as mesmas funções até então destinadas aos homens.

A escrita de mulheres também pode ser pensada como uma escrita da *différence*, do ponto de vista derridiano, de uma minoria que ficou à margem dos livros de História, compostos predominantemente sob o olhar do homem, sujeito masculino, pelo menos até relativamente pouco tempo atrás, nada surpreendente em uma sociedade falocentrista.

Algo que os teóricos da escrita feminina, de caráter psicanalítico, fazem, que é bastante interessante, é a aproximação dessa escrita feminina com a escrita da memória. Esse “*possível parentesco discursivo entre as escritas da memória e do feminino*” (BRANCO, 1991, p. 30) estaria pautado no caráter lacunar, rasurado, tanto de uma, quanto da outra. Inicialmente, a autora lembra que a tendência da escrita de memórias por parte das mulheres se daria em função de seu tradicional papel social:

As mulheres costumam preferir as escritas autobiográficas porque, historicamente confinadas ao universo do lar, ao interior da casa, elas teriam encontrado nesse tipo de escrita o veículo ideal para a expressão de sua vida íntima, seus desejos, suas fantasias.

Mesmo admitindo que seja um fato a condição da mulher na sociedade tradicionalista, como a autora explicita na citação acima, não justificaria, entretanto, que homens se dedicassem às escritas de si, de memórias, quem sabe com a mesma frequência que as mulheres. Lúcia Castelo Branco (BRANCO, 1991, p. 31) completa seu argumento afirmando o “*caráter nostálgico de ambas*” as escritas [da memória e da mulher], que buscam um retorno ao passado, uma “*tentativa de resgatar o vivido, a experiência, o original (ou a própria origem), que residiria na base dessas duas modalidades de escrita*”. Não seria pertinente, contudo, neste estudo limitarmos a escrita de memórias ao sujeito feminino, uma vez que, ao se colocar essa restrição, estaríamos excluindo do memorialismo autobiográfico as vastas produções e publicações de homens e afastando sua familiaridade com os temas intimistas inerentes a qualquer ser humano.

Na verdade, a opção pelos relatos de memória pode indicar mais um movimento para o futuro, em uma espécie de devir-memória, do que propriamente um resgate do passado. É possível observar em muitas narrativas memorialísticas a intenção de fidelidade em relação às experiências vividas no passado, conferindo ao texto, ao leitor, uma impressão de que o que está sendo relatado representa exatamente o que aconteceu com o narrador-memorialista, principalmente quando a obra traz em si o pacto autobiográfico, tal qual proposto por Lejeune. Normalmente esses textos são, de fato, nostálgicos e mesmo saudosistas. Porém, nas obras selecionadas para análise nesta pesquisa não podemos dizer que nostalgia e saudosismo sejam os tons preponderantes. É o oposto disso que percebemos, rememoram-se passados traumáticos, cruéis, em que perdas irreparáveis foram brutalmente impostas a essas mulheres narradoras/autobiógrafas. O que esses textos evidenciam é a necessidade de se registrar a barbárie, de se confrontar a História retratada nos livros didáticos e até nos literários, quando as mulheres foram convencionalmente relegadas às margens sociais, como se não tivessem sofrido, nem participado direta ou indiretamente da Segunda Guerra Mundial, como se não tivessem sido atingidas por essa guerra.

É inevitável, portanto, relacionar as questões de gênero e a autoria feminina e, ainda, fazer esse paralelo entre as duas perspectivas, como o fez Evaldo Balbino da Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada *Entre a santidade e a loucura: a mulher escrita na bagagem poética de Adélia Prado* (2001). O autor afirma que

[A] leitura psicanalítica insiste em um conceito de escrita feminina com seus atributos próprios (uterina, íntima, sentimental, verborrágica, repetitiva, afetiva), mesmo reconhecendo que isso também aparece em escritas de homens, esse conceito se apega a ontologias. Já a concepção dos estudos de gênero considera o ser como construção sócio-psíquico-cultural, e nessa construção não há naturalidades ou ontologias, mas modos de construção dos sujeitos em certas perspectivas contextuais. (SILVA, 2001, p. 20-21)

A segunda perspectiva apontada acima é a que tomaremos como referência nesta Tese. Estamos diante de mulheres diferentes, em idades e espaços diversos, e que apresentam pontos em comum nos seus discursos, isso por causa também de constringências sociais, religiosas etc., mas também apresentam divergências, justamente pelos diferentes contextos e formações.

Logo, reiteramos que a perspectiva psicanalítica sobre a escrita feminina não é o enfoque principal privilegiado por este estudo, embora não possa ser totalmente descartada. Lúcia Castelo Branco (BRANCO, 1991, p. 20) observa que

[p]ara Freud a feminilidade é adquirida. E essa trajetória, que de fato não é absolutamente determinada pelo corpo (no sentido de que não basta possuir um corpo de mulher para se constituir como mulher), é certamente atravessada pelo corpo, já que o corpo está sempre aí, “esbarrando” no real e apontando caminhos e descaminhos.

Considerando suas inegáveis contribuições, é preciso admitir que a leitura nesse viés é passível de ser concebida paralelamente à de cunho sócio-cultural, já que as questões do corpo perpassam, frequentemente, as narrativas em análise e as reflexões que serão realizadas nesta Tese.

Em síntese, neste trabalho o primeiro capítulo, propriamente dito, é dedicado à análise de *O diário de Anne Frank*, intitulado “Anne Frank e a escrita atravessada pelo medo”.

Por sua vez, o segundo capítulo trata das obras de Eva Schloss, sob o título “Eva Schloss em duas autobiografias – catástrofe e testemunho”.

O terceiro capítulo é reservado ao estudo da obra de Svetlana Aleksievitch e aborda questões específicas da memória biográfica/autobiográfica, como o registro dessas lembranças realizado por outro que não o “eu” que rememora. O título desse capítulo é “Lembranças de mulheres em armas – relatos memorialísticos sobre o *front*”.

O último capítulo está reservado para a conclusão da Tese, em que retomamos a autobiografia e as escritas de si como salvaguardas de memórias individual e coletiva. Observamos como as mulheres se representam através da escrita de si e ressignificam suas identidades a partir dos testemunhos e registros de suas memórias da guerra. Nesta última seção da Tese, são tecidas, portanto, as considerações finais retomando o trabalho desenvolvido de modo geral, em que é possível realizar uma reflexão sobre a relevância da pesquisa para o campo dos Estudos Literários, considerando, ainda, aspectos teóricos sobre a função da literatura e o valor literário das obras em análise.

1. A ESCRITA ATRAVESSADA PELO MEDO EM *O DIÁRIO DE ANNE FRANK*

*Se ao menos eu pudesse ser eu mesma,
ficaria satisfeita. (A.F)*

A obra de Anne Frank, embora com uma fortuna crítica bastante extensa, ainda nos proporciona muitas possibilidades de análises e reflexões. A epígrafe que abre este capítulo é uma chave de leitura que nos encaminha para uma síntese do que Anne viveu em seu enclausuramento para se refugiar dos nazistas. A adolescente precisou anular a si mesma, sair de cena da sociedade bárbara em que teve o trágico destino de viver (parte de sua vida) e morrer em um curto período de existência. Seu diário trata os mais diversos assuntos através de relatos que mostram um processo de crescimento e amadurecimento, de transição entre a menina/criança/adolescente que foi e a mulher que provavelmente se tornaria. Ela mesma tinha consciência desse processo e registrou em um excerto: “Sei que sou uma mulher, uma mulher com força interior e muita coragem.”. (FRANK, 2016, p. 272).

A jovem autora tinha consciência, inclusive, de que seu diário estava se tornando um livro de memórias contendo história, política, memória, vivências individuais e experiências coletivas: “[C]omo este diário se transformou numa espécie de livro de memórias, ele significa muito para mim”. (FRANK, 2016, p 168).

Ainda sobre a estrutura formal do gênero diário íntimo, retomando os apontamentos discutidos no capítulo introdutório desta Tese, Adriana Kanzepolsky (2017, p. 105) afirma que “[...] situa-se temporalmente em uma posição singular entre o presente e a memória e no cruzamento entre verdade e ficção”. Kanzepolsky chama a atenção ainda para a especificidade do diário pelo fato de ser um gênero em aberto, ou seja, não possui um desfecho. O autor do diário, assinala, “[i]merso na cotidianidade, não tem nenhuma preocupação pela continuidade. Qual é o final de um diário, acaso poderíamos indagar? Ou melhor: Qual lógica rege o seu final?” (2017, p.107).

Em *O diário de Anne Frank*, como sabemos, a última entrada registrada em seus manuscritos data de 01 de agosto de 1944, três dias antes de serem descobertos e

capturados, ela e as demais pessoas que se escondiam no Anexo Secreto, pela polícia nazista alemã.

É importante lembrar a relação frequente entre a infância/adolescência e a escrita de diários, o que conseqüentemente correlaciona infância e memória. Sílvia Cárcamo, em um capítulo que compõe a obra *Em torno da memória* (2017), realiza um levantamento de estudos publicados ao longo dos séculos até a contemporaneidade que abordam o tema das memórias da infância. O texto de Cárcamo se atenta ao fato de que, de modo geral, a criança era considerada um ser “invisível, e, portanto, irrepresentável” (CÁRCAMO, 2017, p. 203) na literatura e nas artes. O tema da infância só ganhou destaque a partir da década de 1960 e se consolidou a partir de 1970 na França com o historiador Philippe Ariès. As autobiografias modernas é que passaram a privilegiar o espaço temporal da infância e da adolescência, com as questões ligadas ao desenvolvimento e amadurecimento físico e psicológico, e também com as memórias traumáticas, como sinalizado por Demause, outro historiador da infância, retomado por Cárcamo: “[A] história da infância implica, na sua visão, reconstruir a memória de opressões e atrocidades de que foram vítimas as crianças, da qual participaram instituições e estruturas como a igreja, a família, a escola e o Estado.” (CÁRCAMO, 2017, p. 204).

Anne Frank, embora ainda muito jovem, acabara de completar seus treze anos de idade quando iniciou seus diários, era consciente da potencial invisibilidade de seus escritos e reflete em um registro de 20 de junho de 1942 (FRANK, 2016, p. 16):

[F]iquei alguns dias sem escrever porque queria, antes de tudo, pensar sobre meu diário. Ter um diário é uma experiência realmente estranha para uma pessoa como eu. Não somente porque nunca escrevi nada antes, mas também porque acho que mais tarde ninguém se interessará, nem mesmo eu, pelos pensamentos de uma garota de 13 anos.

Em outro relato, mais de um ano após o citado acima, em 30 de outubro de 1943, Anne continua com a mesma perspectiva de que ninguém deverá se interessar por suas confissões (FRANK, 2016, p. 152):

[Q]uem mais, além de mim, vai ler essas cartas? Com quem mais, além de mim, posso procurar conforto? Estou sempre precisando de consolo, costumo me sentir fraca e com frequência deixo de atender às minhas expectativas. Sei disso, e todos os dias resolvo ser melhor.

Sílvia Cárcamo formula, a partir dos conceitos elencados em seu estudo, como a assertiva de Demause acerca das memórias de opressões e atrocidades, que há uma relação frequente nas narrativas autobiográficas entre infância e violência, que formam “um par atroz”, como é o caso dos diários de guerra, dos regimes ditatoriais e dos textos memorialísticos de modo mais amplo. A escrita da memória traumática nesses textos, e mesmo na autoficção, seria, para a autora, um sintoma que se manifesta quando para o sujeito,

[D]iante da incapacidade de reconhecer a cena do trauma como acontecimento passado, essa cena torna-se única, eliminando qualquer superação positiva do vivido: o trauma freudiano representa, precisamente, o que sucede “uma e outra vez”, e está condenado à repetição porque permanece fora do tempo cronológico. (CÁRCAMO, 2017, p. 213)

Além das relações entre narrativas autobiográficas, infância e violência, é interessante assinalar a pertinência da citação acima, que é uma reflexão que se aplica às obras de Eva Schloss, que retoma suas memórias da adolescência no mesmo contexto do nazismo vivenciado por Anne Frank, como veremos no próximo capítulo desta Tese. Nas autobiografias de Eva e nos testemunhos das soviéticas registrados por Svetlana Aleksiévitich, observamos memórias traumáticas que se repetem décadas após a experiência do trauma.

Nos registros diarísticos de Anne Frank, podemos perceber as imagens da opressão e da violência de Estado muito presentes. É uma escrita aterrorizada, em que o medo paira o tempo todo sobre a jovem em uma constante tensão psicológica, como no excerto: “[N]ão poder sair me deixa mais chateada do que posso dizer, e me sinto aterrorizada com a possibilidade de nosso esconderijo ser descoberto e sermos mortos a tiros. Esta claro, é uma perspectiva muito desalentadora.” (FRANK, 2016, p. 37).

1.1- Primavera e inverno em Anne Frank

O diário de Anne Frank, analisado a partir da perspectiva da escrita de memórias de mulheres, particularmente no sentido sociocultural, tem a contribuir como um exemplo de literatura com especificidades interessantes. Uma adolescente, com

maturidade precoce, deixa perceber em seus relatos alguns posicionamentos incomuns para uma garota de sua idade. É possível perceber, ao longo dos registros do diário, que a menina vai amadurecendo ainda mais enquanto escreve. A própria autora (FRANK, 2016, p. 232) reflete sobre essa transição e avalia sobre ela e a irmã:

[...] por dentro somos muito mais velhas do que as garotas de nossa idade. Mesmo tendo somente 14 anos, sei o que quero, sei quem está certo e quem está errado, tenho minhas opiniões, ideias e meus princípios, e, mesmo que pareça estranho vindo de uma adolescente, me sinto mais como uma pessoa do que como uma criança – me sinto completamente independente dos outros.

No excerto acima, parece até mesmo faltar alguma palavra, quando Anne menciona o fato de sentir “mais como uma pessoa do que como uma criança”. Talvez ela quisesse dizer “mais como uma pessoa adulta”. É interessante relacionar esse ponto da narrativa com a invisibilidade da criança no seu tempo, de acordo com as análises de Cárcamo evocadas anteriormente. A jovem Anne parece ser consciente dessa distinção etária, da divergência entre crianças e adultos que ainda prevalecia à essa época, já que os pensamentos e opiniões de uma adolescente normalmente não eram tão relevantes quanto a de uma pessoa adulta.

Além da percepção do próprio amadurecimento psicológico, emocional, Anne Frank relata em seus escritos também o amadurecimento físico, as mudanças em seu corpo adolescente, a tão desejada transformação em corpo de mulher. Temas como a menstruação, o desabrochar dos desejos sexuais e as descobertas em seu e em outros corpos se fazem presentes no diário. Um exemplo do anseio de Anne por se tornar logo uma mulher, “oficialmente”, se evidencia no seguinte relato (FRANK, 2016, p. 61): “[A]h, estou louca para chegarem as minhas regras – finalmente serei adulta.” E ainda no excerto abaixo (FRANK, 2016, p. 70-71):

[Q]uase me esqueço de mencionar a notícia importante de que provavelmente minhas regras vão vir logo. Posso dizer isso porque vivo encontrando uma mancha esbranquiçada em minhas calcinhas, e mamãe já disse que elas começariam logo. Mal posso esperar. É um acontecimento tão importante! É uma pena que eu não possa usar toalhinhas higiênicas, porque não se consegue mais encontrar para comprar, e os tampões de mamãe só podem ser usados por mulheres que já tiveram neném.

O tema da menstruação como um evento simbólico, um rito de passagem para a vida adulta aparece em várias passagens ao longo da obra e marca o significado de ser

mulher para Anne Frank: “[M]inha menstruação não vinha há dois meses, mas finalmente começou no domingo passado. Apesar da sujeira e do incômodo, estou feliz porque ela não me abandonou.” (FRANK, 2016, p. 290). E as sensações experimentadas pela garota são retratadas com muita intensidade em sua escrita:

[A]cho que o que está acontecendo comigo é algo maravilhoso, e não falo somente das mudanças que acontecem no exterior do meu corpo, mas também das que ocorrem por dentro. Nunca comento essas coisas com os outros, e é por isso que tenho de falar sobre elas comigo mesma. Sempre que fico menstruada (e isso só aconteceu três vezes), tenho a sensação de que, apesar de toda a dor, do desconforto e da sujeira, sou dona de um segredo. Assim, mesmo sendo uma coisa chata, de certo modo estou sempre ansiosa pela época em que vou sentir esse segredo outra vez dentro de mim. (FRANK, 2016, p. 171)

Aliás, não apenas esse assunto é constante na obra, mas as questões sobre o corpo e a sexualidade de maneira geral. É perfeitamente natural que esses temas sejam frequentes na adolescência, em que ocorre o desabrochar físico e sexual. Todavia, para Anne Frank a experiência desse processo foi particularmente mais sofrida, considerando seu contexto de confinamento no esconderijo. Pouco espaço, várias pessoas de famílias diferentes no mesmo ambiente, nenhuma amizade, além da querida Kitty – nome afetuoso com que se referia ao seu diário íntimo, que pudesse compartilhar abertamente suas incertezas e inseguranças sobre as mudanças no corpo e na mente. Se pensarmos que tantas outras meninas passaram pelas mesmas angústias pelas quais passou Anne Frank, com a apreensão contínua e o medo de serem capturadas pelos nazistas, somando-se a isso as questões internas, individuais, peculiares da puberdade, podemos imaginar como os relatos da autora se configuram como um exemplo, uma amostra de um grupo enorme, de um coletivo que compartilhava das mesmas dores, da perseguição, do terror da deportação e do extermínio.

Além das alterações físicas e psicológicas perceptíveis no decorrer dos diários da autora (a obra original é composta por cadernos e papéis avulsos), algumas questões sexuais mais surpreendentes confessas por ela podem deixar um ou outro leitor perplexo, quando, por exemplo, Anne Frank fala sobre sentimentos e desejos mais íntimos e sobre as mudanças que também ocorriam nos corpos das amigas. Uma dessas passagens é o episódio em que a autora sugere a prática da masturbação (FRANK, 2016, p. 171): “[À]s vezes, quando me deito à noite, sinto um desejo terrível de tocar meus seios e ouvir as batidas calmas e firmes de meu coração.” Logo em seguida, revela algo

ainda mais impactante para a época em que viveu, uma vez que as questões relacionadas à sexualidade eram completamente rechaçadas e consideradas tabus para a sociedade: (FRANK, 2016, p. 171-172):

[I]nconscientemente, eu tinha essas sensações antes mesmo de vir para cá. Uma vez, quando estava passando a noite na casa de Jacque, não pude conter minha curiosidade sobre seu corpo, que ela sempre havia escondido de mim e que eu nunca tinha visto. Perguntei se, como prova de nossa amizade, poderíamos tocar os seios uma da outra. Jacque recusou. Também tive um desejo terrível de beijá-la, e beijei. Sempre que vejo uma mulher nua, como a Vênus em meu livro de história da arte, entro em êxtase. Às vezes acho que elas são tão maravilhosas que tenho de lutar para conter as lágrimas. Se ao menos eu tivesse uma amiga!

Podemos observar no relato acima esse processo de descoberta de si mesma e dos outros ao seu redor, desejos desabrochando e se (re) configurando. A cena descrita insinua um impulso homoafetivo, e é, evidentemente, um dos registros suprimidos nas versões anteriores da obra publicada, por motivos de censura e recato, como já conhecemos a história das edições do diário da autora.

Anne Frank era, de fato, uma menina muito à frente de seu tempo, seja pela perspicácia e pelas críticas amadurecidas sobre diversos assuntos, seja pela naturalidade com que tratou de temas que até hoje são considerados tabus na sociedade de modo geral. A sexualidade, por exemplo, é algo que perpassa toda a obra da autora, que aborda a questão de maneira descontraída e natural. Anne reflete sobre o porquê de as pessoas terem tanto receio de falar sobre sexo, como no excerto abaixo (FRANK, 2016, p. 183):

[A]ntes de vir para cá, sempre que alguém em casa ou na escola falava sobre sexo, era uma coisa cheia de segredos e nojenta. Qualquer palavra relativa a sexo era dita em sussurros, e as crianças que não entendiam eram ridicularizadas. Isso me parecia estranho, e muitas vezes fiquei me perguntando por que as pessoas eram misteriosas e pedantes quando falavam nesse assunto. Mas, como eu não podia mudar nada, falava o mínimo possível ou pedia informações às minhas amigas. Depois de eu ter aprendido um bocado, uma vez mamãe me disse: “Anne, quero dar um conselho. Nunca converse sobre isso com garotos, e, se eles puxarem o assunto, não responda”. Ainda lembro minha resposta exata: Não. Claro que não. Imagine! E nada mais foi dito. [...]. Assim que viemos nos esconder, papai costumava me falar de coisas que eu preferiria ter ouvido de mamãe, e aprendi o restante em livros ou em pedaços de conversas que captei.

A partir dessas autorreflexões e da percepção das transformações em si mesma, Anne Frank (2016, p. 197) elabora uma metáfora que representa bem sua condição feminina adolescente ao fazer uma analogia de sua vida com a primavera:

[Q]uerida Kitty,

O sol está brilhando, o céu é de um azul profundo, há uma brisa deliciosa, e estou sentindo falta – realmente sentindo falta – de tudo: conversa, liberdade, amigos, de ficar sozinha. Sinto vontade... de chorar! Sinto como se fosse explodir. Sei que chorar ajuda, mas não consigo. Estou inquieta. Ando de um cômodo para outro, respiro pela fresta da janela, sinto o coração bater como se dissesse: realize meus desejos.... Acho que a primavera está dentro de mim. Sinto a primavera despertando, sinto em todo o meu corpo e minha alma. Tenho de me forçar a agir normalmente. Estou numa confusão absoluta, não sei o que ler, o que escrever, o que fazer. Só sei que estou sentindo falta de alguma coisa...

Do mesmo modo que o sol, as flores, a vegetação, despertam nessa estação, também seu corpo e sua mente desabrochavam para a vida adulta nesse período. Todavia, o que pesava mais na situação que a autora estava vivenciando era outra estação, para utilizar também uma metáfora: era o inverno no mundo político e na história que esmagava o desenrolar natural do crescimento e amadurecimento da menina, assim como de tantas (os) outras (os) jovens vítimas do regime nazista. A condição feminina/adolescente de Anne foi dilacerada pela barbárie, pela catástrofe que a colocou em situação clandestina, como a epígrafe deste capítulo sinaliza, impedindo-a de viver plenamente essa etapa tão peculiar da natureza humana, e pior, ceifando sua breve e promissora existência.

1.2- Um teto todo compartilhado

Anne Frank fazia questão de ter sua privacidade garantida, ainda que isso pudesse se concretizar somente através de seu diário. Porém, o espaço físico se tornou um grande problema inclusive para a sua prática de escrita e estudos, além de toda a problemática que o confinamento gerou para as famílias Frank e Van Dan (Van Pels) que se juntaram no Anexo Secreto. A jovem relata esse impasse em algumas páginas do diário, em que registra as querelas entre ela e o Sr. Dussel (Fritz Pfeffer), um dentista que se escondia também no Anexo, já que ambas as famílias avaliaram que havia

espaço para mais uma pessoa que precisasse do esconderijo. Os contratempos se iniciaram pelo fato de que o lugar reservado ao Sr. Dussel era exatamente em um pequeno quarto com Anne Frank, e eles tinham que se revezar no tempo de utilização da mesa do quarto, até que a garota decide solicitar parte do espaço e do tempo:

[O]ntem à tarde, papai me deixou perguntar ao Sr. Dussel se ele por acaso poderia fazer a gentileza (está vendo como sou educada?) de me deixar usar a mesa de nosso quarto duas tardes por semana, das quatro às cinco e meia. Eu já uso todos os dias, das duas e meia às quatro, enquanto Dussel tira um cochilo, mas no resto do tempo o quarto e a mesa estão fora do meu alcance. É impossível estudar à tarde no outro cômodo, porque lá acontece muita coisa. Além disso, às vezes papai gosta de usar a escrivaninha durante a tarde. (FRANK, 2016, p. 118, 119)

Na citação acima é possível observarmos novamente uma nuance de humor, quando a autora se dirige ao interlocutor chamando a atenção para o fato de ser educada, mesmo em uma situação adversa. Esse recurso faz um contraponto com o horror que prevalece na escrita de Anne Frank.

Após muita insitência de Anne e relutância do Sr. Dussel, que se negava a ceder e rotulava a menina de egocêntrica, afirmando que suas atividades eram improdutivas, Otto Frank mediou a negociação e a autora conseguiu o que almejava:

[F]inalmente, Dussel teve que ceder, e ganhei a oportunidade de trabalhar sem interrupção duas tardes por semana. Dussel ficou muito irritado, não falou comigo durante dois dias e fazia questão de ocupar a mesa das cinco às cinco e meia – tudo muito infantil, claro. Qualquer pessoa tão mesquinha e pedante aos 54 anos deve ter nascido assim, e nunca vai mudar. (FRANK, 2016, p. 121)

Virgínia Woolf, em *Um teto todo seu* (1929), tece considerações importantes sobre a necessidade de haver um espaço de trabalho e de produção intelectual, especificamente para as mulheres, que normalmente cuidavam da casa e da família como função primordial à época a que a escritora se referia. Woolf sinaliza como imprescindível um ambiente reservado exclusivamente para as atividades de leitura e escrita, em que as mulheres possam se dedicar ao seu trabalho sem interferências externas, sem que os alheamentos domésticos possam desviá-las de suas práticas intelectuais. Parece ser exatamente isso o que Anne Frank demandava no Anexo Secreto. Virgínia Woolf já reivindicava, além do lugar de trabalho, esse “teto todo seu”, que as mulheres também tivessem condições financeiras para desempenharem de

maneira independente seu ofício como escritoras e estudiosas, de modo proporcional aos homens, sempre privilegiados também nesse sentido.

Um ponto bastante instigante na leitura da obra de Anne Frank é o fato de podermos observar na autora uma espécie de feminismo latente, como o exemplo acima mencionado, sobre requerer um espaço próprio para suas ocupações. Como já dito, a própria Anne se sentia uma mulher, e nós, leitores, compactuamos com essa premissa a partir das ideias expressas em seus escritos, como no excerto abaixo:

[N]ão consigo me imaginar vivendo como mamãe, a Sra. Van Daan e todas as mulheres que fazem o seu trabalho e depois são esquecidas. Preciso ter alguma coisa além de um marido e de filhos aos quais me dedicar! Não quero que minha vida tenha passado em vão, como a da maioria das pessoas, mesmo àquelas que jamais conheci. (FRANK, 2016, p. 260)

É realmente interessante que uma garota de quatorze anos de idade, na década de 1940, teça considerações como essa. Principalmente se levarmos em conta que os movimentos feministas ganharam força e forma mais sólida e oficialmente apenas mais tarde, na década de 1960. Anne Frank, àquela época, já possuía seu posicionamento definido sobre o lugar que desejava ocupar na sociedade: “[D]ecidi levar uma vida diferente da de outras garotas, e não me tornar mais tarde uma dona de casa comum.” (FRANK, 2016, p. 290-291). Mais ao final de seu diário, já aos quinze anos de idade, a autora reitera sua resolução: “[A] monotonia estava me matando. Cada fiapo que eu puxava me dava mais certeza de que nunca, jamais, quero ser apenas uma dona de casa.” (FRANK, 2016, p. 337).

Para além das assertivas sobre o que almejava para si, Anne Frank também revela em seu diário o que pensava sobre a questão da mulher na sociedade de modo geral. A autora avalia como a condição das mulheres ao longo da história não foi privilegiada e disserta (FRANK, 2016, p. 327-329):

Uma das muitas perguntas que me incomodam é por que as mulheres eram vistas, e ainda são, como inferiores aos homens. É fácil dizer que isso é injusto, mas não basta; realmente gostaria de saber o motivo dessa grande injustiça! Aparentemente os homens dominaram as mulheres desde o início por causa da força física; são os homens que ganham a vida, geram crianças e fazem o que querem.... Até bem pouco tempo, as mulheres aceitavam isso em silêncio, o que era algo estúpido, já que, quanto mais as coisas demoram a mudar, mais entranhadas ficam. Ainda bem que a educação, o trabalho e o progresso abriram os olhos das mulheres. Em muitos países, elas adquiriram direitos iguais; muitas pessoas principalmente mulheres, e também homens,

percebem agora como é errado tolerar essa situação durante tanto tempo. As mulheres modernas querem o direito de ser completamente independentes. Mas não é só isso. As mulheres devem ser respeitadas também! Falando em termos gerais, os homens são mais valorizados em todas as partes do mundo; então, por que as mulheres não devem ter a sua cota de respeito? Soldados e heróis de Guerra são homenageados e condecorados, exploradores recebem fama imortal, mártires são reverenciados, mas quantas pessoas veem as mulheres também como soldados? No livro *Stridjers voor het leven* [Men Against Death], fiquei chocada com o fato de que somente com o parto a mulher costuma sofrer mais dor, doenças e infortúnios do que qualquer herói de guerra. E o que ela recebe por suportar toda essa dor? É jogada para o lado quando é desfigurada pelos partos, os filhos vão embora, a beleza desaparece. As mulheres, seres que sofrem e suportam a dor para garantir a continuação de toda a raça humana, seriam soldados muito mais corajosos do que todos aqueles heróis falastrões lutadores pela liberdade postos juntos. Não quero sugerir que as mulheres devam parar de ter filhos; pelo contrário, a natureza lhes deu essa tarefa, e é assim que deve ser. O que condeno é nosso sistema de valores e os homens que não reconhecem como é grande, difícil, mas lindo, o papel da mulher na sociedade. Concordo totalmente com Paul de Kruif, autor desse livro. Quando diz que os homens devem aprender a não pensar mais no nascimento como uma coisa inevitável nas partes do mundo que consideramos civilizadas. Para os homens é fácil falar – eles não suportam nem terão de suportar os fardos da mulher! Acredito que, no correr do próximo século, a ideia de que é dever da mulher ter filhos mudará e abrirá caminho para o respeito e a admiração a todas as mulheres, que carregam seus fardos sem reclamar e sem um monte de palavras pomposas!

A passagem acima é de extrema importância quando analisamos a escrita de Anne Frank. A autora, embora ainda muito jovem, elabora uma reflexão profunda e demonstra conhecimento e discernimento entre natureza e cultura em relação às mulheres. Ao articular tal análise, Frank retrata de modo ímpar seu pensamento libertador, que solta as amarras dos preconceitos e aponta uma direção sensata e justa para a posição das mulheres na sociedade.

Mais ao início do diário, em entrada datada de 13 de dezembro de 1942, a jovem autora, ao observar furtivamente o mundo exterior ao Anexo Secreto pelas frestas das janelas, já aponta sua perspectiva moderna de mundo e faz uma crítica desprezível à situação em que as mulheres se encontram:

[A]tualmente, consigo reconhecer as mulheres num instante: ficando gordas de tanto comer batatas, vestidas com um casaco verde ou vermelho e sapatos gastos, com uma bolsa de compras pendurada no braço, rostos sérios ou alegres, dependendo do humor dos maridos. (FRANK, 2016, p. 88)

Apesar das reflexões da autora sobre a condição da mulher na sociedade e seu posicionamento tendendo ao feminismo, Anne Frank tece algumas considerações sobre

o que é próprio do homem e o que é próprio da mulher a partir da visão tradicional das diferenças de gêneros. Ao início do diário, quando Anne ainda podia frequentar a escola, relata que um professor lhe deu como dever de casa que escrevesse uma redação com o tema “Uma tagarela”, referindo-se ao fato de que a garota falava demais, ao que a autora pondera:

[U]ma tagarela, o que é que a gente pode escrever sobre isso? [...]. Argumentei que falar era uma característica feminina e que eu faria o máximo para me controlar, mas nunca poderia acabar com o hábito, pois minha mãe falava tanto quanto eu, se é que não falava mais, e é muito difícil mudar características herdadas. (FRANK, 2016, p. 21)

Claro que Anne poderia estar sendo irônica e apenas tentando justificar ao professor sua necessidade de falar muito. Mas, em outra entrada, datada de 18 de março de 1944, a jovem discorre sobre sexo, um assunto embaraçoso nas relações entre pais e filhos, e também sobre a instituição do casamento, e afirma (FRANK, 2016, p. 233):

[U]ma grande barreira para os adultos – ainda que em minha opinião ela não seja maior que um pedregulho – é que eles têm medo de que os filhos não vejam mais o casamento como algo tão sagrado e puro ao perceberem que, na maioria dos casos, essa pureza é um total absurdo. Segundo meu ponto de vista, não é errado que um homem traga um pouco de experiência anterior ao casamento. Afinal de contas, isso não tem nada a ver com o casamento em si, tem?

Embora sua avaliação seja ainda conservadora, sobre o homem poder ter experiências anteriores ao casamento, e não mencionando o mesmo sobre as mulheres, é natural que na década de 1940 os filhos fossem educados dessa forma, especialmente as meninas. É importante esclarecer que, mesmo se tratando de uma família judia, os Frank eram considerados muito modernos e até liberais na educação das filhas, fato que era, inclusive, alvo de críticas dos companheiros de Anexo, os Van Dan. Entretanto, apesar dessa tendência vanguardista nas relações com Anne e Margot, Otto e Edith Frank certamente traziam em sua formação alguns componentes conservadores advindos dos costumes da comunidade judaica, que se aplicavam também à tradição da sociedade em geral com relação aos papéis de gênero.

Quando Anne Frank conta ao pai sobre sua amizade com Peter van Daan, companheiro de Anexo Secreto, Otto pondera: “[B]om, você sabe que eu entendo os dois. Mas é você quem deve se conter. Não vá lá para cima com tanta frequência, não o

encoraje mais do que o necessário.” E ratifica a orientação: “[E]m questões assim é sempre o homem que assume o papel ativo, e é dever da mulher mostrar os limites.” (FRANK, 2016, p. 287).

Enfim, Anne Frank se coloca, de modo geral, em posicionamento que sinaliza ao leitor seu feminismo em potencial. Na maior parte de seus relatos a autora defende a independência das mulheres em todos os aspectos. Em resposta à advertência do pai, Otto Frank, Anne registra em seu diário algo como uma carta com o que pretendia dizer a ele: “[V]ocê está decepcionado comigo, esperava que eu me contivesse mais, sem dúvida quer que eu aja como deve agir uma garota de 14 anos. Mas é aí que você está errado!” (FRANK, 2016, p. 291). E em um ímpeto de rebeldia próprio da adolescência, escreve: “[S]ei que sou independente, e não sinto a necessidade de prestar contas de meus atos a vocês.”. E se precipita ao afirmar: “[V]enci! Sou independente de corpo e pensamento. Não preciso mais de uma mãe, e emergi da luta como uma pessoa mais forte.” (FRANK, 2016, p. 292).

1.3- **Diário e resistência**

A autora estava obstinada a viver intensamente, talvez ainda mais pela ameaça de ter a vida interrompida. Seu senso de independência, de opinião formada, lhe conferia força, vitalidade e o desejo de continuar resistindo e vencer os empecilhos que o mundo lhe impunha. Em outra passagem, Anne Frank (2016, p. 272) conjectura:

[E]stou ficando cada vez mais independente de meus pais. Mesmo sendo jovem, enfrento a vida com mais coragem e tenho um sentimento de justiça melhor e mais verdadeiro do que o de mamãe. Sei o que quero, tenho um objetivo, tenho opiniões, uma religião e amor. Se ao menos eu pudesse ser eu mesma, ficaria satisfeita. Sei que sou uma mulher, uma mulher com força interior e muita coragem! Se Deus me deixar viver, vou realizar mais do que mamãe jamais realizou, vou fazer com que minha voz seja ouvida, vou para o mundo e trabalharei em prol da humanidade!

Embora, infelizmente, a jovem não tenha sobrevivido para realizar seus planos de vida, seu legado se configura, através de seu diário, desde suas relações com os pais e as demais pessoas à sua volta, com sua argumentatividade, seus questionamentos e seu

enfrentamento das situações, como uma escrita de resistência. Os relatos da adolescente são repletos de reflexões sobre a vida e, particularmente, sobre o contexto totalitário que vivenciou. Apesar da pouca idade, Anne deixou evidente em sua escrita um traço forte de sua personalidade em desenvolvimento, como exemplifica um pequeno trecho com entrada datada de 02 de março de 1944: “[A]s pessoas podem mandar alguém calar a boca, mas não podem impedi-lo de ter uma opinião. Não se pode proibir ninguém de ter uma opinião, não importa se a pessoa é muito jovem!” (FRANK, 2016, p. 212). Embora a autora estivesse se referindo aos adultos com quem estava confinada no Anexo Secreto, podemos ampliar essa perspectiva e avaliar como a garota já se colocava de modo reflexivo e argumentativo sobre questões gerais. Logo mais, em 07 de março do mesmo ano, Anne Frank (2016, p. 220) faz uma retrospectiva dos fatos recentes e conclui:

[V]ejo minha vida até o Ano-Novo de 1944 como se tivesse olhando através de uma lente ponderosa. Quando estava em casa, minha vida era cheia de sol. Depois, no meio de 1942, tudo mudou da noite para o dia. As brigas, as acusações... não podia me adaptar a elas. Fui apanhada desprevenida, e o único jeito de manter a individualidade era contra-atacar.

Os excertos acima citados podem ser considerados como uma escrita da resistência. Uma resistência interior, existencial, mas também social e política, uma vez que os motivos que conduziram a vida de Anne Frank à ruína foram dessa natureza. Alfredo Bosi, em sua obra *Literatura e resistência* (2002), mais especificamente no capítulo “Narrativa e resistência”, afirma que “[R]esistir é opor a força própria à força alheia” (BOSI, 2002, p. 118), e que em certas obras literárias há “[u]ma tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema” (BOSI, 2002, p. 129).

Embora saibamos que o contexto de produção dos diários da jovem Anne foi, de fato, um campo fértil para inúmeras narrativas de resistência, e mesmo para a manifestação da resistência em outras artes e na cultura, de forma geral, os registros de Anne Frank não são tão pungentemente direcionados às mentalidades dominantes, antes, os relatos escritos da autora foram produzidos, ao menos inicialmente, para si mesma, como uma forma de superar o enclausuramento físico e psicológico. A escrita diarística de Anne Frank corrobora a teoria de Bosi, que analisa:

[A] escrita resistente decorre de um *a priori* ético, um sentimento do bem e do mal, uma intuição do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes. [...] A escrita de resistência, a narrativa atravessada pela tensão crítica, mostra, sem retórica nem alarde ideológico, que essa “vida como ela é” é, quase sempre, o ramerrão de um mecanismo alienante, precisamente o contrário da vida plena e digna de ser vivida. (BOSI, 2002, p. 131)

A vida de Anne Frank, como ela foi, realmente incorreu no rol das asperezas existenciais, uma vez que se configurou como “o contrário da vida plena e digna de ser vivida”, como aponta Bosi no trecho supracitado.

A necessidade de se expressar, somada à ausência de uma amiga real com quem a autora pudesse compartilhar suas questões pessoais, conduziram a garota a um processo de escrita terapêutica. Ou seja, o próprio ato de escrever se configurou como uma forma de resistir: “[A] melhor coisa é poder escrever todos os meus pensamentos e sentimentos; do contrário, iria me sufocar.” (FRANK, 2016, p. 230). Em outro trecho, avalia: “[M]eus escritos, a melhor coisa que tenho, estão indo bem.” (FRANK, 2016, p. 206).

Bosi (2002, p. 125) faz uma “[d]istinção entre resistência como *tema* da narrativa e resistência como *processo* constitutivo de uma certa escrita”, ponto que será retomado mais detalhadamente no capítulo desta Tese dedicado às obras de Eva Schloss. Observamos, portanto, que a resistência na obra de Anne Frank se configura como um processo constitutivo da narrativa.

O diário de Anne Frank revela um misto de ansiedade, fé, esperança e resignação. Em diversas entradas do diário a autora confessa os sentimentos de medo, pânico e terror que pairavam sobre ela e os seus, e a angústia da incerteza resvalava na escrita: “[Q]ue aconteça alguma coisa logo, até mesmo um ataque aéreo! Nada pode ser mais esmagador do que essa ansiedade. Que chegue o fim, mesmo sendo cruel; pelo menos saberemos se vamos ser vencedores ou vencidos.” (FRANK, 2016, p. 316). Em outros momentos a esperança prevalecia (FRANK, 2016, p. 291):

[S]ou jovem e tenho muitas qualidades ocultas; sou jovem, forte e vivo uma grande aventura; estou no meio dela e não posso passar o dia inteiro reclamando porque é impossível me divertir! Sou abençoada com tantas coisas: felicidade, alegria e força. A cada dia me sinto amadurecendo, sinto a libertação se aproximar, sinto a beleza da natureza e a bondade das pessoas

ao redor. A cada dia penso em como essa aventura é fascinante e divertida!
Com tudo isso, por que deveria me desesperar? *Sua Anne M. Frank*

O relato acima revela que Anne tinha, sim, lampejos de otimismo e esperança de vitória. Entretanto, também é possível inferir que a jovem tentava convencer a si mesma de algo que ela talvez não acreditasse, pois o que vivenciava não era exatamente uma “aventura divertida”. Podemos ainda ler essa passagem como mais uma metáfora da autora, que se utilizou diversas vezes desse recurso ao longo de sua obra. Estar “no meio dela”, dessa aventura, pode ser lido como o fato de que Anne estava no meio da vida, no meio do mundo, e que essa era a grande aventura que ela desejava experimentar de modo intenso, em sua completude.

A fé, a religiosidade, era outro pilar que sustentava a autora em seu confinamento. Em vários registros, Anne Frank recorre à religião como fonte de força e esperança para superação do contexto de exclusão e perseguição a que estava submetida: “[Q]uem é religioso deve se alegrar, porque nem todo mundo é abençoado com a capacidade de acreditar numa ordem superior.” (FRANK, 2016, p. 333).

Enquanto estava no Anexo Secreto, Anne Frank sempre se lembrava daqueles que já haviam sido capturados pelos nazistas e encaminhados para os campos de concentração e extermínio. Especialmente, Anne se recordava com muito afeto de sua amiga Hanneli e orava a Deus para que lhe protegesse do pior:

[A]h, Hanneli, espero que você viva até o fim da Guerra e volte para nós [...] Deus misericordioso, conforte-a, para que ao menos ela não fique só. Ah, se ao menos o Senhor pudesse dizer-lhe que estou pensando nela com compaixão e amor, isso poderia ajudá-la. (FRANK, 2016, p. 160)

Em outros momentos, todavia, Anne se entregava ao destino de modo desapegado e resignado: “[C]heguei a ponto de nem me importar se vivo ou se morro. O mundo vai continuar girando sem mim, e não posso fazer nada para mudar os acontecimentos.” (FRANK, 2016, p. 193).

As angústias vivenciadas por Anne Frank, tendo vazão em seus registros diarísticos, no liame entre o público e o privado, caracterizam, além da escrita de resistência, também uma forma de escrita de vida (*life-writing*). As concepções de *life-writing*, apresentadas pelas teóricas de língua inglesa Margareta Jolly e Meg Jensen,

bem como as proposições de Max Saunders sobre os sujeitos da narrativa nas escritas de si são abordadas e aprofundadas sistematicamente nos trabalhos de pesquisa de Denise Borille de Abreu. A autora utiliza o conceito em alguns de seus estudos, como em artigo publicado em 2016, sob o título “Fronteiras de identidades: a escrita do eu em ‘O diário de Anne Frank’”, Denise Borille propõe que

[a] escrita de vida pode vir a propiciar ao sujeito traumatizado a oportunidade de reconstruir uma história e também a si próprio, agregando certa linearidade a uma história que, devido à intensidade de um encontro com o *Dasein* traumático, não teve início, meio e fim. Sendo assim, não surpreende constatar que o encontro entre a escrita de vida e os estudos de teoria do trauma seja de proveito cada vez maior para entendimento da história contemporânea, sobretudo no que diz respeito à questão da reivindicação pelos direitos humanos. (ABREU, 2016, p. 64)

A escrita de vida, que é inerente às escritas de si, seria mais uma forma de lidar com as conjunturas traumáticas, mais uma maneira de resistir às experiências da violência política, especialmente nos testemunhos e nos diários redigidos em contextos de guerra.

As concepções de *life-writing*, ou escrita de vida apresentadas por Denise Borille são retomadas no próximo capítulo, em que são analisadas as autobiografias de Eva Schloss.

1.4- Tensão e terror nas páginas do diário

A tensão, e o medo perpassam quase toda a obra de Anne Frank. O tempo todo a autora se vê diante de um perigo iminente, o que causava as sensações de ansiedade e incertezas, as quais já foram tratadas anteriormente neste capítulo. Podemos dizer que a escrita de Anne também é uma escrita do medo, do horror, já que o contexto da Segunda Guerra Mundial era uma fatídica realidade em toda a Europa, principalmente com a perseguição aos judeus: “[E]ssa pobre gente está sendo embarcada para matadouros imundos como um rebanho de gado doente e maltratado. [...] Meus pensamentos me dão pesadelos.” (FRANK, 2016, p. 105). Desde as primeiras páginas do diário, já no esconderijo, a autora registra: “[N]ão importa o que façamos, temos muito medo de que

os vizinhos possam nos ver ou ouvir.” (FRANK, 2016, p. 36). Mais adiante, Anne relata como um toque da campainha era capaz de causar terror:

Querida Kitty, ontem tive um medo terrível. Às oito horas, a campainha tocou de repente. Só pude pensar que alguém estava vindo nos pegar, você sabe de quem estou falando. Mas me acalmei quando todo mundo jurou que deveriam ser moleques ou o carteiro. (FRANK, 2016, p. 58)

Hoje, no fim da tarde, quando Bep ainda estava aqui, soou um toque longo e alto na campainha da porta. Fiquei branca no mesmo instante, meu estômago revirou e meu coração bateu feito um louco – tudo isso porque eu estava com medo. (FRANK, 2016, p. 155)

Eram sucessivos os sobressaltos que vivenciavam no esconderijo e que Anne narra em seus escritos. Em certa ocasião, um carpinteiro esteve no prédio do Anexo Secreto, nos andares inferiores, onde funcionava a empresa de pectinas e especiarias de Otto Frank. De súbito, alguém começou a bater persistentemente na porta do Anexo, na estante que ocultava a entrada: “[F]icamos brancos de medo. [...] Fiquei tão apavorada que quase desmaiei ao pensar naquele estranho descobrindo nosso maravilhoso esconderijo.” (FRANK, 2016, p. 67). Felizmente, o desfecho não foi trágico como temiam, era o Sr. Kleiman, um dos cúmplices e auxiliares da família. Ainda assim, o medo permaneceu e Anne registrou:

[Q]uerida Kitty, minhas mãos ainda estão tremendo, apesar de já fazer duas horas desde que tomamos o susto. [...] Na minha imaginação, o homem que estaria tentando entrar no Anexo Secreto havia crescido sem parar até se transformar não somente num gigante, mas também no fascista mais cruel do mundo. (FRANK, 2016, p. 68)

O pavor experimentado pela autora foi tamanho que, em seu imaginário, ela criou uma espécie de materialização de um grande monstro fascista. De fato, o fascismo, em todas as suas vertentes, pode ser mesmo considerado como um grande monstro da humanidade.

Um traço interessante de ser observado a partir da leitura dos diários de Anne Frank é sua capacidade de autorreflexividade, além da autorreferência, critério próprio das escritas de si: “[É] engraçado, mas às vezes consigo me enxergar como os outros me veem. Dou uma olhada tranquila na pessoa chamada Anne Frank e folheio as páginas de sua vida como se ela fosse uma estranha.” (FRANK, 2016, p. 178). A habilidade da autora de se ver a partir do olhar dos outros, de se colocar e se referir a si mesma em

terceira pessoa é um exercício filosófico-existencial. Inclusive, em diversos momentos ela reprova o que avalia de si: “[G]ostaria de pedir a Deus que me desse outra personalidade, uma que não criasse antagonismos com todo mundo.” (FRANK, 2016, p. 92). A jovem ainda reflete sobre a essência das outras pessoas: “[V]ocê pode me dizer por que as pessoas se esforçam tanto para esconder seu eu verdadeiro?” (FRANK, 2016, p. 181).

Em alguns momentos, Anne revela uma acidez ao comentar sobre alguns indivíduos, particularmente sobre sua família e os companheiros de esconderijo. Reclamando de sua mãe e Margot, que frequentemente se uniam nas desavenças com Anne, a autora confessa: “[E]u gosto delas, mas somente porque são mamãe e Margot. Não dou a mínima para elas como pessoas. De minha parte, elas poderiam pular num lago.” (FRANK, 2016, p. 150). Em outro registro, após mais uma de tantas contendas com a mãe, Edith, declara: “[M]amãe está triste, porque ainda me ama, mas eu não estou nem um pouco infeliz, porque ela não significa mais nada para mim.” (FRANK, 2016, p. 253).

Se, por um lado, a relação da jovem autora com a mãe era conturbada, com o pai era de muito afeto:

[C]om papai é diferente. Quando o vejo sendo parcial com Margot, aprovando qualquer coisa que ela faça, elogiando, abraçando, sinto uma dor por dentro, porque sou louca por ele. Eu me guio por papai, e não há ninguém no mundo que eu ame mais. Ele não percebe que trata Margot diferente de mim: por acaso Margot é simplesmente a mais inteligente, a mais delicada, a mais bonita e a melhor. Mas eu também tenho o direito de ser levada a sério. (FRANK, 2016, p. 150,151).

Contudo, as reflexões sobre os outros não se limitam às críticas, como nas citações anteriores sobre a mãe e a irmã, de quem Anne sente ciúmes em relação ao pai. A virtude da alteridade é uma qualidade que podemos atribuir à Anne Frank, que em diversas entradas do diário se compadece de seus semelhantes:

[S]into-me má ao dormir numa cama quente, enquanto em algum lugar meus melhores amigos estão caindo de exaustão ou sendo derrubados. Fico apavorada quando penso em amigos íntimos que agora estão à mercê dos monstros mais cruéis que já assolaram a terra. E tudo porque são judeus. (FRANK, 2016, p. 81)

[a] polícia prendeu um homem (cujo nome não vou escrever). Foi terrível não somente para ele, mas também para nós, porque ele nos fornecia batata,

manteiga e geleia. O Sr. M., como vou chamá-lo, tem cinco filhos com menos de 13 anos, e mais um a caminho. [...]. Ultimamente, não estou com muito clima para escrever tudo que acontece por aqui. Ando mais introspectiva [...] estou terrivelmente chateada com o que aconteceu ao bondoso Sr. M. [...] (FRANK, 2016, p. 223)

Novamente, o medo aparece nas linhas do diário. Segundo Aristóteles, o *Eleos*, ou piedade, compaixão, estaria diretamente relacionado ao *Phobos*, ou medo, terror (ARISTÓTELES, 1973). O ser humano, ao observar a dor, a angústia, o sofrimento alheio, toma para si as aflições que o outro padece em função de ser capaz de perceber que ele mesmo pode estar nesse lugar de desolação a qualquer tempo. Seria, portanto, natural que o temor ou o pânico de que algo trágico possa nos afligir nos conduza a uma postura altruísta. Entretanto, o que Anne demonstra ao longo de sua obra é realmente uma compaixão por todos aqueles que estavam sofrendo a violência política.

1.5- **Violência de Estado nas memórias de Anne Frank**

A violência de Estado, expressão recorrente neste capítulo e que surgirá ainda no capítulo destinado à análise da obra de Eva Schloss, é um tema tratado por alguns estudiosos de forma mais sistemática, como Valéria de Marco em seu estudo intitulado “A literatura de testemunho e a violência de Estado” (2004), e Elcio Loureiro Cornelsen em artigo denominado “Totalitarismo” (2008), em que o autor retoma os conceitos e características do totalitarismo segundo Carl Joachim Friedrich, Zbigniew Brzezinski e Hanna Arendt.

Elcio Cornelsen assinala que

[e]m 12 de maio de 1923, Benito Mussolini utilizou pela primeira vez a expressão “sistema totalitário” aplicado ao Estado fascista, usurpando o conceito e tornando-o de pejorativo, no sentido empregado por Amendola, em positivo (Jesse, 1996, p. 28). Cabe lembrar que foi justamente na Itália, durante os anos 20, que se iniciou o debate em torno do conceito de totalitarismo. (CORNELSEN, 2008, p. 2)

Uma análise importante realizada ainda no mesmo estudo de Cornelsen é em relação à diferenciação entre as concepções de sistema totalitário e sistema autoritário. O teórico aponta que

[u]m sistema totalitário se diferencia por uma centralização rígida de poder, enquanto um sistema autoritário ainda assegura certo pluralismo, mesmo que limitado; (b) um sistema totalitário tem por base uma ideologia exclusiva, enquanto um sistema autoritário se fundamenta numa postura tradicional não-conformada rigidamente; (c) enquanto um sistema totalitário força a mobilização das massas através de mecanismos de integração e de persuasão, um sistema autoritário renuncia a uma participação dirigida das massas, satisfazendo-se com a apatia política geral (cf. Jesse, 1996, p. 20). Poderíamos, nesse sentido, mencionar ainda o emprego do termo “semitotalitário” por Hannah Arendt (2000, p. 358) para indicar as ditaduras surgidas antes da Segunda Guerra Mundial em diversos países europeus, como na Romênia, na Polônia, na Hungria, em Portugal e na Espanha. (CORNELSEN, 2008, p. 3-4)

Podemos observar que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, pelo menos dois países envolvidos no conflito apresentavam regimes pautados pelo sistema totalitário – a Alemanha nazista e a União Soviética stalinista –, já que se enquadravam em sete eixos temáticos principais: “[o] movimento de massa; o uso da propaganda; o caráter organizacional; o caráter secreto; o Estado; a polícia secreta; a ideologia.” (CORNELSEN, 2008, p. 8)

Considerando o conceito de violência de Estado, em seu ensaio já mencionado, Valéria de Marco apresenta algumas considerações importantes sobre o gênero testemunho e suas embricações com os contextos ditatoriais e totalitários do século XX, com especial atenção ao Holocausto, ou à *Shoah*. Essas expressões, aliás, são frequentemente utilizadas como sinônimos no âmbito dos estudos históricos e literários, porém, possuem acepções diferentes se retomarmos suas etimologias. Em tese de doutorado intitulada “Entre o (in)dizível, o (in)visível e o (in)vivível: Imagens da dor e do mal em Jorge Semprun”, Luíza Santana Chaves sintetiza bem o uso dos termos e assinala que

[m]uitos historiadores, escritores e estudiosos da catástrofe empreendida pelo regime nazista preferem o termo *Shoah* ao vocábulo Holocausto. Isso porque, adotando-se a palavra hebraica *Shoah* (que significa catástrofe / desastre), não se daria margem para a significação de sacrifício humano em termos teológicos, mas em um

projeto bárbaro engendrado para o extermínio dos judeus. A palavra Holocausto remete ao significado religioso do sacrifício a Deus, configurando-se, o seu emprego, incompatível com a barbárie praticada pelos nazistas. (CHAVES, 2014, p. 254)

Adotaremos, genericamente, o emprego da palavra *Shoah* nesta pesquisa em função de ser considerada mais adequada, portanto.

Valéria de Marco formula que nos testemunhos sobre períodos traumáticos da História, como consequência da exclusão de sujeitos perseguidos e expatriados pelas ditaduras, é comum que os escritores de textos literários se encontrem desabrigados também linguisticamente, remetendo-se ao linguista e crítico literário George Steiner:

[P]ara Steiner, a partir do contexto da Primeira Guerra marcado pelo ‘fracasso da formação humanística diante da barbárie’, à diferença da imagem do escritor como mestre especial da língua de uma nação, encontramos com um escritor linguisticamente ‘desabrigado’, de um poeta, um romancista, dramaturgo não completamente em casa na língua de sua produção, mas deslocado ou em hesitação na fronteira.” (MARCO, 2004, p. 62)

Há o que Valéria de Marco denomina “tensão entre o escritor e sua língua”, o “estranhamento da língua em relação ao seu próprio corpo” e ainda a “perda da fluência entre vivência e palavra, à descoberta da fragilidade da linguagem” (MARCO, 2004, p. 63). Para a teórica, “[o]utro modo de composição alusivo a esse estranhamento da língua situa-se na esfera de processos de tradução”, proveniente da “carência da língua e das formas literárias para narrar a barbárie.” (MARCO, 2004, p. 64). O desterro, físico e linguístico, de que fala Valéria de Marco é observado em muitos autores de literatura que relataram seus testemunhos da catástrofe. Particularmente, sobreviventes da *Shoah*, ou, como Anne Frank, autores que registraram a experiência do horror durante a guerra (para ser editada e publicada postumamente) tiveram de lidar com a insuficiência da língua na representação do trauma.

Podemos verificar esse exílio linguístico nos diários de Anne Frank que, como sabemos, era alemã, nascida em Frankfurt, e que devido ao acirramento das perseguições nazistas aos judeus, precisou se retirar com a família de sua pátria e se

refugiar na Holanda. Passou a frequentar a escola em Amsterdã e foi alfabetizada também na língua em que escreveu seus diários: holandês.

A esses sujeitos diaspóricos excluídos de sua cultura, apátridas, ou situados no entrelugar entre a terra e o idioma de origem e a nação e a língua adotivas, resta lidar com as agruras dos deslocamentos forçados, pois, como afirma Valéria de Marco: “[C]onviver com o desabrigo da língua é uma dimensão íntima de quebra da condição de pertença que frequentemente, mas não sempre, está acompanhado da perda da pátria, do conforto cultural de estar em seu lugar, entre os seus.” (MARCO, 2004, p. 64).

Retomando as faculdades de examinar e emitir opiniões sobre diversos assuntos, as elucubrações de Anne Frank também contemplam a incoerência da violência e da guerra (FRANK, 2016, p. 290): “[Q]ual é o sentido da guerra? Por que, por que as pessoas não podem viver juntas em paz? Por que toda essa destruição? [...]. Por que a Inglaterra fabrica aviões e bombas maiores e melhores e, ao mesmo tempo, constrói casas novas?”. Ao ajuizar sobre a violência e a barbárie, a autora revela uma perspectiva bastante amadurecida de sua visão de mundo (FRANK, 2016, p. 290): “[P]or que se gastam milhões com a guerra a cada dia, enquanto não existe um centavo para a ciência médica, para os artistas e para os pobres? [...]. Ah, por que as pessoas são tão malucas?”. E ponderações sobre o mundo, de modo mais amplo: “[O] mundo é um hospício!” (FRANK, 2016, p. 297).

As indagações da autora sobre os motivos que conduzem o mundo à violência política e social são bastante pertinentes, amadurecidas, e figuram em suas memórias da opressão. Ainda que Anne Frank estivesse deslocada, desabrigada de sua pátria e de sua língua materna, a jovem encontrou na escrita do diário, em língua adotiva, uma forma de se expressar e de suportar esse período cruel da história.

1.6- Política da memória e espaço (auto) biográfico nos diários

É importante analisar como a política da memória se faz presente na obra *O Diário de Anne Frank*, que pode ser considerado um importante espaço (auto) biográfico de denúncia e de relatos dos horrores da Europa nazista. A partir de uma

perspectiva teórica de viés sócio-político, é possível observar como o diário serviu à Anne Frank como uma espécie de salvaguarda de suas memórias e vivências, como testemunho, para um futuro sempre porvir.

Os relatos de Anne servem como registro de sua experiência nesse período crítico, não apenas as suas próprias vivências, mas também de todo um coletivo que estava submetido à mesma política de repressão e totalitarismo. Leonor Arfuch, em sua obra *O espaço biográfico* (2010), observa:

[A]mpliando a mira ao espaço da coletividade, os valores em jogo serão indissociáveis da peculiar inscrição do sujeito em seu contexto sócio-histórico e cultural – que inclusive pode assumir o caráter de uma épica coletiva – tanto o *atual*, do momento enunciativo, como o que é objeto de rememoração”. (ARFUCH, 2010, p. 141)

Jeane Marie Gagnebin também formula considerações importantes sobre essa relação entre o individual e o coletivo e ainda sobre a dicotomia público-privado nas escritas autobiográficas:

O eu particular pode falar de si mesmo porque recolhe dentro de sua história a dimensão de uma experiência que ultrapassa sua mera individualidade. Sua história só se torna digna de relato quando perde seu caráter exclusivamente privado e transforma no relato de um passado que não lhe pertence em particular, mas que também pertence aos outros. Pertence a todos que sofreram um processo de transformação semelhante, mas que não puderam ou não conseguiram contá-lo. O eu conta sua vida para não deixar cair no esquecimento a história dos outros, em particular dos outros que não têm possibilidade de palavra ou que já emudeceram. Escrever a história de sua vida pode então significar, e talvez em primeiro lugar, recordar a morte dos outros. (GAGNEBIN, 2006, p. 139).

Anne Frank se colocava sempre no lugar das pessoas que já haviam sido capturadas pelas forças armadas nazistas, especialmente sua amiga Hanneli, o que exemplifica a essência da coletividade na individualidade da autora:

E Hanneli? Será que ainda está viva? O que estará fazendo? Meu Deus, cuide dela e a traga de volta para nós. Hanneli, você faz lembrar qual poderia ter sido o meu destino, o tempo todo me vejo em seu lugar. Então, por que costumo ficar triste com o que acontece aqui? Será que eu não deveria estar feliz, contente e satisfeita, a não ser quando penso em Hanneli e nas pessoas que sofrem como ela? Sou egoísta e covarde. Por que será que sempre penso e sonho com as coisas mais horrendas e quero gritar de terror? Porque, apesar de tudo, ainda não tenho bastante fé em Deus. Ele me deu tanto, me deu coisas que eu não mereço, e mesmo assim cometo tantos erros todos os dias! Dá para chorar ao pensar no sofrimento das pessoas das quais a gente gosta; na verdade, daria para chorar o dia inteiro. O máximo que a gente pode fazer

é rezar para que Deus faça um milagre e salve pelo menos alguns deles. E espero estar rezando bastante (FRANK, 2016, p. 166-167)

Apesar de a autora se considerar no relato desse dia (29 de dezembro de 1942) como alguém “egoísta e covarde”, não é o que o texto nos leva a crer; ao contrário, Anne realiza nesse e em outros momentos um exercício de alteridade, de altruísmo.

Beatriz Sarlo sinaliza que “[o] dever de memória que o Holocausto impõe à história europeia foi acompanhado pela atenção dada às memórias dos sobreviventes e aos vestígios deixados pelas vítimas.” (SARLO, 2007, p. 43). *O diário de Anne Frank* seria um exemplar do que Sarlo chama de vestígio, já que a autora alemã viveu até o fim a experiência do campo de concentração e dela não escapou.

Como em toda escrita autobiográfica, não podemos desconsiderar a linha tênue existente entre memória e ficção. Kanzevolsky (2017, p.105) considera que o diário é um gênero que se consolida em memória a *posteriori*, para o leitor que acessar esses relatos. Sabemos que o ato mnemônico remete às lembranças de um tempo passado, nebuloso, incerto, e, portanto, sujeito às ficcionalizações dessas memórias. Rememoram-se e registram-se essas lembranças com diversas finalidades possíveis e às vezes contemplando mais de um gênero literário simultaneamente, como observa Arfuch:

Os gêneros canônicos (biografias, autobiografias, memórias, correspondências) jogarão um jogo duplo, ao mesmo tempo história e ficção, entendida, essa última menos como “invenção” do que como *obra literária*, integrando-se assim, com esse estatuto, ao conjunto de uma obra de autor – no caso de escritores – e operando simultaneamente como testemunho, arquivo, documento, tanto para uma história individual quanto de época. (ARFUCH, 2010, p. 117-118)

No livro *O diário de Anne Frank*, todas as funcionalidades propostas por Arfuch (testemunho, arquivo, documento) podem ser atribuídas ao registro autobiográfico da autora, que reescreveu vários trechos e acrescentou comentários em algumas datas registradas quando soube da possibilidade de publicação no pós-guerra, o que já significa uma fenda por onde podemos penetrar e explorar as questões de memória e ficção, público e privado, individual e coletivo, entre outras.

A exemplo da fronteira entre ficção e memória, como lembrada por Arfuch e postulada por Philippe Lejeune, referência canônica nos estudos memorialísticos na literatura, a própria Anne Frank revela: “[E]u sei de algumas coisas sobre o passado de papai e, o que não sei, inventei”. (FRANK, 2016, p. 195).

É importante ressaltar a importância dessa obra e de outras que retratam a violência de Estado, guerras civis e todo tipo de sofrimento do sujeito e da sociedade. A tendência dos Estados, dos governos, sem generalizar, obviamente, é de escamotear esses passados, de encobrir e recobrir os atos violentos desses contextos históricos. Zilá Bernd, em introdução ao livro *Por uma estética dos vestígios: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros*, retomando um pensamento de Walter Benjamin, aponta que,

[...] apesar da tentativa dos opressores de não deixar vestígios de suas ações como a prática de genocídios, de torturas e de destruição sistemática de documentos, apesar das sistemáticas tentativas de apagamento dos rastros, muitos fragmentos dessas histórias que envolveram até mesmo táticas de exterminação em massa puderam ser recuperados, graças a vestígios que ficaram registrados na memória dos sobreviventes que, aos poucos, foram recompondo, basicamente, através de depoimentos orais, o grande quebra-cabeça da destruição. (BERND, 2013, p. 17-18)

Embora a consideração de Zilá Bernd seja em torno dos testemunhos através das histórias orais, *O diário de Anne Frank* serve também para resistir a esse apagamento da memória intentado pelos opressores. Ainda que haja essa tentativa de velamento, de supressão desses episódios bárbaros, eles reaparecem nas artes e, de modo particular, na literatura.

Ao escrever seu diário, Anne se coloca de modo ambivalente na História: ao mesmo tempo em que é vítima do campo de concentração em Bergen-Belsen, a autora se consolida como testemunha da repressão que experienciou. A posição dupla vivenciada pela jovem autora pode ser pensada em relação ao que observa Beatriz Sarlo (2007, p. 34): “[O]s que não foram assassinados não podem falar plenamente do campo de concentração, falam então porque outros morreram, e em seu lugar. Não conheceram a função última do campo, cuja lógica, portanto, não se operou por completo neles.” A autora completa: “[N]ão há pureza na vítima que tem condições de dizer “fui vítima”. Não há plenitude nesse sujeito [...]. Os condenados já não podem falar e esse silêncio

imposto pelo assassinato torna incompleto o testemunho dos sobreviventes.” (2007, p. 34). Anne Frank não teve a chance de relatar o horror do campo, mas relatou o que ouviu dizer dele, e que, infelizmente veio a experimentar posteriormente. Nisso reside a duplicidade do diário enquanto testemunho: a autora relata e, por fim, fenece na *Shoah*.

Enfim, *O diário de Anne Frank* se enquadra no que Roland Barthes considera em relação ao gênero em questão, ideia retomada por Kanzevolsky:

[U]ma espécie de testemunho de uma época, o que significa fazer do diário a memória daquela época, uma função que embora a excedam amplamente, cumprem os diários daqueles que foram testemunhas e vítimas das catástrofes históricas do século XX (pensamos, sobretudo, nos diários das vítimas do Holocausto, lidos geralmente da perspectiva de seu caráter testemunhal. (KANZEPOLSKY, 2017, p.111).

1.7- Diário como arquivo

É relevante lembrarmos sobre a importância dos diários como arquivo na permanência do testemunho contido na obra de Anne Frank. Caso os manuscritos da jovem autora não fossem coletados por Miep Gies e Bep Voskuijl, secretárias da empresa do pai, Otto Frank, que auxiliavam a família durante a vida clandestina no Anexo Secreto, e que recolheram os cadernos da garota após a família ser levada pelos nazistas, talvez o mundo não conheceria os registros valiosos e as memórias ambivalentes de Annelies Marie Frank. Há ainda que se considerar o trabalho de edição empreendido por Otto Frank para que a publicação do diário, desejo expresso de Anne Frank, se concretizasse. As memórias da menina mesclam boas lembranças, recordações agradáveis de uma vida em seu desabrochar, e também, de modo bastante intenso, as reminiscências traumáticas do período da Segunda Grande Guerra. A conservação dos cadernos e das folhas avulsas, entregues por Miep Gies (sem ter lido o material) ao pai da autora, foi fundamental para que a obra se constituísse como arquivo da ditadura. Do contrário, possivelmente os manuscritos teriam sido destruídos, descartados como papéis quaisquer.

Sobre a importância dos arquivos, podemos tomar como referências teóricas as formulações de Michel Foucault e Jacques Derrida, principalmente em suas obras A

arqueologia do saber (1987), e *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (1995), respectivamente.

Arquivo, para Foucault, é o “[s]istema que transforma enunciados discursivos em acontecimentos e em coisas. O arquivo é a lei do que pode e do que não pode ser dito.” (FOUCAULT, 1987, p. 147). Logo, o filósofo não situa os arquivos apenas como registros para a história oficial, como acervos de documentos ou monumentos para a posteridade. O arquivo é um sistema discursivo que estabelece uma conexão entre certos discursos deixando outros à parte. É um dispositivo que seleciona o que vai ser agregado à história e o que será excluído dela.

O discurso contido em *O diário de Anne Frank* se conecta com todos os perseguidos pelo regime nazista e funciona como arquivo de uma época catastrófica no cenário político mundial, configurando, de acordo com as postulações filosóficas de Foucault, como um sistema enuciativo que rege a conservação de um acontecimento singular.

Em termos foucaultianos, o arquivo define o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, e determina o que merece ser conservado e o que deve cair no esquecimento. É um exemplo do aforismo tão difundido no âmbito da *Shoah*, que se trata de um evento que deve ser sempre lembrado para que não se repita tal aberração. Essa se configura como uma das principais razões por que a obra de Anne Frank se faz impreterível para a história, a sociologia, a literatura e a cultura de modo geral.

Para Derrida, a função do arquivo seria ocupar uma lacuna da memória e de fatos históricos que originam a necessidade de arquivamento. Esse suplemento estaria, portanto, em lugar daquilo que fora destruído, subtraído ou recalcado, da experiência suprimida no tempo pretérito. O filósofo disserta, em *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, sobre os elos entre o arquivo e a psicanálise de Freud, como já indica o próprio título da obra. Derrida associa as pulsões de agressão, destruição e morte à pulsão de conservação, e argumenta que “[a] teoria da psicanálise tornou-se, portanto, uma teoria do arquivo, e não somente uma teoria da memória.” (DERRIDA, 2001, p. 32).

Derrida estima que o arquivo, enquanto aparelho psíquico como modelo singular, ao que ele se refere na obra com um “bloco mágico”, incorpora, “sob a forma

de uma pulsão de destruição, a pulsão mesma de conservação, que poderíamos chamar também de pulsão de arquivo.” (DERRIDA, 2001, p.31-32). Embora pareça contraditória a formulação desse pensamento derridiano, configurando-se como uma contradição interna, nisso residiria o que o teórico denomina o “mal de arquivo”.

Certamente, os manuscritos dos diários de Anne Frank, conservados cuidadosamente por aqueles que conheciam seu valor, constituem um precioso arquivo da barbárie, a partir de um olhar ao mesmo tempo crítico, apurado, mas também aparentemente desprezioso, como observa Elcio Loureiro Cornelsen, em texto publicado recentemente (2019), intitulado “A gênese de ‘O diário de Anne Frank’ – um legado para a humanidade”. O autor assinala que

[o] que restou foi justamente o diário, um documento notável e comovente, escrito por uma adolescente em fase de amadurecimento, repleto de anotações aparentemente despreziosas, e é justamente por essa aparente desprezão que ele se tornou um marco na representação do extremo absurdo a que a Europa foi lançada pela Alemanha nazista. É um documento tocante, fruto da unidade composta pelo destino de uma família perseguida e da vida de uma garota sensível e dotada de um dom para a escrita. Parece que a existência ameaçada e a presença constante da morte aguçaram a vivência e a capacidade de percepção de Anne Frank, dotando-lhe de uma força de expressão extraordinária. (CORNELSEN, 2019, p. 15)

Anne Frank, em alguns relatos nos diários, sinaliza a intenção de perpetuar no mundo através de sua escrita. Na incerteza da sobrevivência, a menina desejava que suas memórias fossem conhecidas e seu nome lembrado, ainda que pela injustiça política e pela violência de Estado. Como desejo expresso, a publicação dos registros autobiográficos era a intenção da autora, já que, “[p]ara o artista, o esquecimento é mais lamentável do que a morte física”. E “[a] obra que se perde é o grande fantasma de um aspirante a escritor, porque é ela que pode ou não lhe assegurar a imortalidade possível: a que é hóspede da memória.” (GUIMARÃES, *Jornal Opção*, 2014).

Em 14 de abril de 1944, a autora volta a refletir sobre a própria escrita e questiona sua relevância (FRANK, 2016, p. 273-274):

[r]ealmente acredito, Kit, que hoje estou meio doida, e não sei por quê. Meu texto está todo misturado, estou pulando de uma coisa para outra, e às vezes duvido seriamente se alguém se interessará por essas bobagens. Provavelmente, vão chamar de “Os pensamentos de um patinho feio”. Meus diários com certeza não terão muita utilidade para o Sr. Bolkestein e o Sr. Gerbrandy.

Embora a autora duvide do valor de sua escrita, em um registro de 29 de julho de 1943, Anne, revelando as impressões dela e de sua família acerca da personalidade da Sra. Van Dan, companheira de anexo, finaliza o relato com uma fala direcionada explicitamente ao leitor, ao estilo machadiano: “PS.: Será que o leitor pode levar em consideração que essa história foi escrita antes de a fúria da escritora esfriar?” (FRANK, 2016, p. 128). Aqui temos um exemplo de momentos em que a reescrita do diário com vistas à publicação e o desejo expresso de ser uma escritora se tornam evidentes. Podemos observar, a partir do excerto acima, um caráter jocoso que aparece em alguns momentos na escrita do diário. Embora o tom trágico, angustiante predomine nas narrativas de Anne Frank, o humor e a ironia surgem como lampejos que concedem ao texto certa leveza.

1.7.1- Manipulações do arquivo

Recentemente, em 2018, veio a público a descoberta de mais duas páginas dos diários de Anne Frank. Desde o período em que foi produzido pela autora (entre 1942 e 1944), o ano de sua primeira publicação (1947), suas sucessivas reedições com supressões e inclusões de partes do manuscrito, até o momento, *O diário de Anne Frank* nos surpreende ao revelar conteúdos valiosíssimos e inéditos.

Os textos que foram encontrados estão encobertos com uma colagem de papel kraft. Pesquisadores autorizados pela Anne Frank Fonds, instituição localizada na Basileia, na Suíça, fundada por Otto Frank e que detém os direitos autorais da obra, assim como os originais dos diários, utilizaram uma tecnologia com *flashes* que, a partir das fotografias das páginas que contém as colagens, através de um *software*, desvendaram os fragmentos escondidos. Nessas páginas, a garota comenta sobre assuntos tabus relacionados ao sexo, como menstruação e prostituição.

É interessante o questionamento acerca da escolha e do ato de recalçamento desse conteúdo. Teria sido a própria autora, que a partir de seu juízo sobre o que escrevera teria decidido omitir essas passagens? Teria sido o pai e também editor da

obra, que, como é patente, foi responsável pela organização dos cadernos e dos papéis avulsos em que Anne registrara suas impressões? Todo esse trabalho de edição, com inserções e censuras de partes do texto original, seja pelas mãos da própria autora ou pelo pai e demais editores da obra, consiste em algo que podemos pensar como uma manipulação do arquivo.

Como é conhecido, *O diário de Anne Frank* possui várias versões publicadas, a saber, as que são denominadas Versão A, Versão B e Versão C, sendo essa última considerada a edição “completa” do diário. Há outras edições, ainda, que integram as cartas da autora, especialmente endereçadas à sua avó, e também textos literários produzidos por Anne, como um romance inacabado e contos que ela menciona em seu diário.

Se levarmos em consideração que Anne Frank tenha avaliado que seria conveniente escamotear alguns excertos de seus registros diarísticos, podemos inferir que ela mesma não estava certa de tal decisão, já que poderia ter simplesmente destruído as páginas para não deixar vestígios delas. Por outro lado, é comum na escrita de diários, particularmente naqueles produzidos por adolescentes, a expressão através de recursos híbridos, como diferentes formas, tamanhos e cores de letras, tal qual desenhos, rasuras e colagens. Esse misto de elementos heterogêneos pode ser observado, por exemplo, nas paredes do quarto em que Anne Frank se estabeleceu enquanto estavam refugiados.

Ao visitarmos o Anexo Secreto, atualmente um museu denominado Anne Frank Huis (Casa de Anne Frank), em Amsterdã, nos deparamos ainda com pôsteres de celebridades da época, do cinema e da música, dos quais a autora gostava. Esse foi um subterfúgio que Anne encontrou para minimizar a aparência sombria e sem vida do lugar em que foi obrigada a viver os últimos anos de sua vida curta, já que alguns meses após serem levados aos campos de concentração e extermínio, a jovem sucumbiu no campo de Bergen-Belsen, na Alemanha, vítima de uma epidemia de Tifo, consequência das condições atroztes a que os deportados foram forçados.

Parece haver nos diários um jogo de revelação e camuflagem, que sugere a posse de um segredo que se pretende ou não deslindar no ato da escrita íntima. Podemos imaginar esse jogo também como forma de transbordamento do texto, insinuando o que

estaria além da possibilidade de representação, uma maneira de preencher as lacunas, os espaços em branco do papel. Desse modo, a intenção seria tapar os buracos, os lapsos da própria linguagem, com o que resiste a se tornar texto, como na hipótese das colagens em *O diário de Anne Frank*.

A persistência das rasuras e das colagens na escrita revela uma presença pulsional, um mecanismo psíquico a que se refere Derrida a partir das “impressões freudianas” sobre os arquivos. Além do corpo do texto, ao mesmo tempo velado e desvelado, o diário estaria impregnado de símbolos, imagens que invocam uma dinâmica do vazio e do indizível, numa tentativa sempre incompleta de representação.

1.8- Visita à Anne Frank Huis (Museu Casa de Anne Frank) – Amsterdã

Fotografia 1. Estante de livros que oculta o acesso ao Anexo Secreto



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 2. Um manuscrito encontrado no AS



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 3. Pôsteres colados por AF em seu quarto no Anexo Secreto



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 4. Anotações em caderno com foto de Otto Frank



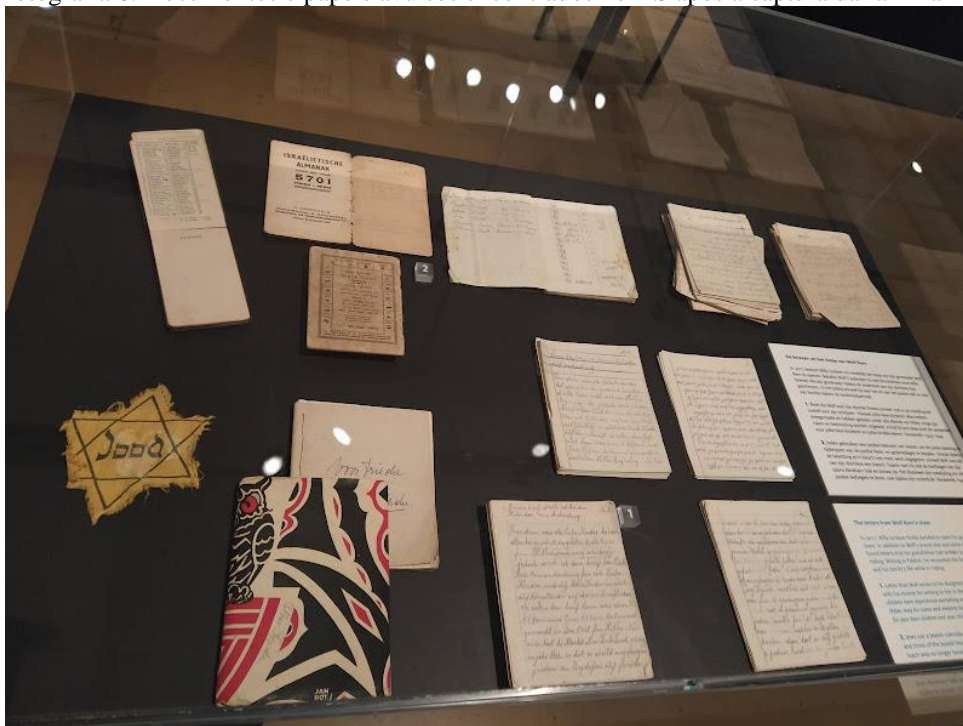
(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 5. Várias edições de *O diário de Anne Frank* em diversas línguas



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 6. Documentos e papéis avulsos encontrados no AS após a captura da família Frank



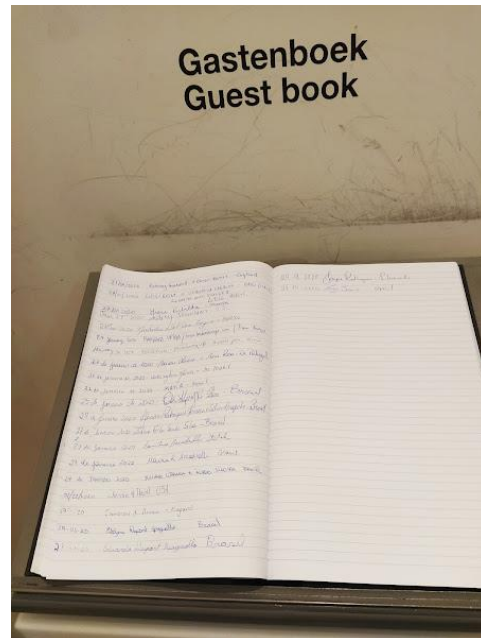
(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 7. Estrela amarela de AF, utilizada para identificação durante a ocupação nazista



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 8. Assinatura no livro de visitantes



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

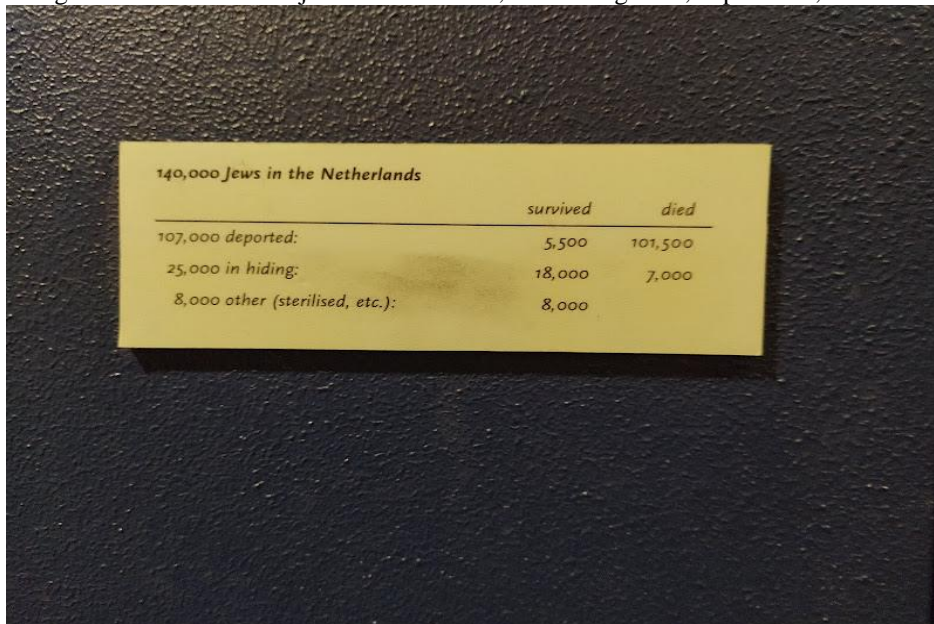
1.9- Visita ao Verzets Resistance Museum (Museu da Resistência holandesa) – Amsterdã

Fotografia 9. Fachada do Museu da Resistência holandesa



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 10. Números de judeus na Holanda, entre refugiados, deportados, mortos e sobreviventes



140,000 Jews in the Netherlands

	survived	died
107,000 deported:	5,500	101,500
25,000 in hiding:	18,000	7,000
8,000 other (sterilised, etc.):	8,000	

(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 11. Ouvindo relatos em áudio de sobreviventes da Shoah



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

1.10- Visita ao Bergen-Belsen Memorial - Celle/Alemanha

Fotografia 12. Entrada do Campo



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 13. Túmulo simbólico de AF e de sua irmã



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 14. Monumento aos mortos em Bergen-Belsen



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 15. Parte da linha do tempo de ocupação e funcionamento do campo



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 16. Relato sobre AF no memorial



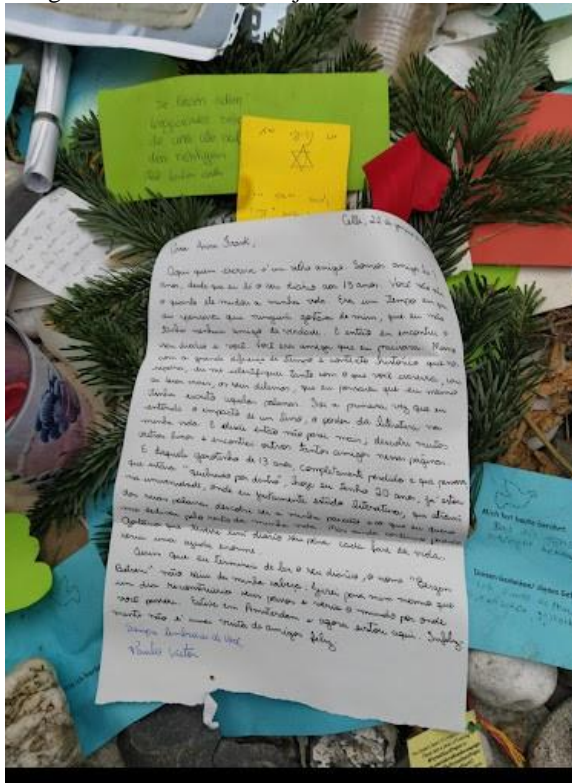
(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 17. Espaço para orações e homenagens



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

Fotografia 18. Carta de um jovem brasileiro à AF



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

1.11- Visita ao Museu Otto Weidt – Berlim

Fotografia 19. Exposição sobre vida e obra de Anne Frank



(Acervo fotográfico pessoal da autora/2020)

2. EVA SCHLOSS EM DUAS AUTOBIOGRAFIAS – CATÁSTROFE E TESTEMUNHO

*Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois. (Walter Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.*)*

Este capítulo se presta a uma análise das obras de Eva Geiringer Schloss, uma austríaca, nascida em Viena em 11 de maio de 1929, judia e sobrevivente da *Shoah*. A autora, atualmente aos 92 anos de idade, tem publicados dois livros de memórias sobre a Segunda Guerra Mundial, ambos categorizados no gênero autobiográfico, em que retoma suas lembranças dos horrores dos campos de concentração de Auschwitz-Birkenau.

Esta seção da Tese discute, dentre diversas questões sobre as lembranças traumáticas, o curioso fato de Eva Schloss ter optado por publicar o que podemos chamar de uma segunda autobiografia, uma espécie de revisão e complemento da primeira. O primeiro livro, *A história de Eva*, publicado originalmente em 1988, traz a público as asperezas da situação dos judeus e outros povos perseguidos pelo nazismo. Particularmente, Eva descreve os passos dela e de sua família enquanto fugiam e se escondiam, do mesmo modo que foi necessário que o fizesse a família Frank e outras inúmeras. A autora relata, ainda, a chegada ao campo de concentração e a rotina desumana a que eram submetidos.

Na segunda obra, *Depois de Auschwitz*, (2013), Eva Schloss reconta suas reminiscências acrescentando fatos que não foram revelados na primeira, como algumas formas de violência mais íntimas que ela julgou ser importante reportar. Além dos acréscimos de alguns fatos e supressão de outros, como detalhes de sua relação com o irmão, Heinz Geiringer, Eva registra ainda as experiências após a libertação do campo, sua trajetória de volta à Holanda, de onde foi arrancada com sua família para a deportação, e conta sobre sua vida atual (até o momento da publicação).

Entre ambas as publicações, há uma mudança na maneira com que Eva se revela ao público leitor, e essa modificação figura já na capa do segundo livro, no local reservado ao nome da autora. Nesse ponto, é importante discutir a questão da organização e da autoria nas duas obras (na primeira consta o nome de uma co-autora, Evelyn Julia Kent, sobre quem não há informações adicionais acessíveis, o que desaparece na segunda) e o modo como Eva reconstitui suas lembranças da catástrofe. Na primeira autobiografia os agradecimentos aparecem logo ao início da obra, em sua abertura, após o sumário, e é redigida em terceira pessoa do plural, o que é coerente, visto que ambas assinam a autoria do livro. Na segunda autobiografia, apesar de o único nome na capa ser o de Eva Schloss, os agradecimentos também surgem na terceira pessoa do plural, embora sejam deixadas para o final da obra, exatamente na última página, e assinados por Eva Schloss e Karen Bartlett, que até então não havia sido mencionada ao longo da escrita. Karen Bartlett é jornalista, editora e escritora inglesa, com ampla atuação na imprensa britânica. As co-autoras são importantes componentes para pensarmos na construção da instância de enunciação nas obras de Eva Schloss. A respeito dessa categoria da autobiografia, o processo de escrita colaborativa, discutiremos mais detalhadamente no próximo capítulo, que será dedicado à análise da obra de Svetlana Aleksievitch.

Sobre a autoria, é relevante retomarmos aqui o conceito de pacto autobiográfico de Philippe Lejeune, que não deixa de ser uma categoria meio deslizante nas obras da autora.

Lejeune é um dos grandes expoentes da pesquisa autobiográfica na contemporaneidade. Em *O pacto autobiográfico* (2008), posicionando-se como leitor de gêneros da literatura íntima, o autor questiona o funcionamento do texto autobiográfico. Na tentativa de se delinear um conceito para a escrita de si, Lejeune arrisca uma definição de autobiografia: “Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade.” (LEJEUNE, 2005, p. 17). A definição de Lejeune, sucinta e clara, auxilia os estudiosos da autobiografia a identificar eficientemente esse gênero. Ao estabelecer uma definição ou um conceito para a escrita de si, o pesquisador estabelece uma categoria para os textos do gênero, adotando assim uma postura bastante objetiva.

Embora as reflexões do estudioso sejam colocadas objetivamente, percebemos que o próprio autor sente a necessidade de ultrapassar os limites de suas definições. Buscando ampliar as possibilidades de leitura de seu conceito, Lejeune estende o significado das palavras narrativa, retrospectiva e individual. Quando fala da problemática da narrativa, o pesquisador frisa o caráter discursivo da narrativa autobiográfica e, automaticamente, sugere a mobilidade que perpassa as questões de um enunciado e de uma enunciação. Além disso, o autor amplia o significado da palavra retrospectiva, que, para ele, não orienta unicamente o movimento em direção ao tempo pretérito. O pesquisador não exclui seções de autorretrato, nem de diário de uma obra ou do presente contemporâneo de uma produção escrita. Quanto à história de uma personalidade, de um indivíduo, Lejeune relativiza a individualidade dessa narrativa, destacando que as questões políticas e sociais, mais as individuais, podem ocupar espaço nos textos autobiográficos, como verificamos também nas assertivas de Halbwachs e Nora, conforme discutido nos capítulos anteriores desta Tese.

Outra questão bastante discutida pelo pesquisador refere-se ao pacto de leitura que ele acredita que deva ser firmado entre autor e leitor. Em *O pacto autobiográfico*, Lejeune pontua que o leitor necessita ler o texto autobiográfico segundo a intenção de quem o produziu. Se o autor deixou pistas, indicando que um determinado texto constitui uma autobiografia, então o leitor pode lê-lo como tal. Essas pistas podem ser facilmente identificadas pelo leitor e, no caso da literatura íntima, elas resultam na identidade entre autor, narrador e personagem. Quase sempre, a identidade entre narrador e personagem principal é marcada pela presença do pronome pessoal “eu”, ou seja, uma narrativa autodiegética. Todavia, pode haver uma narrativa em primeira pessoa em que não ocorra a correspondência entre narrador e personagem principal ou, ao contrário, o narrador e o personagem principal podem ser idênticos e o foco narrativo não se encontrar em primeira pessoa, e sim na terceira. Lejeune discute também a dificuldade, mas a possibilidade, de uma escrita de si acontecer em segunda pessoa. Nesse caso, o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado são considerados diferentes. É como se o narrador quisesse confortar ou passar um sermão no personagem que foi.

Seja através do uso de pronomes em primeira, em segunda ou em terceira pessoa, Lejeune defende a ideia de que quem fala em um discurso deve permitir sua

identificação, exceto se quer permanecer no anonimato. No discurso oral essa identificação também é bastante possível, pois normalmente o “eu” é quem enuncia. Todavia, no texto escrito, essa identificação já não é tão óbvia. Quem é o “eu” que fala no texto escrito? O autor, narrador, personagem? O narrador, personagem central? O autor, narrador? O narrador, personagem secundário? Seja qual for o enunciador responsável pelo relato, para Lejeune, ele será sempre representado por um pronome que remeterá a um nome. O filósofo afirma ainda que os pronomes são representações, “seres de papel” que não existem de fato, mas que se relacionam com um nome ou com uma entidade designada por um nome. Para ele, é no nome próprio que as questões da autobiografia estão concentradas. As relações ficam cada vez mais complexas, uma vez que o pronome é convertido em nome – na assinatura que designa o enunciador. O nome próprio supera o anonimato e conseguimos identificar aquele que quer estabelecer um pacto com o leitor e narrar sua história – aquele que deixa sua assinatura no texto. Portanto, a assinatura na capa remete à figura real do autor, o responsável pela produção do texto. Sua existência real é comprovada através do registro em cartório. Podemos, então, da seguinte maneira sistematizar o pensamento de Lejeune: o pronome representa o nome, o nome próprio representa o autor, aquele que escreve e publica, e o autor é representado por um registro em cartório.

Ajustando um pouco mais o foco das relações de uma autobiografia, Lejeune aponta que, especificando um nome, identifica-se o ser. Porém, na contemporaneidade, é concebível a apreensão da figura real do autor, autor empírico? Além disso, a assinatura de uma obra coincide sempre com o indivíduo que a produziu? O nome não pode ser fictício, criado talvez pelo próprio autor em um jogo de esconde-esconde, como os pseudônimos e heterônimos? Para Lejeune, o que importa de fato é a intenção do escritor. Nesse sentido, a figura do autor se sobrepõe à do leitor: o escritor da obra é o único que a conhece, e ao leitor cabe apenas ser conduzido pela intenção do escritor. Mas, como enxergar essa intenção se o escritor quiser camuflá-la e não estabelecer claramente o pacto? O texto deixará de ser uma autobiografia ainda que o seu conteúdo o seja? Mesmo que haja uma correspondência entre a vida do autor e os relatos narrados por ele, se o escritor não deixar evidente essa correspondência através do pacto, de acordo com o estudioso francês, o texto deverá ser lido como um romance autobiográfico. No caso do romance autobiográfico, o conteúdo é que define o gênero. Por relatar fatos que o escritor não quis revelar abertamente, mas que o leitor pode

descobrir através da biografia do escritor, o romance autobiográfico pode ser considerado até mais verdadeiro e mais profundo do que a própria autobiografia. Nele, o autor se sente mais à vontade para narrar suas memórias sem o compromisso da assinatura do nome de registro em cartório, uma vez que quem assina é o narrador, ou, a instância narrativa que se resume ao personagem do romance.

Além de revelar uma verdade de natureza humana, para Lejeune, a ficção revela também os fantasmas de um indivíduo, o “pacto fantasmático”. Na autobiografia o autor é quem gerencia os segredos da narrativa, uma vez que a assinatura do autor na capa da obra e os dados verificáveis que o texto veicula proporcionam essa autoridade ao escritor. Já no romance autobiográfico, o autor não tem essa importância toda e, portanto, pode transitar no texto sem compromisso com a veracidade ou não dos fatos. Ao leitor cabe, como um detetive, descobrir o que o escritor escondeu. Nesse sentido, seguindo o pensamento do teórico, o gênero textual é que definirá o grau de importância do autor e/ou do leitor.

Ainda que Lejeune tivesse consciência da impossibilidade de se estabelecer um único conceito para definir as autobiografias, o teórico francês tentou delinear um perfil para o gênero; entretanto, a todo o momento, deparou-se com a inviabilidade de uma configuração única e totalizante das escritas de si.

Philippe Lejeune estabeleceu um critério para identificarmos quando um texto é ou não autobiográfico – a identidade de nome entre autor, narrador, personagem. Trilhando o mesmo caminho sugerido pelo estudioso, mesmo que percorrendo também outras direções e estabelecendo novas relações, inferimos que o pacto autobiográfico pode ser escamoteado de diversas maneiras pelo autor ou pode ainda ser estabelecido de diferentes formas pelo leitor. São várias as possibilidades de produção de um texto autobiográfico. O gênero é bastante heterogêneo, situando-se no limite fronteiro de muitos outros textos. É fundamental que os pesquisadores da literatura íntima levem em consideração as múltiplas estratégias, veladas ou não, utilizadas pelos escritores desses textos. Nas autobiografias de Eva Schloss a autora afirma e reafirma o pacto com o leitor, de que as narrativas se referem, de fato, às suas experiências de vida.

Para facilitar a identificação dos temas tratados nas obras de Eva Schloss, faremos referência ao livro *A história de Eva* como autobiografia um (A1), e ao título *Depois de Auschwitz* como autobiografia dois (A2).

No primeiro livro, a autora dedica a obra, primeiramente, à sua mãe, e em seguida às filhas, e em memória do pai e do irmão, mortos quase ao final da guerra, em uma das últimas “marchas para a morte”, como ficaram conhecidos os deslocamentos forçados de um campo de concentração a outros.

Se em A1 Eva Schloss dedica sua obra à sua família, em um movimento mais íntimo, mais particular, próximo da esfera individual, em A2 a autora reserva a dedicatória para os grupos oprimidos e exterminados, numa concepção coletiva em que o dever de memória parece ser preponderante: “Este livro é dedicado à memória das vítimas do Holocausto e de outros genocídios que não puderam contar suas próprias histórias.” (SCHLOSS, 2018, n.p.).

O não-perdão de Eva aos perpetradores da violência também se configura como mais um motivo para a escrita autobiográfica. Relatar as barbáries da *Shoah* significa condenar os nazistas pelos seus atos absurdos, ainda que simbolicamente, já que nem todos foram punidos juridicamente. Logo ao início de A2, a autora reitera sua posição: “[N]ada, jamais, poderá justificar as atrocidades que os nazistas cometeram. Seus crimes serão absolutamente imperdoáveis sempre, e espero que por meio de histórias como a minha eles sejam sempre lembrados dessa forma.” (SCHLOSS, 2018, p.10)

Eva confessa, na segunda autobiografia, um ressentimento que permanece. Ao analisar a guerra em todas as perspectivas, reconhece que ambos os lados sofreram perdas irreparáveis, mas ainda assim, não é capaz de absolver os inimigos nazistas e nem mesmo as famílias alemãs. A autora admite que deveria se compadecer das mulheres germânicas, que eram comumente estupradas por integrantes do exército soviético, mas suas próprias dores tornam impossível seu olhar de piedade em relação a elas, como observamos no seguinte excerto:

[M]uitas coisas têm sido escritas sobre o papel dos soldados russos e sobre sua campanha de estupro da qual mulheres alemãs foram vítimas. Eu gostaria de poder dizer que lamento do fundo do meu coração por essas mulheres, mas, em vista do que a minha família suportou nas mãos do regime nazista, não posso. Você terá de compreender que não posso ser objetiva em relação a esse assunto – o meu próprio sofrimento e a minha perda serão sempre uma

ferida enorme e muito profunda. No entanto, racionalmente, acredito que os direitos humanos se aplicam a todos, e que qualquer atrocidade cometida contra qualquer pessoa é algo errado. (SCHLOSS, 2018, p. 161).

A autora consegue, ao menos, ponderar sobre os ocorridos durante a guerra, e tem consciência ética e moral sobre os direitos humanos e suas aplicabilidades para todas as pessoas, ainda que fossem inimigas e não se sentisse triste pelo sofrimento alheio. Diferente da posição de Eva é a de algumas mulheres que lutaram no Exército Vermelho, como veremos no próximo capítulo desta Tese, que além de sentirem ódio dos nazistas, agiam deliberadamente de forma violenta contra eles no *front* e até sentiam prazer nisso.

Eva revela sua condescendência para com os soviéticos, apesar de reconhecer seus atos bárbaros contra o povo alemão, numa espécie de aquiescência, de aval para a violência praticada, porque era com a intenção de aniquilar o inimigo, que era tão ou mais bárbaro ainda. Sobre a libertação dos campos e sua experiência com os militares russos, que alimentaram e vestiram os ex-prisioneiros, devolvendo-lhes alguma humanidade, e conduziram-nos de volta aos seus países de origem, a autora anuncia: [O]s russos foram maravilhosos conosco, ao contrário dos rumores, nunca nos sentimos sexualmente ameaçadas por eles. Sempre foram honestos, decentes e nos trataram com respeito. Sabíamos que, finalmente, estávamos com amigos. (SCHLOSS, 2010, p. 175).

Do mesmo modo que os soviéticos proporcionaram aos libertos dos campos a retomada, ainda que de forma mínima, a uma humanidade usurpada pela guerra, também foram capazes de desumanizarem cidades e famílias alemãs, mesmo aquelas que não tivessem relação direta com os confrontos armados, sobre o que Eva Schloss avalia:

Todos os russos estavam tomados por pensamentos de vingança e não podiam esperar para pôr as mãos nos primeiros alemães que encontrassem. Juraram aterrorizar todas as cidades e vilas alemãs que cruzassem para devolver as atrocidades cometidas contra os seus entes queridos. Fiquei com a impressão de que precisavam aliviar a culpa que sentiam por sobreviver, e isso era uma maneira de justificar o ódio. (SCHLOSS, 2010, p. 175).

No próximo capítulo, dedicado à obra de Svetlana Aleksievitch, retomaremos esse tópico sobre discurso de ódio e vingança dos inimigos em guerra, particularmente sob a perspectiva das mulheres guerreiras na linha de frente do Exército Vermelho.

2.1- Escrita de vida e identidade

Eva Schloss, em suas narrativas autobiográficas, reflete sobre sua identidade, tanto a individual, quanto a coletiva. Enquanto seu pertencimento a um grupo, ao povo de religião e cultura judaicas, concatenava ainda mais sua existência numa condição coletiva de exclusão social e reforçava essa identidade de classe de pessoas rejeitadas, sua identificação como indivíduo se esfacelava e, apesar de muito jovem, Eva já compreendia e pressentia os rumos que tomariam as discriminações e perseguições aos judeus na Europa.

A autora lembra da perda de uma coleção de cartões postais como algo simbólico, como um sinal ou um presságio da perda da própria identidade, de seu passado, de suas perspectivas sobre o futuro e as relações com as transformações que estavam ocorrendo no mundo:

[E]m um nível mais profundo, essas mudanças e incertezas devem ter me afetado, e lembro-me de um incidente daquela época que me deixou perturbada. A nossa mudança de Bruxelas tinha sido mais uma vez feita às pressas, e somente depois que chegamos à Amsterdã percebi que havia perdido minha coleção de cartões postais da família real belga distribuídas pela Côte d'Or. Procuramos em todos os lugares e não os encontramos, então fiquei angustiada. Senti como se esse pequeno incidente refletisse de alguma forma toda a escuridão e perda que o mundo enfrentava. Éramos agora quatro pessoas muito diferentes daquelas que haviam saído de Viena. (SCHLOSS, 2018, p. 61-62).

Mais tarde, já no campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau, Eva Schloss também tem a percepção da forma como a violência política aniquilava os sujeitos, suas identidades individuais e coletivas. A objetificação dos corpos faz eco à perda da identidade, e Eva relembra:

[E]u agora era a prisioneira A/5272 – parte de um processo cujo objetivo era acabar com meu orgulho e minha identidade. Quando fui levada para fora da estação de trem de Auschwitz, deixei a menina Eva Geiringer e seus sonhos para trás. Tínhamos passado nossos últimos momentos juntos como uma família, e eu jamais voltaria a ver meu irmão. (SCHLOSS, 2018, p. 131).

Somente muito tempo após suas vivências na guerra e na *Shoah*, quando resolve relatar suas experiências e de sua família, é que a autora alcança uma espécie de reconstituição de sua identidade, como ela mesma admite: “[O] fato de eu começar a

falar em público transformou a minha vida e me libertou para que eu pudesse recuperar a minha própria personalidade”. (SCHLOSS, 2018, p. 289).

Ao lembrar a primeira vez que falou abertamente em público sobre suas memórias traumáticas, Eva assegura que aquele foi um momento definitivo no reencontro consigo mesma: “[M]inhas palavras podem não ter soado coerentes para ninguém, mas, pessoalmente, representaram um grande momento para mim. Eu tinha recuperado uma pequena parte de mim mesma.” (SCHLOSS, 2018, p. 9).

Eva Schloss reflete acerca da situação vivenciada por ela e sua família enquanto fugiam e se escondiam em vários locais, sempre com a atmosfera de medo rondando suas existências. A autora denuncia mais de uma vez em suas narrativas sobre o quão difícil foi para uma adolescente como ela ter suportado a condição de refugiada, precisando ocultar sua identidade, e conclui:

[E]nfrentei porque tinha de enfrentar. Lembre-se, as opções eram claras: esconder-se ou morrer. E enfrentei a situação porque quando você está se escondendo diz a si mesmo que aquilo não é para sempre. A ideia de viver escondido para sempre seria algo insuportável, então você se esconde até amanhã, depois até a semana que vem ou até mesmo até o próximo mês. Você sempre espera um dia a mais porque acha que a Liberdade certamente virá no dia seguinte. (SCHLOSS, 2018, p. 81).

Eva Schloss propõe falar sobre suas lembranças traumáticas décadas após ter vivenciado as experiências da guerra, assim como muitos outros sobreviventes da *Shoah*, que a partir dos anos de 1980 e 1990 passaram a falar e escrever sobre suas memórias trágicas. O fato de a autora ter silenciado durante tanto tempo sobre seu passado trágico nos leva a pensar sobre o impacto que essas reminiscências significaram para a autora enquanto estiveram “enterradas” e sufocadas na memória.

A própria identidade fica comprometida em casos assim, em que o indivíduo precisa “assimilar” as suas vivências, especialmente se tratando de algo tão extraordinário e absurdo como são os genocídios. Nesse sentido, falar sobre o trauma e elaborar essa experiência, tanto de maneira informal, no meio familiar, entre amigos e pessoas próximas, quanto de modo público, em palestras ou registros autobiográficos, é uma forma de se encontrar e se enxergar como sujeito no mundo, como membro integrante de um grupo que testemunhou fatos históricos muitas vezes negados e/ou

apagados pela história oficial. O testemunho constitui, portanto, uma estratégia para a busca da identidade individual e coletiva, simultaneamente.

A autora, após tanto tempo em silêncio em relação ao seu passado trágico, encontrou na escrita de vida, muitos anos após as vivências traumáticas, um recurso terapêutico para uma possível superação das lembranças do trauma. É pertinente recorrermos aqui, novamente, ao conceito de *life-writing*, ou escrita de vida, já mencionado no capítulo anterior desta Tese. Esse recurso, que corresponde na escrita ao que ocorre no testemunho oral, serve como ferramenta para a elaboração das memórias, e ainda como suporte estético para a representação das lembranças. Eva Schloss, quando se decidiu a dar seu testemunho e falar abertamente sobre os fatos bárbaros e delicados acontecimentos de sua adolescência, se deu conta de que a escrita de suas experiências de vida seria uma forma de lidar de modo sistemático com as lembranças do choque e da violência da *Shoah*.

Já quase ao final de A2, fazendo considerações sobre a empreitada autobiográfica, a autora confessa:

[P]ara mim, o livro foi a conclusão apropriada de uma porção de lembranças dolorosas que me levou a uma viagem emocional e difícil. Alguns dos detalhes desagradáveis da vida em Auschwitz já estavam arduamente impressos na minha mente, e percebi que agora eu poderia me livrar deles. Eles nunca desapareceram completamente, mas agora pareciam menos presentes. (SCHLOSS, 2018, p. 272)

As motivações para a escrita autobiográfica foram várias, de acordo com Eva Schloss, entre elas, a autora afirma a importância do testemunho para dar esperanças a outras pessoas. Eva cita a título de exemplos, casos de presidiárias que ouviam seus relatos nas prisões onde ministrava palestras compartilhando suas experiências da guerra e da *Shoah*. A autora trocava correspondências com essas mulheres, que se inspiravam nela através da luta pela liberdade e reinserção social. Uma delas, vítima de erro judicial, e, portanto, condenada injustamente, escreve para Eva dizendo:

[A]preendi com você que não importa o quanto a vida fica difícil, você precisa ter vontade de sobreviver, é isso que vai te manter no caminho...Embora eu esteja na prisão, tenho esperança de que um dia vou ficar livre. Estou suportando por causa da luz no fim do túnel. Escutar você me trouxe mais esperança e força para seguir em frente. (SCHLOSS, 2018, p. 304).

O testemunho e a escrita de vida tornam-se para Eva recursos importantes para lidar com suas memórias traumáticas, além de encorajar outras pessoas, como observamos na citação acima. Também é relevante ressaltar a co-existência do trauma individual e do trauma coletivo, como já mencionado anteriormente.

Podemos avaliar, na análise das autobiografias da autora, que a escrita se constitui como identidade, já que a memorialista vai ressignificando sua existência enquanto escreve, e essa é uma das funções da escrita de vida.

Denise Borille de Abreu, em sua tese de doutoramento, se dedica a um estudo mais sistemático sobre o conceito de *life-writing* e aponta:

[N]ote-se que, em tais narrativas (as narrativas de identidade), a desconexão do passado vitimizado é amarrada, costurada, atribuindo-lhe uma sequência que não lhe é singular. Por meio dessa articulação, que é performática, uma vez que encena um passado ideal, é possível elaborar a experiência traumática e conferir ao traumatizado nova identidade (ABREU, 2016, p. 115)

Abreu evoca as teorias do conceito de *life-writing* em suas análises e observa que a escrita está a serviço da reconstituição do sujeito que escreve. Escrever é também reelaborar o trauma vivido, ainda que estejamos diante de uma “[e]scrita que tenta dizer o indizível”, mas que “[c]onfere identidade a quem escreve”. (ABREU, 2016, p. 126).

A pesquisadora, que analisou obras de escrita de vida e ficção, observa que,

[c]om efeito, o sujeito que vivencia um trauma de guerra está preso ao ato de lembrar. Primeiro, porque o trauma possui uma natureza repetitiva, recorrente, ele resiste na dimensão do Real (ŽIŽEK, 2003). Segundo, porque é através da memória que vem à tona aquilo que ficou reprimido ou escondido. Ao se contar uma história, essas memórias, que podem ser prazerosas ou mesmo traumáticas, emergem, mesclam-se e auxiliam o sujeito do trauma a reconstituir e ressignificar sua experiência vivida. (ABREU, 2016, p. 124)

Podemos avaliar, portanto, que a prática da escrita de vida, ou *life-writing*, remontando às referências inglesas da teoria, funciona como recurso terapêutico, no sentido de elaborar o trauma. As memórias são organizadas no testemunho, oral e/ou escrito, de modo que o sujeito consiga conviver, ou ao menos sobreviver, com as lembranças das vivências traumáticas, que em relação à Eva Schloss se referem à experiência da guerra, do campo, da *Shoah*.

É interessante ressaltar que a própria Eva Schloss, em entrevista ainda não publicada (consta no anexo desta Tese), afirma que, mesmo tendo elaborado suas memórias através do testemunho oral, em palestras ao redor do mundo, e também de suas autobiografias, a língua não é capaz de solucionar e nem diminuir a dor das lembranças. Seria, pois, uma tentativa de sobrevivência, de conseguir lidar com as reminiscências traumáticas.

2.2- Testemunho - memória e representação

Antes de nos debruçarmos mais detidamente sobre outras temáticas das obras da autora, é relevante recorrermos à noção e à função do gênero testemunho e sua importância na literatura.

Para Jaime Ginzburg, em seu artigo intitulado “Linguagem e trauma na escrita de testemunho”,

[o] estudo do testemunho articula estética e ética como campos indissociáveis de pensamento. O problema do valor do texto, da relevância da escrita, não se insere em um campo de autonomia da arte, mas é lançado no âmbito abrangente da discussão de direitos civis, em que a escrita é vista como enunciação posicionada em um campo social marcado por conflitos, em que a imagem da alteridade pode ser constantemente colocada em questão. (GINZBURG, 2008, n. p.).

O autor pontua ainda que “[a] origem da noção de testemunho é jurídica, e remete etimologicamente à voz que toma parte de um processo, em situação de impasse, e que pode contribuir para desfazer uma dúvida.” (GINZBURG, 2008, n. p.).

Além do testemunho como gênero, próprio daquele que vivenciou uma experiência digna de ser reportada, há o papel da testemunha ocular, aquela que presenciou com os próprios olhos um evento ou um crime que deve ser julgado e condenado, como afirma também Márcio Seligmann-Silva na obra *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*:

[o] testemunho deve ser compreendido tanto no sentido jurídico e de testemunho histórico – ao qual o *testimonio* tradicionalmente se remete nos estudos literários – como também no sentido de “sobreviver”, de ter-se

passado por um evento-limite, radical, passagem essa que foi também um “atravessar” a “morte”, que problematiza a relação entre a linguagem e o “real” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 8).

O testemunho geralmente diz respeito a algo ou alguém que antes não teve espaço, vez ou voz para contar sua versão dos fatos, como sinalizado em alguns outros pontos desta pesquisa. Ginzburg reafirma que “[c]om o testemunho, é elaborada uma perspectiva para a compreensão do passado a partir dos excluídos.” (GINZBURG, 2008, n. p.). Como uma espécie de lugar de fala, o autor assinala que as memórias traumáticas encontram vazão na literatura, assim como em outras manifestações artísticas:

[E]m uma elaboração do trauma, a forma artística é atingida, e os condicionamentos canônicos são relativizados. [...]. Estudar o testemunho significa assumir que aos excluídos cabe falar, e além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo. (GINZBURG, 2008, n. p.).

Apesar das dificuldades que o testemunho encontra na ética da representação da barbárie da *Shoah* – dada a irrepresentabilidade da catástrofe em sua totalidade, como algo de que a língua não daria conta – e na estética da recepção dos textos como obras de arte, estaríamos diante de um gênero que apenas se consolida através da literatura, da elaboração da memória através de algum grau de ficcionalização, sem prejuízo do teor testemunhal. A testemunha teria, portanto, esse direito de escolha de como relatar suas vivências do trauma. Seligmann-Silva, a respeito do teor testemunhal nas obras literárias, pontua que:

[O] estudo desse elemento da obra literária não deve apagar ou reduzir a preocupação com o estudo das estratégias estético-poetológicas que impregnam toda manifestação escrita. Um estudo que leva em conta o teor testemunhal, deve, no entanto, conduzir a uma nova interpretação desses componentes. Toda obra de arte, em suma, pode e deve ser lida como um testemunho da barbárie. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 8).

A adolescente Eva, assim como Anne Frank, sentia-se muito reprimida nos esconderijos, pois toda a vitalidade que é própria da idade encontrava-se sufocada, coibida pelo contexto nazista: “[N]o ínfimo cubículo do sótão, eu jogava as pernas para o alto e girava o corpo numa agonia de energia e frustração reprimidas por ser jovem e aprisionada”. (SCHLOSS, 2010, p. 49). Coincidentemente, outra semelhança em

relação à Anne Frank é que Eva Schloss esteve escondida durante dois anos no mesmo sótão de uma casa, apesar de Eva ter passado por vários esconderijos antes de ser encontrada com sua mãe pela Gestapo nesse último local.

Eva Schloss foi capturada exatamente no dia de seu aniversário de quinze anos, após ter se refugiado com a mãe em diversos esconderijos em Amsterdã, enquanto o pai e o irmão se escondiam longe delas (pensando que desse modo teriam mais chances de sobrevivência). À mesa do café da manhã, em casa de uma família cristã que estava lhes abrigando clandestinamente, antes mesmo de abrir um presente que ganhara dos anfitriões, a polícia nazista invade a casa e descobre Eva e a mãe, não havendo tempo de escaparem.

Da mesma forma que observamos em *O diário de Anne Frank*, o medo era uma constante também na narrativa de Eva, e os relatos sobre os esconderijos são semelhantes: “[D]e repente, a campainha tocou e ficamos todos alarmados. Não esperávamos ninguém. [...]. Para nosso imenso horror, ouvimos a Gestapo invadindo a casa.” (SCHLOSS, 2010, p. 57). O que diverge nas narrativas de Anne e Eva é que a segunda sobreviveu para contar os detalhes do que houve quando foram descobertas: “[E]m segundos, os oficiais da Gestapo subiram a escada e entraram na sala, encarando-nos. Petrificadas de medo, olhamos para eles e os guardas, que estavam atrás apontando armas. – *Verfluchte Juden!*¹ São elas! – gritaram.” (SCHLOSS, 2010, p. 57).

Antes mesmo da descoberta de Eva e sua mãe pelos nazistas, a violência de Estado já oprimia a família Geiringer, assim como tantas outras em toda a Europa. Além da violência política, havia também a violência de civis, das pessoas que, de algum modo, se aproveitavam da situação para chantagearem os judeus e outros foragidos. A exemplo desse abuso, em uma das casas onde se refugiaram o pai e o irmão de Eva, a anfitriã exigia cada vez mais itens de valor como contrapartida por estar os escondendo em sua residência. Em uma das raras ocasiões em que Eva e sua mãe puderam se encontrar com os outros membros da família, essa anfitriã, a Sra. De Bruin, encurralou a mãe de Eva e anunciou, em tom mais de exigência do que de um pedido: “[O] seu casaco de pele é elegante. É um desperdício que esteja com você, já que só sai

¹ Malditos judeus (tradução do professor Elcio Cornelsen).

uma ou duas vezes por mês. Eu tenho de fazer todas as compras para o seu marido e o seu filho, então sugiro que o dê para mim”. (SCHLOSS, 2010, p. 57).

Apesar da atmosfera sombria que ameaçava os judeus e outros grupos sociais até mesmo antes da experiência nos campos de concentração e extermínio, foi a partir da apreensão da família que o horror, de fato, se instaurou na família de Eva, tanto na prisão em Amsterdã, quanto, e principalmente, durante a deportação e o tempo que permaneceram em Auschwitz.

Após ser interrogada na prisão, não tendo dito nada que pudesse comprometer as pessoas que colaboraram com a família, geralmente grupos da resistência holandesa que “credenciavam” as famílias e se dispunham a abrigar os refugiados, Eva Schloss ouvia as vozes de seu pai e seu irmão na sala de interrogatório ao lado da que ela estava: “[S]uas vozes se elevaram e logo se transformaram em gritos, seguidos por um terrível silêncio. [...]. Comecei a passar mal de medo.” (SCHLOSS, 2010, p. 61).

A lembrança do trauma é, obviamente, muito marcante, e em uma escrita autobiográfica essas reminiscências dolorosas se fazem presentes, são selecionadas pela própria memória do sujeito, ainda que involuntariamente, como sinaliza Marcel Proust (o que será retomado no próximo capítulo). Na ocasião da prisão de Eva e sua família, essa marca é ainda mais acentuada, já que ocorreu coincidentemente no dia de seu aniversário de 15 anos, como já mencionado. Tradicionalmente, essa data costuma ter um significado especial para as meninas, que estariam deixando a infância e adentrando a vida adulta, um momento simbólico de transição, de identidade da menina/mulher, muitas vezes comemorado. Aliás, é interessante lembrar aqui sobre a etimologia do termo “comemorar”, do latim, *commemorare* que “significa trazer à memória. *Commemorare* também significa *com-memorare*, isto é, recordar com, recordar junto com o outro” (MORAES e NASCIMENTO, 2008). Nas obras em análise nesta Tese, bem como em todas que compõem o gênero memorialístico, autobiográfico, esse significado é de fundamental importância, uma vez que as autoras compartilham suas lembranças e vivências da guerra através de seus testemunhos, que com frequência dizem respeito a uma memória coletiva.

A memória que ficou para Eva em relação a esse dia não foi a que normalmente fica para as moças, como ela mesma relata tanto tempo depois, evidenciando a perpetuação do trauma: “[D]urante todo o dia, meu aniversário de 15 anos, fui mantida presa numa sala sem comida ou água, tendo de ouvir através das paredes pessoas sendo interrogadas, intimidadas e espancadas. Durou até a noite. (SCHLOSS, 2010, p. 62).

A violência de Estado, nesse ponto, passa ao estágio da violência física, em um relato duro do início do que seria da família nos próximos meses. Ainda sobre a prisão na Holanda, a autora conta:

[A]pós um período de silêncio, eles tornaram a me chamar. Mais uma vez, fiquei de pé na frente da Gestapo. Agora, o oficial mais graduado lançou um olhar feroz para mim e disse: “Nós vamos torturar o seu irmão até a morte se você não cooperar conosco”. Fiquei horrorizada. Olhei sem reação para eles sem saber o que deveria dizer. [...]. Eu estava paralisada de terror, quando o primeiro golpe de cassetete atingiu meus ombros. De súbito, percebi que isso realmente estava acontecendo comigo, que não era um pesadelo, que era tudo verdade. O impacto dos golpes corria pelo corpo enquanto eles batiam nas costas e nos ombros. Eram bastante impiedosos. [...]. Eu podia ouvir os gritos vindos de dentro de mim que não conseguia controlar. (SCHLOSS, 2010, p. 61-62).

Apesar da pouca idade, a autora já refletia sobre os motivos que conduziam sua família à ruína, e não compreendia o porquê de todo o preconceito e exclusão social. Nos registros de suas memórias, Schloss considera essa reflexão e relata:

[F]oi a pior coisa que aconteceu comigo em toda minha vida. Não conseguia entender por que deveria ser colocada na prisão ou por que, com 15 anos, eu era uma pessoa indesejável simplesmente por ser judia. Era tudo uma perseguição sem sentido e me revoltei de verdade. Queria saber por que tudo aquilo estava acontecendo conosco. (SCHLOSS, 2010, p. 65).

Eva Schloss se vale da escrita autobiográfica como modo de resistir, assim como Anne Frank o fez em seus diários. Tendo Alfredo Bosi ainda como referência e retomando o conceito, o autor assinala que

[o] termo Resistência e suas aproximações com os termos “cultura”, “arte”, “narrativa” foram pensados e formulados no período que corre, aproximadamente, entre 1930 e 1950, quando numerosos intelectuais se

engajaram no combate ao fascismo, ao nazismo e às suas formas aparentadas, o franquismo e o salazarismo. O que os italianos chamavam de partigiani e os franceses logo traduziram como partisans significava participação, partido, luta de uma facção que se rebelou contra as milícias nazi-fascistas que ameaçaram apossar-se da Europa no fim dos anos 30 e só foram derrotados em 1945. (BOSI, 2002, p. 125)

Em relação às aproximações entre narrativa e resistência a partir das reflexões de Bosi, é importante retomar as diferenças entre resistência como tema ou como processo constitutivo da narrativa. Conforme mencionado no capítulo anterior, em comparação com a obra de Anne Frank, que tem a resistência como forma imanente da escrita, na eminência da catástrofe, as autobiografias de Schloss têm a resistência como tema da narrativa, embora essa resistência também sustente a estrutura da narrativa contra o esquecimento.

Desde a abertura da obra em A1, um trecho citado pela autora, escrito por Martin Gilbert (*The Holocaust: A Jewish Tragedy*, Collins, 1986), antes mesmo do sumário, a resistência já se coloca como tema, como exemplifica o seguinte excerto: “Morrer com dignidade era uma forma de resistência. Resistir à desumanizadora e brutalizante força do mal, recusar ser rebaixado ao nível de animais, superar a tortura, sobreviver aos torturadores, isso também foi resistência.” (SCHLOSS, 2010, n. p.).

Em vários trechos das autobiografias, Eva Schloss sinaliza esse movimento de resistência. Um deles, em âmbito mais psicológico, a autora, após ter sido infectada por tifo no campo de concentração, resolve consigo mesma que iria resistir às provações do campo e que lutaria pela sobrevivência:

[a] doença fez com que eu apreciasse a sabedoria do meu pai na minha criação para ser forte e destemida, porque após o episódio percebi que o meu corpo era capaz de se recuperar, mesmo nas mais adversas condições. A partir daí, tentei não fazer barulho por coisas desimportantes. A recuperação me deu uma nova visão da vida e ajudou a tornar suportável o insuportável. Disse a mim mesma que dali em diante tudo dependia de mim. Estava determinada a sobreviver à guerra, pouco importando o que eles me fizessem. (SCHLOSS, 2010, p. 99)

A chegada ao campo de Auschwitz-Birkenau fez com que Eva percebesse logo o funcionamento da indústria da morte instaurada pelos nazistas e registra: “[O] Sistema era planejado para nos matar. Mas a minha determinação de viver era forte, e eu fizera

um pacto comigo mesma de que tentaria superar cada desafio.” (SCHLOSS, 2010, p. 107-108).

Birkenau era um campo destinado à concentração e ao trabalho forçado para mulheres, fato que reúne algumas especificidades do espaço do campo e mesmo algumas peculiaridades observadas, vivenciadas e registradas por Schloss. Ao longo das narrativas a autora relata diversos episódios em que as mulheres lamentavam a separação e a perda de seus filhos, muitas vezes não sabiam se estavam vivos ou mortos. Várias vezes as prisioneiras se uniam para apoiar umas às outras e por vezes até mesmo constituíam grupos resistentes. Uma dessas ocasiões contadas pela autora se refere ao “contrabando” de uma colher de prata, desejo de Minni, uma enfermeira do campo que era prima da mãe de Eva. Minni era um ponto de apoio sem o qual Eva e sua mãe provavelmente não teriam sobrevivido às barbáries do nazismo. Eva trabalhava no setor denominado “Canadá”, onde selecionavam objetos de valor confiscados dos judeus que ingressavam no campo. Até mesmo os menores e mais simples objetos eram considerados luxos nos campos de concentração, como copos e talheres. Ao encontrar uma colher e decidir tentar entregá-la à Minni, Eva se pôs em grande risco, já que havia sempre revistas ao retornarem do trabalho para os alojamentos. Ao concluírem com êxito o retorno sem que fossem descobertas com a colher, Eva e sua mãe Fritzi sentiram orgulho de terem ludibriado as kappos (que eram também prisioneiras, mas que tinham alguns privilégios e eram carrascas das demais): “[P]or mais subjugadas que fôssemos pelo regime, havíamos provado que não desistiríamos. Foi uma grande vitória.” (SCHLOSS, 2010, p. 109).

Bosi, em *Literatura e resistência* (2002), afirma que a “desistência” é o antônimo de “resistência”, e foi a segunda opção escolhida pela autora que contribuiu para a sobrevivência dela (então Eva Geiringer) e de sua mãe Fritzi Geiringer.

Mais um exemplo de resistência narrado por Eva é sobre uma ocasião em que as prisioneiras foram encaminhadas para chuveiros no campo vizinho, com a justificativa de que os de costume estavam com defeito: “[F]icamos horrorizadas, tínhamos certeza de que era um truque para nos colocar dentro das câmaras de gás.” (SCHLOSS, 2010, p. 138). As detentas se recusaram a entrar na sala de banho, já conformadas de que morreriam de qualquer maneira. Só quando vieram reforços dos alemães armados é que as mulheres puderam inspecionar os chuveiros e terem certeza de que não se tratava de

gás venenoso. Eva ressalta como foi inusitado para as kappos o fato de as prisioneiras se posicionarem contrárias às ordens dadas, já que, normalmente, essas carrascas detinham o domínio sobre as mulheres em Birkenau:

[A]s kappos estavam completamente perplexas. Esse era o primeiro grupo resistente que encontravam, e elas não sabiam como lidar com isso. Havíamos resistido às ameaças com uma coragem que nos surpreendeu a todas. (SCHLOSS, 2010, p. 139).

A autora observa ainda cenas simbólicas de resistência mesmo ao final do período em que esteve presa no campo, quando a maioria das mulheres já havia perecido com as atrocidades do nazismo, e apenas poucas ainda permaneciam vivas e esperançosas, como nos mostra o trecho a seguir:

[O]s cadáveres das prisioneiras jaziam ao lado do barracão, jogados uns em cima dos outros. Em todo o campo, que tinha abrigado dezenas de milhares, havia agora cem ou duzentas almas. Dessas, 80% estavam fracas demais para se mover e permaneciam deitadas, à espera da morte. O resto de nós, um pequeno contingente de pele e ossos ainda vivos, resistia com bastante esperança. (SCHLOSS, 2010, p. 161)

Sobre narrar o absurdo, o indizível como forma de resistir, Alfredo Bosi afirma que

[E]m termos de produção narrativa, o importante é ressaltar a coexistência de absurdo e construção de sentido, de desespero individual e esperança coletiva; em suma, de escolha social arrancada do mais fundo sentimento da impotência individual. (BOSI, 2002, p. 128).

Podemos observar exatamente esse contexto nas memórias de Eva Schloss, que, apesar do desespero, da esperança e da impotência, sentimentos que alternavam entre si, ora individuais, ora coletivos, sobreviveu ao acaso e pôde contar seu testemunho de resistência, graças também às diversas intervenções da prima enfermeira a serviço dos nazistas alemães.

O terror paira em grande parte das narrativas de Eva Schloss, desde a fuga da família para outro país, a necessidade de se ocultarem em esconderijos, até a experiência nos campos, que é o limite da violência, da barbárie e do caos.

Com a deportação para os campos, o medo e o horror se intensificaram ainda mais, já que estavam, Eva e sua família, diante do abismo da barbárie, com a iminência da morte nas circunstâncias desumanas a que seriam submetidos. Ao chegarem à Auschwitz, Eva e o irmão sabiam que aquela poderia ser a última vez em que estariam juntos:

[H]einz sorriu palidamente para mim. Ele parecia petrificado, com o rosto branco de medo ao descer do vagão, mas se virou para me ajudar. Ao saltar para os seus braços, enlacei seu pescoço. De repente, estávamos nos apertando e abraçando como se jamais fôssemos nos ver de novo. (SCHLOSS, 2010, p. 77)

Após a separação dos homens e das mulheres, Eva passou a experimentar o horror em formas ainda mais intensas, como o desespero quando eram submetidas aos banhos de chuveiros e às seleções do terrível Dr. Mengele, conhecido entre os prisioneiros como “Dr. Morte”. As duchas eram, muitas vezes, utilizadas para a execução, liberando gás venenoso ao invés de água, portanto, todos temiam os supostos banhos por não saberem o que ocorreria de fato, como descreve Schloss no seguinte excerto:

[N]o começo de outubro, durante as sessões de chuveiro semanais, notávamos uma diferença na atmosfera. Algo terrível estava para acontecer. As kappos gritavam mais do que o normal conosco. O medo pairava no ar. [...]. Ficamos muito apreensivas ao entrar na sala de banho e ouvir as portas se fecharem atrás de nós. Prendemos a respiração. Quando a água fria caiu sobre nossas cabeças, rezamos aliviadas. (SCHLOSS, 2010, p. 118)

Outros momentos de pânico eram as seleções do “Dr. Morte”. “[H]istórias sobre os seus chocantes experimentos circulavam entre os prisioneiros e traziam terror às suas vítimas.” (SCHLOSS, 2010, p. 118). Os experimentos de Mengele eram atos absolutamente desumanos, antiéticos e absurdos. Nesse sentido, os corpos dos prisioneiros eram tratados como simples objetos sem valor à disposição para os despautérios do “médico” nazista. Eva Schloss narra um episódio em que estiveram, ela sua mãe e outras detentas, diante do temido carrasco:

[C]ada uma de nós foi obrigada a participar de um desesperado desfile em que tínhamos que girar lentamente diante dele. Mengele nos escrutinava com uma espécie de precisão clínica para decidir nosso destino. Todas nós tentamos exibir uma aparência ereta e forte, mas éramos um patético grupo de mulheres desnutridas, extenuadas e emaciadas. (SCHLOSS, 2010, p. 118)

Após passar pela inspeção sem que fosse selecionada pelo nazista, Eva viu sua mãe sendo separada para Mengele, e foi o auge do pavor para a jovem:

[E]u gritei. Mutti atravessou correndo a sala para um beijo de adeus, mas uma das mulheres da SS a pegou e bateu ferozmente em sua coluna com uma cinta de couro [...]. Meu corpo começou a tremer de maneira incontrolável e os meus dentes batiam com violência enquanto via minha mãe, minha querida Mutti, marchar nua com as outras do seu grupo. Foi o momento mais negro da minha vida. Pensei ser a última vez que a veria. (SCHLOSS, 2010, p. 119).

O medo da violência estava, portanto, diretamente relacionado com a objetificação dos corpos, o que poderia acontecer a cada seletiva dos nazistas, se seriam submetidas aos experimentos absurdos de Mengele, se seriam executadas nas câmaras de gás e terem seus corpos liquidados nos crematórios.

2.3- O corpo feminino na guerra

Para além do terror da morte iminente, ao longo das narrativas de Eva percebemos também o constrangimento a que eram submetidas com as exposições dos seus corpos, quase sempre nus, frágeis e vulneráveis, como no seguinte trecho: “[F]iquei bastante constrangida, com ela passando a navalha na minha pele macia. Não conseguia entender o motivo para essa humilhação.” (SCHLOSS, 2010, p. 84). É de amplo conhecimento que, ao chegarem aos campos, os prisioneiros eram submetidos às depilações e cortes/raspagens de cabelos. O que Eva também relata: “[D]epois ela depilou as minhas axilas, mas quando começou a cortar os cabelos com uma grande tesoura sem corte Mutti tentou interceder por mim. (SCHLOSS, 2010, p. 84-85).

Outra passagem que ilustra a questão dos corpos objetificados é quando Eva Schloss conta sobre o fato de ter tido a tatuagem em seu braço rasurada:

[Q]uando íamos ser levadas para fora, ouvi as SS gritando com as guardas kappos. Elas, por sua vez, gritaram para nós, mandando que voltássemos para a fila. Todas nós fomos enfileiradas de novo para recebermos outra tatuagem. Pelo visto, houvera um erro na numeração, a “escrevente” cometera um

engano. O meu número, que era A/5232 foi mudado para A/5272. Ela simplesmente fez um risco sobre o “3” e tatuou um “7” em cima, do mesmo jeito que eu corrigiria um erro no caderno de lição de casa. (SCHLOSS, 2010, p. 86-87)

Como se não bastasse serem reduzidos a números nos campos de concentração, essas marcações poderiam ter rasuras, como num papel qualquer sem importância.

Em relação à insignificância atribuída aos indivíduos perseguidos pelo nazismo e pelos estados totalitários como um todo, é relevante evocarmos o conceito de “vida nua”. Tal concepção diz respeito a uma reflexão do filósofo Giorgio Agamben em sua obra *Homo sacer, o poder soberano e a vida nua, I*, com a primeira publicação em 1995, em que o autor retoma uma ideia pré-concebida por Walter Benjamin em seu ensaio denominado “Crítica da violência: crítica do poder”, escrito em 1921, e também abordada por Michel Foucault em seus estudos sobre biopolítica.

A divergência entre vidas que importam e vidas que não importam dentro de uma sociedade é analisada por Agamben a partir de um viés político-filosófico, trazendo à tona os termos *bios* e *zoé* e a sua correspondência com o conceito de vida nua (AGAMBEN, 2007). Analisando as acepções dessas duas palavras gregas, o autor sinaliza que *zoé* diz respeito à vida natural, aquela concebida pela natureza, o que nos torna semelhantes aos demais seres vivos. Já a *bíos*, por sua vez, se refere a uma vida específica dos seres humanos, própria daqueles que são dotados da razão, do *logos*, e capazes de qualificar a existência politicamente.

Entretanto, a vida nua tem, para o filósofo romano, um significado deslizante, pois está situada entre os pontos de vista civil e religioso. É uma vida desprovida de proteção, sem que haja sobre ela o “olhar cuidadoso da lei”, porém, ainda assim, sob o controle dessa mesma lei, a vida nua é, paradoxalmente, destituída de direitos pelo próprio direito. Agamben afirma que se trata de uma existência que não se categoriza “nem *bíos* político, nem *zoé* natural, a vida sacra é a zona de indistinção na qual, implicando-se e excluindo-se um ao outro, estes se constituem mutuamente” (AGAMBEN, 2007, p.98).

Agamben pontua que o corpo, dominado juridicamente, precisa se apresentar a juízo, não se trata de uma opção, é uma obrigação. O corpo do delituoso é de domínio

estatal; “a nascente democracia europeia colocava no centro de sua luta com o absolutismo não *bíos*, a vida qualificada de cidadão, mas *zoé*, a vida nua em seu anonimato, apanhada como tal, no bando soberano” (AGAMBEN, 2007, p. 130).

Os regimes ditatoriais, autoritários ou totalitários são exemplos evidentes dessa “redefinição entre o homem e o cidadão. [...] na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal” (AGAMBEN, 2007, p.169). Neste caso, vida e política se confundem, sendo a primeira uma questão de Estado.

Os campos de concentração e extermínio nazistas viabilizaram um controle total e brutal sobre a vida, funcionavam como uma indústria eficiente que se denominava justificável, organização jurídica que selecionava a vida digna e a indigna de ser vivida. Além disso, a ciência e a medicina também emergem nesse contexto de domínio sobre a vida. Instaurou-se, portanto, a política sobre a vida e a morte, o governo sobre o corpo, a decisão sobre as vidas, que por não poderem mais subsistir da forma considerada adequado, dentro dos padrões do nazismo, podem ser eliminadas de maneira lícita, sem que haja algum tipo de punição legal a esse ato bárbaro. “A nova categoria jurídica de 'vida sem valor' (ou 'indigna de ser vivida') corresponde ponto por ponto, ainda que em uma direção pelo menos aparentemente diversa, à vida nua do homo sacer” (AGAMBEN, 2007, p. 146).

O nazismo é a expressão mais absurda da violência política sobre os corpos, desde a exclusão social, isolamento em guetos urbanos, depois em campos de concentração e extermínio até as câmaras de gás, passando pela agressão às cobaias humanas. Muitas pessoas foram utilizadas para a realização de “pesquisas científicas”, que se tratavam de experiências bizarras e inadmissíveis com esses corpos vivos.

Sobre aos campos e as aberrações cometidas nesses locais, o filósofo italiano afirma o seguinte:

[j]ustamente porque privado de quase todos os direitos e expectativas que costumamos atribuir à existência humana e, todavia, biologicamente ainda vivos, eles vinham a situar-se em uma zona-limite entre a vida e a morte, entre o interno e o externo, na qual não eram mais que vida nua. Condenados à morte e habitantes do campo são, portanto, de algum modo inconscientemente assemelhados a

homines sacri, a uma vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio (AGAMBEN, 2007, p.166).

O regime nazista representa, portanto, a vulnerabilidade do *sacer* contemporâneo tal como definido por Agamben.

A ameaça aos corpos nos campos também era constante em relação à violência sexual. Eva relata que, após os dias de trabalhos forçados, os banhos das mulheres eram mais um risco a que estavam suscetíveis:

[O]s chuveiros ficavam num espaço aberto envolvido por uma cerca de madeira. Quando tirávamos a roupa, muitos homens da SS se divertiam espiando por cima das divisórias. Às vezes, uns ficavam estimulando os outros a entrar no espaço para brincar com as mulheres, jogando água em nós. Algumas das prisioneiras mais antigas e espertas alertaram-me repetidamente para ter muito cuidado para não ser pega por um alemão e empurrada num canto para ser estuprada. Eu tinha mais medo disso do que de qualquer outra coisa, e então tentava me esconder. Durante algum tempo, consegui me desviar deles me mantendo atrás de prisioneiras maiores do que eu. (SCHLOSS, 2010, p. 113)

A autora menciona que um soldado a perseguiu durante um tempo, e esse foi um dos vários episódios de assédio a que esteve exposta:

[U]m soldado jovem não parava de me olhar. Ele começou a me seguir, me assediando pelo campo. Para onde eu ia, notava que ele me observava – no complexo, nos chuveiros, em toda parte. Tentava circular em grupos para me proteger, mas sabia que ele estava se tornando uma ameaça. (SCHLOSS, 2010, p. 113)

Não bastasse as tantas formas de violência física e psicológica a que estavam submetidas as prisioneiras, a ameaça de possíveis abusos sexuais ainda acentuava a opressão dessas mulheres nos campos de concentração.

Mesmo antes da captura, Eva já havia vivenciado uma experiência de abuso sexual na infância, um assunto delicado que a autora omitiu em sua primeira autobiografia. Tomamos conhecimento do fato somente através de *A2, Depois de*

Auschwitz, em que Eva julga ser relevante reportar o ocorrido, devido à seriedade do caso. Quando Eva e sua mãe, deixando a Áustria com destino à Holanda, tiveram que permanecer por algum tempo em uma pensão na Bélgica, havia nesse estabelecimento “[u]m homem de meia-idade, chamado Sr. Dubois, que morava permanentemente na pensão e era aposentado [...]” (SCHLOSS, 2018, p. 46).

A autora descreve de modo angustiante os atos de molesta  o sexual que sofrera enquanto era ainda uma crian  a de nove anos:

[ ] medida que as semanas passavam, ele come  ou a pedir para eu me sentar em seu joelho enquanto olhava o  lbom de fotos. Eu odiava isso muito mais do que ficar em p  ao lado dele, mas obedecia e esperava até que pudesse voltar para Mutti, que não tinha a menor ideia do que estava acontecendo. Depois de ter sentado sobre seus joelhos algumas vezes, percebi que ele estava acariciando a si mesmo. Embora não compreendesse o que ele estava fazendo, sabia que era algo errado. Fiquei congelada e paralisada de medo. Aquele era o nosso segredo, ele me dizia. Eu não deveria contar a ninguém ou então teria sérios problemas [...]. Logo o senhor Dubois come  ou a fazer com que eu o acariciasse também, e eu detestava ter de tocá-lo l  embaixo. Mutti e Heinz come  aram a perceber que eu estava ficando muito retraída, mas eles não sabiam o que estava acontecendo. Eu já me sentia muito triste por morar em outro país, longe de Pappy. Agora eu falava muito pouco e minha autoconfiança parecia ter se esva do. Essas horríveis sessões continuaram até o dia em que o abuso do sr. Dubois chegou a tal ponto que ele ejaculou em um lenço. Fiquei tão horrorizada e aturdida que sa  correndo do quarto e corri para Mutti. Ao ver o meu estado, ela exigiu que eu contasse o que estava acontecendo e eu revelei toda a verdade para ela. (SCHLOSS, 2018, p. 47-48)

Eva confessa que essa experiência traumática foi extremamente marcante e até mesmo pior do que muitos horrores vivenciados durante a guerra, motivo pelo qual ela somente se decidiu a narrar o caso em sua segunda autobiografia, após reconsiderar a importância de reportar o fato, provavelmente vivenciado por outras tantas crianças e adolescentes que estavam vulneráveis na sociedade no período da guerra, tendo que se afastarem com frequência de suas famílias, muitas vezes de modo definitivo. Eva diz: “[A]t  hoje, a memória de ter sido abusada sexualmente era tão profundamente dolorosa e vergonhosa que nunca consegui falar sobre isso, mesmo tendo conversado bastante sobre experiências muito piores que vivenciamos em família.” (SCHLOSS, 2018, p. 49).

Diante da violência política e física, era comum que as prisioneiras desejassem estar inconscientes, para que, desse modo, fossem atenuados os sofrimentos e os horrores que viviam a todo momento nos campos. Eva Schloss relata um episódio em que chegou a invejar a inconsciência de algumas mulheres em Auschwitz-Birkenau: “[E]stávamos sem comer ou beber havia mais de 24 horas, quando algumas mulheres desmaiaram e caíram no chão, ninguém deu a mínima. Achei que era cruel, mas aí passei a invejá-las. A inconsciência teria sido um grande alívio.” (SCHLOSS, 2010, p. 21).

Outros recursos também eram empregados para que as prisioneiras se desvencilhassem dos terrores nazistas, ainda que a única estratégia fosse desviar um olhar, ou se abstrair para não ver algum ato bárbaro. Houve uma ocasião vivenciada por Eva e Mutti em que a autora revela ter usado essa tática. Uma mulher tentara escapar do campo, mas a fuga foi frustrada e os oficiais da *SS* capturaram-na novamente e conduziram-na à execução na forca. Todas as prisioneiras foram obrigadas a assistir ao show de horror:

[M]utti tentou ficar na minha frente para que eu não visse o que se passava. Mas, apesar de estar acontecendo diante de mim e de eu ser forçada a olhar, não vi de fato. Nenhuma de nós viu o enforcamento. Fomos forçadas a olhar – mas não vimos. (SCHLOSS, 2010, p. 104-105)

As violências física e psicológica também afetavam o corpo feminino em seu ciclo biológico, sobre o que Eva pontua:

[U]ma pequena misericórdia, eu suponho, era o fato de que nenhuma mulher em Birkenau menstruava depois da primeira semana ali. Nós acreditávamos que os alemães acrescentavam brometo à sopa, o que nos deixava com a estranha sensação de estarmos flutuando. (SCHLOSS, 2018, p. 49).

Apesar dessa violência fármaco-biológica, a autora avalia que era algo positivo, dadas as circunstâncias em que sobreviviam no campo, e até um risco a menos para as mulheres prisioneiras, que estavam totalmente vulneráveis e expostas a todo tipo de agressão, inclusive sucetíveis a estupros. A autora pondera, na segunda autobiografia:

“[N]ão menstruar era uma bênção, de certa forma. Parece difícil de acreditar que os guardas alemães da SS teriam qualquer interesse sexual nas mulheres famintas, sujas e malvestidas sob seu comando – mas alguns deles tinham esse desejo. (SCHLOSS, 2018, p. 144).

2.4- **Em face do extremo**

Eva descreve sucessivas situações em que esteve em face do extremo, desde a captura e a segregação da família, a seleção e quase execução da mãe, o adoecimento com a epidemia de tifo, feridas nos pés causadas pelo inverno intenso enquanto trabalhava no setor Canadá, selecionando objetos de valores dos judeus que chegavam ao campo, fraqueza extrema por causa da fome e tantas outras asperezas. A autora registra em um trecho: “[S]ofríamos diariamente com a dor causada pela fome. [...] ficamos tão obcecadas por comida que poderíamos cometer qualquer crime para obter rações extras.” (SCHLOSS, 2010, p. 126). Desde a chegada ao campo, Eva e suas companheiras de martírio já compreendiam o que estava reservado aos que eram levados a locais como aquele:

[A] essa altura, todas nós começávamos a perceber a verdade acerca do programa de extermínio e a nos dar conta de que a morte esperava por nós no fim da linha. Ficamos face a face com a realidade da eliminação nos primeiros dias da quarentena de três semanas, na hora da *Appel*. (SCHLOSS, 2010, p. 99).

Além da falta de perspectiva de sobrevivência, da segregação das famílias, da fome, das dores física e psicológica causadas pelos perpetradores da violência política (tanto no campo, quanto fora dele), havia ainda, como modo de aniquilação dos sujeitos ainda em vida, uma desumanização dos prisioneiros. Nos campos de concentração, trabalho forçado e extermínio, as pessoas eram reduzidas a números, como sabemos. Em várias passagens de suas autobiografias, Eva Schloss sinaliza os absurdos do tratamento desumano, como no seguinte trecho:

[C]omi imediatamente todo o meu pão, sem me dar conta de que deveria durar o dia inteiro. Após esse banquete, éramos levadas às latrinas. [...] consistiam em um esgoto aberto correndo no centro da construção. [...]. Não havia nada para limpeza ou higiene; nenhum papel higiênico, nenhuma descarga e, certamente, nenhuma privacidade. Quando entrávamos no barracão, o fedor era insuportável. (SCHLOSS, 2010, p. 90)

Eva relembra ainda as ocasiões em que tinham a oportunidade de vasculhar algum lixo das cozinhas em busca de algum resto que pudessem aproveitar, já que os pães eram sempre escassos. Nem mesmo objetos mínimos do dia a dia eram permitidos:

[N]ada pertencia a nós pessoalmente e, se possuíamos algo para deixar a vida um pouco mais civilizada – como uma caneca, um alfinete, um pedaço de sabão –, era comum que isso se perdesse com nossas roupas na porta dos chuveiros. (SCHLOSS, 2010, p. 127-128).

A privação era uma realidade nos campos, e até o básico era banido da vida dos prisioneiros: “[T]odos os refinamentos da vida humana comum, até mesmo um simples abrigo, nos eram negados. Estávamos sendo tratadas como animais – ou pior até, porque nem mesmo ganhávamos comida ou água.” (SCHLOSS, 2010, p. 91).

Apesar da situação degradante em que se encontravam, qualquer mínimo fato que lhes remetesse à vida digna anterior à guerra era motivo para se apegarem aos fios de humanidade que fossem possíveis no campo: “[E], já que estávamos compartilhando o mesmo destino, tentávamos ser afáveis com as pessoas ao redor.” (SCHLOSS, 2010, p. 91). Até mesmo detalhes que são óbvios e triviais na vida em sociedade pareciam um grande privilégio no campo:

[A] cabeça de Mutti ficava com uma aparência nodulosa muito estranha após ser raspada. Ela sempre ficava agradecida quando o cabelo crescia uns poucos centímetros e começava a esconder o crânio novamente. Dizia que se sentia mais humana. (SCHLOSS, 2010, p. 117).

Tzvetan Todorov, em sua obra *Diante do extremo* (1991), desenvolve reflexões importantes sobre o contexto dos campos de concentração e extermínio. Em um dos

capítulos da obra, denominado “Despersonalização”, o autor discute o fato de as vítimas terem seus comportamentos transformados antes de serem aniquiladas: “[O]s seres humanos não ficam nus em grupo, não se deslocam nus; privá-los de suas roupas é aproximá-los das bestas.” (TODOROV, 2013, p. 262).

O processo de desumanização das vítimas já se inicia na chegada aos campos, quando mesmo seus nomes lhes são extirpados e, em lugar deles, são registrados com números. “[O]ra, o nome é a primeira marca de um indivíduo.” (TODOROV, 2013, p. 263). O teórico discute sobre como esse processo era o *modus operandi* de todos os envolvidos na tragédia da *Shoah*. Os guardas não se referiam aos prisioneiros como pessoas, indivíduos, homens, mas sim como “peças”, ou quaisquer outras expressões impessoais. Desse modo, tendiam a aliviar sua própria culpa, já que não estavam lidando com seres humanos, na perspectiva nazista, e sim como objetos que deveriam ser descartados.

Todorov observa, ainda, já em outro capítulo do mesmo livro, intitulado “Gozo do poder”, que a despersonalização dos sujeitos não se restringe às vítimas. De certo modo, atinge também os subalternos do regime totalitário, que são impelidos a executarem as ordens dos superiores. Ao colocarem em prática a barbárie com as próprias mãos, esses indivíduos se tornam peças de uma máquina: “[D]e forma desatenta ou mecânica, abandona-se também a condição humana.” (TODOROV, 2013, p. 291).

Por outro lado, e é esse o cerne da discussão do autor nesse capítulo, o poder se torna atraente para aqueles que o experimentam nos campos. Desde os guardas com patentes mais altas, como os SS, até os detentos-responsáveis (os *Kapos*), que eram recrutados pelo sistema totalitário nos *Lager*, a experiência de dominação sobre o outro passa, em certa medida, a ser prazerosa. O gozo do poder é compreendido tanto em questões políticas, de ordem social, quanto também em suas raízes na psicanálise.

A assertiva de Todorov acima citada corrobora as proposições de Hanna Arendt em sua obra *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*, com primeira publicação datada de 1963, em que a autora avalia, a partir do julgamento de Eichman, que os envolvidos nesse maquinário do genocídio nazista eram pessoas

comuns, peças de uma grande engrenagem, e constata que “[o] problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDDT, 1999, p. 299).

Apesar de a filósofa alemã ter teorizado anteriormente, em *Origens do totalitarismo* (1951), sobre o “mal radical”, no sentido metafísico, algo que tivesse explicações extraordinárias, espirituais ou mesmo patológicas, refuta anos depois essa hipótese e afirma que o mal é realmente monstruoso, mas também banal e burocrático. Embora a estudiosa tenha chegado a essa conclusão, isso não significa dizer, de acordo com a autora, que a banalidade de figuras como Eichmann sejam inocentes, nem que a banalidade seja uma normalidade e postula que “[a] essência do governo totalitário, e talvez a natureza burocrática, seja transformar homens em funcionários, em meras engrenagens, assim os desumanizando” (ARENDDT, 1999, p. 312).

2.5- Diáspora e memória – A (des) importância dos lugares

Um ponto que precisa ser destacado nas autobiografias de Eva Schloss é sobre a diáspora. O livro *A história de Eva* é dividido em três partes que já indicam o movimento dispórico de Eva e família: “De Viena a Amsterdã”, “Auschwitz-Birkenau” e “Jornada pela Rússia”. Na introdução da sua narrativa, a autora contextualiza a situação dos judeus na Europa após a ascensão de Hitler ao poder: “Muitos judeus perceberam o perigo que corriam e partiram às pressas para a Holanda, Grã-Bretanha ou Estados Unidos.” (SCHLOSS, 2010, p. 21).

Apesar de Eva ser ainda uma adolescente, assim como seu irmão mais velho, Heinz Geiringer, já era possível perceber e compreender a atmosfera sombria que pairava sobre eles e sobre todo o povo judeu na Europa: “[É]ramos pessoas ‘sem pátria’ e indesejadas em qualquer lugar.” (SCHLOSS, 2018, p. 45).

A autora pondera sobre o significado desses deslocamentos forçados, dessa dispersão à sua revelia e de sua família, e analisa: “Eu era uma garota jovem, de apenas

quinze anos, e já tinha sido empurrada de um país para o outro pelos nazistas, tinha sido forçada a sair de casa e permanecer em esconderijos, e agora estava na prisão. ” (SCHLOSS, 2018, p. 97).

Em um capítulo denominado “Diáspora e memória”, publicado na obra *Em torno da memória: conceitos e relações*, Elena Palmero González faz alguns apontamentos importantes sobre a problemática diaspórica. A teórica aborda o tema a partir de concepções de autores como Stuart Hall e Paul Gilroy, que afirmam que a diáspora é, além de um problema histórico, geopolítico, antropológico, sociológico, cultural, também uma questão de poética. Ao discorrer sobre o conceito do termo, González afirma que,

[v]inculado, etimologicamente, à ideia de dispersão, o conceito foi historicamente associado ao êxodo do povo judaico e a suas sucessivas migrações, à dispersão grega e armênia e, mais tarde, à migração forçada africana em séculos de tráfico negreiro e escravidão. (GONZÁLEZ, 2017, p. 117)

A autora, entretanto, sinaliza que a ideia de diáspora atualmente se tornou mais abrangente, e um conceito contemporâneo “[i]nclui palavras como imigrante, expatriado, refugiado, trabalhador itinerante, comunidade exilada, comunidade estrangeira ou comunidade étnica.” (GONZÁLEZ, 2017, p. 117). A esses termos se adéqua a situação vivenciada por Eva Schloss, que durante anos se viu obrigada a migrar várias vezes e por diversas circunstâncias; enquanto adolescente foi refugiada com sua família e expatriada para o Leste europeu pelos nazistas, compunha uma comunidade étnica estrangeira exilada pela mesma razão e após a guerra continuou imigrante, já que não retornou à Áustria, permaneceu um tempo na Holanda, onde não se sentia mais confortável com tantas memórias da violência e estabeleceu residência em Londres, onde vive até os dias atuais.

Após décadas das experiências traumáticas e das várias mudanças de países, mesmo aquelas voluntárias, Eva Schloss ainda se questiona sobre suas raízes, seu lugar de origem:

[M]esmo depois de sessenta anos vivendo em Londres, ainda me pergunto a qual lugar do mundo eu pertença, qual devo chamar de casa. Comecei a vida

na Áustria, tornei-me refugiada apátrida e depois fui reduzida a um número dolorosamente tatuado em meu braço. (SCHLOSS, 2018, p. 316).

A experiência do desenraizamento, principalmente aqueles forçados, não ocorre sem que haja conflitos internos para esses sujeitos diaspóricos e suas relações com os seus povos, suas comunidades. Nesse sentido, é relevante relacionar a pauta das vidas em trânsito com a problemática dos lugares, dos espaços como categorias importantes nas memórias e, particularmente nos registros autobiográficos, uma vez que as descrições dos locais e a importância deles são fundamentais para compreendermos algumas narrativas.

Além das considerações de Pierre Nora sobre a importância dos lugares já apresentada no capítulo introdutório, é pertinente também trazer para a discussão a concepção de espaço proposta por Milton Santos e as reflexões de Bachelard sobre a poética do espaço. A essa teoria literária do espaço denominamos topoanálise.

Para Milton Santos, em sua obra *Metamorfoses do espaço habitado* (2008),

[o] espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 2008, p. 78)

Já para Bachelard, “[a] topoanálise seria o estudo psicológico sistemático dos locais de nossa vida íntima.” (BACHELARD, 1989, p. 28). Tomaremos como referências ambas as concepções para a análise do espaço das narrativas autobiográficas, uma vez que essas definições não se excluem, mas se complementam.

Oziris Borges Filho em seu texto “Espaço e literatura: introdução à topoanálise”, a partir da terminologia de Bachelard, avalia que o conceito ultrapassa os limites propostos pelo filósofo francês e afirma:

[P]or topoanálise, entendemos mais do que o “estudo psicológico”, pois a topoanálise abarca também todas as outras abordagens sobre o espaço. Assim, inferências sociológicas, filosóficas, estruturais, etc.,

fazem parte de uma interpretação do espaço na obra literária. Ela também não se restringe à análise da vida íntima, mas abrange também a vida social e todas as relações do espaço com a personagem seja no âmbito cultural ou natural. (BORGES FILHO, 2008, p. 01).

A topoanálise estaria, portanto, além da análise psicológica, já que abrange ainda os outros fatores mencionados, aos quais acrescentamos os políticos e históricos que também compõem a categoria de espaço na literatura, tanto os lugares reais, quanto os fictícios. É importante ressaltar aqui que não faremos distinção entre as concepções de espaço e lugar, como sinalizado na obra de Milton Santos e outros geógrafos, mas tomaremos ambos como elemento único.

A organização social representada em cada uma das autobiografias em análise nesta Tese é um fator que corrobora a assertiva de Borges Filho. Se em *O diário de Anne Frank* os espaços da casa da família, da escola, das ruas de Amsterdã e, principalmente, do Anexo Secreto são importantes na configuração física e psicológica da narrativa, nas autobiografias de Eva Schloss os lugares que constituem essa importante categoria são os diversos esconderijos descritos pela autora e, mais destacadamente, o campo de concentração e extermínio Auschwitz-Birkenau.

As cenas e os cenários descritos nas obras literárias têm relevância crucial para evidenciar o estado psicológico e emocional das personagens. Nas escritas de si, especialmente nas autobiografias em análise, os lugares são também fatores importantes e decisivos para as memórias e os sentimentos das mulheres. Nas obras de Eva Schloss, esse vínculo sentimental com os espaços se mostra nos caminhos trilhados pela autora, em que a questão diaspórica mais uma vez tem um papel determinante.

Na segunda autobiografia (A2), em que a autora discorre bastante sobre o período pós-guerra, as impressões sobre os lugares por onde esteve são particularmente marcados. Após a libertação, ao retornar para sua casa em Amsterdã, Eva relembra, naturalmente, toda sua experiência traumática vivenciada com a família, o que fez com que essa cidade se tornasse, ao menos momentaneamente, um lugar pesado, que lhe causava dor e tristeza. Após um período de férias na Suíça, Eva retorna à Holanda e o que sente não é diferente de antes: “[M]as, quando voltei a Amsterdã, o sentimento forte de depressão retornou.” (SCHLOSS, 2018, p. 202).

Em correspondência para os avós, mais uma vez, Eva expressa esse ressentimento em relação à capital holandesa:

[O] tempo que passei em Auschwitz e na Ucrânia me deixou inquieta. Amsterdã agora parecia uma cidade pequena e monótona, onde todo mundo sabia sobre os problemas de todo mundo e o ritmo de vida era pesadamente lento. “Não quero ficar aqui”, escrevi para meus avós. “Este é o país mais nojento do mundo”. Fico profundamente constrangida ao ver que escrevi isso. A Holanda mora no meu coração hoje, e como você pôde ver nos capítulos anteriores, fomos muito felizes lá antes da Ocupação. Mas naqueles anos após a guerra tudo parecia muito sombrio. (SCHLOSS, 2018, p. 202-203)

A autora percebe sua consternação até mesmo em seus registros fotográficos, e escreve: “[E]m uma foto minha sentada próximo ao canal durante meu horário de almoço, estou com uma aparência extremamente deprimente. Amsterdã parecia me sufocar com suas lembranças”. (SCHLOSS, 2018, p. 204-205).

Se, por um lado, Eva Schlos descreve os lugares tão marcadamente carregados de significado em suas narrativas autobiográficas, por outro, a autora também observa uma possível desimportância em relação a eles. Em A2, por exemplo, ao falar sobre a visita (por tanto tempo recusada, adiada) à Auschwitz décadas após a guerra, pondera sobre a possibilidade de um lugar de memória se transformar em um lugar qualquer com o passar do tempo: “[Q]uem sabe o que as pessoas vão lembrar a respeito desse lugar daqui a cem anos? É apenas um lugar.” (SCHLOSS, 2018, p. 311).

Para Foucault (2001), a linguagem é espacial, já que não é possível ser sem estar em algum lugar. Esses espaços que situam e representam as personagens, conferindo-lhes um posicionamento ideológico do mundo, tornam-se elementos de destaque na construção das obras.

Há que se considerar, ainda, a relação dos lugares com questões psíquicas, a partir das memórias traumáticas. Se, em determinada perspectiva, Eva procura evitar os locais onde tanto sofrera com sua família, a autora também relata evitar os espaços em que foram felizes, colocando-se, de certo modo, em um entre-lugar, um limbo existencial que desestrutura sua própria identidade. Em visita à Áustria com o esposo e

a primeira filha, Eva pretendia mostrar-lhes em Viena a casa onde vivera com os pais e o irmão, todavia, um bloqueio psicológico lhe ocorreu:

[E]u adoraria ter levado Zvi e Sylvia para verem a casa onde Heinz e eu crescemos, mas minha memória de repente falhou e não conseguia me lembrar do endereço. Não importava o quanto eu tentasse, não conseguia lembrar, embora, claro, eu soubesse de cor o caminho para Lautensackgasse. Quando voltei para casa, lembrei imediatamente. A minha psique havia me protegido, e nunca mais vi aquela casa de novo. (SCHLOSS, 2018, p. 312).

Outro momento em que Eva descreve também um bloqueio da memória é quando fala sobre o dia em que ela e a mãe receberam a carta da Cruz Vermelha que certificava a morte do pai e do irmão: “[N]ão lembro de quase nada do dia em que a carta chegou. Aquilo foi tão doloroso que sempre bloqueio o momento, e o registro da minha memória permanece vazio.” (SCHLOSS, 2018, p. 187).

As teorias freudianas sobre bloqueios de memória, com os conceitos de repressão e recalque, que frequentemente são tomados como sinônimos, como fazemos aqui, são comuns nos quadros de estresse pós-traumáticos, também denominadas como neuroses traumáticas. Ao analisar esses casos, Freud observa que o inconsciente tende a recalcar aquilo que causa sofrimento, assim como faz o indivíduo evitar os lugares que trazem à tona as memórias do trauma.

Como é frequente nos relatos de pós-guerras, Eva também passou a sofrer com pesadelos frequentes. A autobiógrafa registra em A1:

[O]s pesadelos começaram no fim de julho. Eu acordava gritando. Uma vez, acordei e vi Mutti de robe ao lado da cama, segurando um copo de água para mim. – Não consigo dormir, Mutti – falei. – Eu sei. – Ela entregou-me o copo e sentou na minha cama. – Quando Pappy vai voltar? – Amanhã, talvez – ela disse, passando a mão na minha cabeça e beijando minha testa. Então, cobriu-me com minha preciosa colcha e esperou na cama de Heinz até eu cair no sono. (SCHLOSS, 2010, p. 246).

Os pesadelos são, portanto, formas de evasão do recalcado. O sujeito traumatizado, geralmente, sofre por repetição aquilo que está reprimido na memória. Os

sonhos angustiantes sinalizam a necessidade de elaboração subjetiva do trauma. A forma que Eva Schloss encontrou para essa elaboração foi justamente falando de suas experiências em palestras e escrevendo suas autobiografias, daí a importância de reiterar o papel da escrita de vida para os autores de memórias traumáticas.

2.6- Entraves linguísticos

Da mesma forma que Anne Frank, sendo alemã, vivenciou a necessidade de aprender uma nova língua, na qual escreveu seu diário (holandês), Eva Schloss precisou, por diversas vezes, se adaptar às línguas dos países onde esteve durante seus deslocamentos em função da perseguição nazista aos judeus. Após deixar a Áustria com sua mãe, ambas permaneceram um período na Bélgica, onde a autora teve que aprender francês, inclusive para frequentar a escola enquanto era possível: “[S]abia que, quando entrasse numa escola em Bruxelas, as aulas seriam em francês, e não tinha ideia de como conseguiria lidar com isso.” (SCHLOSS, 2010, p. 24). Após um grande esforço de Eva, sua mãe e suas professoras, a adolescente conseguiu se adaptar à nova conjuntura linguística: “[G]radualmente, a densa névoa de uma nova língua começou a desaparecer.” (SCHLOSS, 2010, p. 27).

Ao deixarem a Bélgica (a autora e sua mãe) e se estabelecerem na Holanda, onde já se encontravam o pai e o irmão, Eva e Heinz tiveram novamente um entrave linguístico. Em Amsterdã, começaram também a frequentar aulas regulares em colégios, e outra vez o desafio com o idioma local:

[M]ais uma vez, fui mandada para a escola primária local e me conformei em ter de aprender outra língua. Era holandês, mas dessa vez foi mais fácil, porque o flamengo que eu ouvia na Bélgica uma vez por semana era similar. Pelo menos eu podia entender um pouco: a maioria das escolas primárias holandesas ensinava francês e, a essa altura, meu francês era quase fluente. (SCHLOSS, 2010, p. 32-33)

A autora relata sucesso nas adaptações linguísticas, apesar dos obstáculos. Na Holanda, nas aulas de língua estrangeira/francês, ela já se considerava uma autoridade no idioma, e admite:

[T]inha um lado ruim, porque eu pensava que era melhor que a professora. Quando ela errava a pronúncia de uma palavra em francês – o que era frequente –, eu a corrigia. Sentia-me muito importante, mas ela ficava furiosa e descontava em mim no resto das aulas. Ela era realmente desagradável comigo, mas eu não ligava, porque isso me dava bastante prestígio com o resto da classe. (SCHLOSS, 2010, p. 33)

Observamos no excerto acima, ao mesmo tempo que uma nuance de satisfação por dominar o idioma francês, também certo mal-estar gerado por isso entre a autora e sua professora.

Descrevendo como era a vida em Amsterdã, após terem se adaptado às questões linguísticas ao longo dos deslocamentos da família, a autora observa:

[E]m casa, meus pais ainda falavam um com o outro na maior parte do tempo em alemão, enquanto Heinz e eu conversávamos numa mistura de francês com holandês. Rapidamente, nos tornamos uma família tumultuada, pois nossa experiência como refugiados deixou vestígios em todas as áreas de nossas vidas. (SCHLOSS, 2018, p. 59).

Outros momentos em que a barreira linguística também se fez presente na trajetória diaspórica de Eva Schloss (e provavelmente na da maioria dos perseguidos pelo regime nazista com as migrações forçadas) ocorreram quando do contato das prisioneiras e prisioneiros libertos dos campos de concentração e extermínio pelos russos. Schloss relata a dificuldade que enfrentaram ao tentarem se comunicar com os soviéticos no caminho de volta aos seus países de origem.

Em determinado ponto da jornada pela Rússia, sendo conduzidas para suas casas, Mutti, como a mãe de Eva era chamada por ela, acabou se perdendo do grupo enquanto descera do trem para “usar o banheiro”, na prática, faziam suas necessidades em rápidas paradas ao longo do percurso. Eva ficou muito aflita por se separar novamente da mãe, após tanto sofrimento e separação que já haviam vivenciado. Eva e

duas companheiras de martírio tentaram relatar o infortúnio aos russos que estavam lhes auxiliando no retorno para casa, episódio registrado pela autora em A1:

[Na] parada seguinte, as três encontramos um oficial que estava no comando. Ele não entendia uma palavra de alemão, e, assim, tivemos de contar o infortúnio de Mutti por mímica. Era como um jogo. Nós nos ajoelhamos fazendo ruídos e, então, fingimos tentar pular num trem imaginário. Estávamos seriíssimas, mas devemos ter parecido muito engraçadas. Ele achou tão cômico que explodiu em gargalhadas, com lágrimas correndo pela face. Deu tapinhas no meu ombro para indicar que tudo ficaria bem – mas não me impediu de ficar preocupada ou irritada com Mutti. Como ela pôde ter sido tão tola a ponto de me deixar sozinha de novo? Dessa vez, era tudo culpa dela. (SCHLOSS, 2010, p. 33)

Enquanto Eva buscava encontrar a mãe, Mutti também se via em apuros inclusive por impasses linguísticos, na tentativa de se reunir novamente com a filha que seguira no trem. Fritzi Geiringer (que anos depois tornou-se Fritzi Frank), a mãe de Eva Schloss, escreveu dois capítulos e um *Postscriptum* na obra *A história de Eva*, numa espécie de contribuição autobiográfica, e também relata os imbróglis com as línguas: “[E]u falava fluentemente alemão, francês e holandês, também sabia um pouco de inglês, mas nada de russo [...]” (SCHLOSS, 2010, p. 215). Mutti consegue auxílio de um soldado soviético, que a conduz da estação de trem a um alojamento militar, para tentar reuni-la ao comboio que seguia com os ex-prisioneiros dos campos. Fritzi relata a cena de como tentou explicar o fato de ter se perdido da filha e dos companheiros recém-libertos que seguiram viagem:

[E]ntramos num escritório, e vários oficiais meneavam a cabeça enquanto ele falava. Os russos tentaram me interrogar, um interrompendo o outro achando que tinha entendido o que eu queria. Mas era inútil, nenhum deles era capaz de compreender o que eu dizia. Então, tive uma ideia. Havia um grande mapa na parede atrás da escrivaninha maior, e, assim, procurei por Chernivtsi. Apontei para mim mesma, então para o local e, por fim, para o número no meu braço. Eles, enfim, pareceram compreender e concordar entre si: “– Ah, Chernivtsi, *Da!*”. (SCHLOSS, 2010, p. 220)

A partir dos relatos de Eva Schloss e sua mãe e do testemunho da autora sobre tantos obstáculos que tiveram que enfrentar, podemos considerar que Eva e sua família fazem parte de uma pequena amostragem do que milhões de pessoas vivenciaram. Além das violências em vários sentidos – física, política, psicológica, etc., havia toda uma dificuldade gerada por questões de linguagem, de incompreensão e que, provavelmente, acentuavam ainda mais o sofrimento dos indivíduos subjugados ao contexto da Segunda Guerra.

2.7- Mães no campo – mulheres unidas

Como já pontuado anteriormente, Birkenau era um campo reservado para as mulheres. As prisioneiras compartilhavam toda dor e sofrimento entre si, principalmente aquelas que eram mães e tiveram suas famílias rompidas pela perseguição nazista. Nos relatos de Eva Schloss encontramos muitas histórias de mães que tiveram arrancados dos braços seus bebês, que foram separadas dos seus filhos já na entrada do campo, nos processos de seleção. A maioria dessas crianças era direcionada imediatamente para a execução nas câmaras de gás. Eva relata uma cena que testemunhou na fila de seleção:

[À]s vezes, uma mãe tinha de dar a criança a uma idosa que era mandada para a direita. Quando chegamos perto dos selecionadores, a jovem na minha frente começou a chorar e, então, a gritar descontroladamente ao ser obrigada a pôr o filho de 8 ou 9 meses nos braços de uma estranha, uma mulher de idade, cujos olhos estavam cheios de lágrimas. (SCHLOSS, 2010, p. 77-78).

A violência atrelada à maternidade era uma constante nos campos de concentração e extermínio, como revela a autora: “[M]ulheres grávidas eram sujeitas a abortos tardios ou tinham de matar seus filhos quando eles nascessem.” (SCHLOSS, 2018, p. 134).

Eva descreve também o momento em que sua própria família foi separada:

[P]appy agarrou minhas mãos, olhou profundamente dentro dos meus olhos e disse: — Deus vai te proteger, Evertje! [...] Mutti abraçou Heinz, correndo os dedos pelos seus cabelos e beijando seu rosto. Então, meus pais se abraçaram uma última vez antes de serem forçados a se afastar. (SCHLOSS, 2010, p. 77).

E conclui: “[P]ouco importando o quanto as pessoas protestassem, chorassem ou tentassem ir para o outro lado com suas famílias, não adiantava. O processo era implacável. Desse modo, as famílias eram sistematicamente rompidas.” (SCHLOSS, 2010, p. 78).

Um episódio que ilustra bastante o peso do sentimento materno, especialmente pela separação de mães e filhos, é quando Eva, bastante doente com febre tifoide e com diarreia intensa por causa da enfermidade, não tendo sido autorizada a ir à latrina (havia horários específicos para isso), não conseguiu dominar suas necessidades fisiológicas e acabou se sujando e poluindo o ambiente em que estava, o que foi considerado uma afronta para as *kappos*. As carrascas agrediram-na com tapas no rosto e ouvidos, chamando-a de judia imunda, e arrastaram-na para o pátio, para servir de mau exemplo, permanecendo ajoelhada e com um banco de madeira pesado sobre a cabeça. “[T]odas foram chamadas para fora para testemunhar minha humilhação”. (SCHLOSS, 2010, p. 94). Ao invés de se sentir ainda mais humilhada, Eva foi encorajada pela mãe e pelas outras companheiras de encarceramento a aguentar firme, a resistir a mais essa adversidade: “[M]as, comigo ajoelhada ali no meio da multidão, elas começaram a sussurar palavras de encorajamento. – Vamos Eva! – Não vai demorar muito! – Não desista, Eva!” (SCHLOSS, 2010, p. 94-95).

Eva Schloss avalia, a partir desse incidente, que todas aquelas mulheres se uniram em um sentimento em comum, a falta de seus próprios filhos e filhas, e agiram como se cada uma delas fosse um pouco mãe da jovem Eva naquele momento, que, aos 15 anos, era a mais nova entre elas: “[M]uitas mulheres sentiam uma falta tão desesperada de suas crianças que destinaram todo seu amor maternal para mim, e me tornei um mascote.” (SCHLOSS, 2010, p. 95).

Houve uma ocasião em que Fritzi, a mãe de Eva, foi levada pelas *Kappos* e a jovem se viu pela primeira vez separada de sua mãe no campo. Apesar do desespero de

Eva por imaginar que sua mãe havia sido encaminhada para alguma experiência terrível, ou levada diretamente para execução em uma câmara de gás, as mulheres ao seu redor deram a ela todo apoio como podiam naquelas circunstâncias. Tendo ido às escondidas procurar a mãe e pedir a ajuda de Minni, a prima enfermeira, Eva retorna ao barracão e é recebida com carinho pelas companheiras:

[T]odas as mulheres que dividiam o espaço no treliche comigo, com algumas amigas holandesas que tinham conhecido Mutti na primeira viagem de trem, estavam acordadas e me aguardavam. Elas tentaram me dar conforto e esperança, e enfim, consegui cair no sono. (SCHLOSS, 2010, p. 123).

Além do apoio coletivo entre as mulheres de Birkenau, que se uniam para serem fortes e resistentes dentro das possibilidades, Minni representa um fator determinante para a sobrevivência de Eva e Fritzi Geiringer, de uma importância enorme no desenrolar dos fatos no campo. A mãe de Eva, literalmente salva pela influência da prima enfermeira, retorna ao barracão e se une novamente à Eva. A autora relata que, já ao final da Guerra, nos últimos dias antes da libertação de Auschwitz, Minni continuou sendo âncora para que as esperanças não fossem perdidas por completo:

[O] espírito indômito de Minni era a única coisa da qual tínhamos certeza. Ela era inacreditável. Mantinha todas unidas com grande força, mostrando incansável entusiasmo enquanto organizava as rações de pão e chá e distribuía os poucos remédios disponíveis. Passava os dias movendo-se sem parar, indo para cima e para baixo da ala, coordenando as outras três enfermeiras em suas tarefas de cuidar das agonizantes e de retirar as mortas. Cada vez que passava por nós, dava um tapa firme no nosso treliche e repetia: “Nós vamos conseguir.” (SCHLOSS, 2010, p. 158).

Ao contrário de Anne Frank, que vivia vários conflitos com a mãe, algo comum na adolescência, Eva Schloss mantinha com a sua mãe uma relação muito estreita, tranquila e afetuosa. Em diversas passagens nas autobiografias de Eva Schloss, é possível observar a afeição que expressavam uma pela outra, como no excerto a seguir: “[M]utti me deu um tapinha no traseiro e sorriu; seus cabelos claros, agora escurecidos pela água, grudavam na cabeça, envolvendo as orelhas e a nuca. Pensei em como parecia tão jovem. Eu a amava muito.” (SCHLOSS, 2010, p. 84).

Assim como as mulheres-mães se uniam nos campos como tentativa de sobrevivência, resistência e humanização, havia também aquelas que permanceiam

levando suas vidas em suas casas, as *house-wives*, muitas das quais posteriormente seriam deportadas para os campos. Fato é que a guerra impactava seus cotidianos onde quer que estivessem.

Algumas mulheres, aquelas de classes sociais mais favorecidas, tiveram que se reinventar no contexto da guerra, e suas tarefas se acumularam, além de estarem sofrendo toda a apreensão e terror que ameaçavam as famílias. Essa outra perspectiva da mulher mãe de família durante o período bélico diz respeito às mudanças de funções sociais que as esposas e mães tiveram que passar a assumir. Eva Schloss descreve como era sua estrutura familiar economicamente. Ao chegarem à nova casa em Amsterdã, as novas incumbências domésticas foram apresentadas à Fritzi Geiringer, Mutti. A autora registra:

[M]eu pai era um homem gentil, mas era tão exigente quanto qualquer marido daquela época. Depois de um dia duro de trabalho, ele queria sentar-se à mesa e fazer uma refeição completa, com entrada, prato principal e sobremesa, algo que sempre tinha sido feito pela nossa empregada e que agora seria responsabilidade de minha mãe. [...]. No início, ela tinha de se esforçar. Acho que antes daquele dia, minha mãe nunca tinha preparado sequer um ovo cozido. [...] minha mãe transformou-se em uma boa cozinheira, embora nunca tenha sido uma verdadeira chef. Ela sempre preferiu tocar uma sinfonia no piano a administrar panelas no fogão. Quem pode condená-la? (SCHLOSS, 2018, p. 57).

Houve, portanto, praticamente uma mudança de classe que provavelmente foi comum às mulheres na mesma situação que a mãe de Eva.

Seja por questões de classe econômica, seja por tendência da família, Eva Schloss revela uma inclinação das mulheres de sua linhagem ao feminismo emergente na Europa e em outros continentes. A autora conta como sua avó e sua mãe já se manifestavam adeptas aos pensamentos modernos sobre o papel das mulheres na sociedade. Ao narrar sobre um negócio de antiguidade que montou em Londres já depois de casada, Eva relembra os veios administrativos de suas progenitoras:

[C]om certeza, nunca fui uma pessoa de ideias limitadas, e eu tinha a mesma iniciativa que Mutti e vovó Helen tinham demonstrado quando começaram seus próprios negócios em Amsterdã e em Darwen, depois da Guerra. As duas também haviam sido mulheres caladas quando eram jovens, sob o julgamento de outras pessoas que comandavam a casa, mas quando precisavam sair e mostrar a que vieram, elas nunca hesitaram. Tenho certeza de que nenhuma delas tinha tempo ou interesse em se perguntar se eram

feministas, mas, rapaz, as duas eram damas verdadeiramente empreendedoras e fortes! (SCHLOSS, 2018, p. 263).

Embora muitas mulheres tivessem funções diretas na guerra, sejam como médicas, enfermeiras, ou ainda em posições mais arrojadas, como pegando em armas no *front*, conforme veremos no próximo capítulo, uma porcentagem delas permanecia em suas terras, cuidando do que ainda havia de suas famílias, ocupando os lugares de trabalhos dos homens e mesmo como camponesas. Vale ressaltar as *land-girls*, moças solteiras e mulheres casadas que atuavam nos campos agrícolas, arando e cultivando as terras, buscando sustento em meio à escassez de alimentos que era uma realidade nos tempos de guerra. As mulheres eram incentivadas a se “alistarem” no que era denominado ²*Women’s Land Army*¹, uma organização civil britânica criada em 1917, atuante, portanto, desde a Primeira Guerra. As voluntárias que se inscreviam nesse “exército”, geralmente oriundas de Londres e outras cidades grandes, se readequavam a um estilo de vida rural e ficavam hospedadas nas casas das fazendas onde serviam.

O *Imperial War Museum*, localizado em Londres, reserva parte de seu acervo para os registros relacionados ao WLA. É possível contemplar imagens e vídeos, manuscritos e outros vestígios desse grupo de mulheres. Havia uma propaganda nacional chamando para o alistamento com os dizeres: ³“*For a healthy, happy job – Join the Women’s Land Army*”¹ (ver imagens na última seção deste capítulo).

No site do IWM há informações interessantes sobre o WLA, como, por exemplo, o fato de essas mulheres trabalharem uniformizadas e receberem menos pelos seus serviços do que homens na mesma função.

Observamos, portanto, a partir das autobiografias de Eva Schloss, como as vivências da autora durante a Segunda Guerra Mundial foram, por um lado, similares as de Anne Frank, com o medo, as fugas, os esconderijos, o esfacelamento das famílias, as agruras e os absurdos dos campos de concentração e extermínio. Por outro lado, pelo fato de Eva ter sobrevivido ao extremo da *Shoah*, ela pôde relatar sua história através de

² Exército de mulheres do campo (tradução minha).

³ Por um trabalho alegre e saudável, junte-se ao Exército de mulheres do campo (tradução minha).

seu testemunho traumático, o que não foi possível à Anne Frank. Podemos, inclusive, conjecturar se Anne teria realizado o mesmo feito, já que sempre enfatizava sua intenção de ser escritora e jornalista, e já iniciara o processo de escrita de si que conhecemos hoje através de seu diário.

À guisa de conclusão das análises das autobiografias de Eva Schloss, que obviamente não se esgotam aqui, podemos avaliar que são obras que se colocam como veículos testemunhais, como textos autobiográficos que servem de salvaguarda de memórias individuais e coletivas, que remontam a uma história de vida íntima e familiar, e simultaneamente a um grupo maior, o de judeus perseguidos e exterminados pelo regime nazista. A autora, utilizando-se do recurso da escrita de vida, através de seu tratamento literário, ao elaborar as memórias traumáticas do período de guerra, busca ao menos uma tentativa de representação, ainda que incompleta, da barbárie que foi a *Shoah*.

2.8- Visita ao campo de concentração Auschwitz-Birkenau – Cracóvia/Polônia

Fotografia 20. Entrada do campo de Auschwitz I



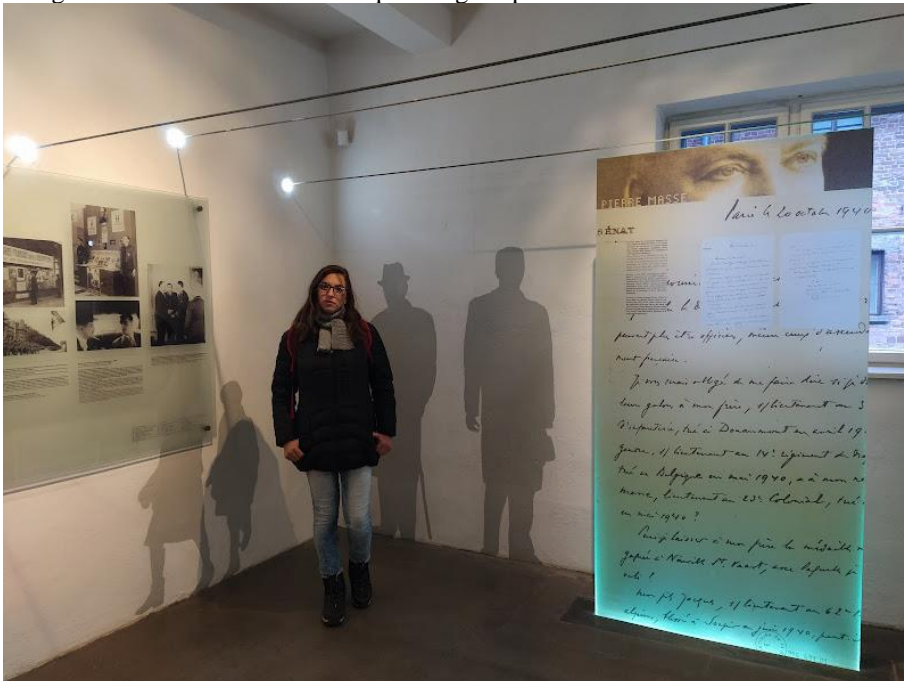
(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 21. Homenagens em comemoração aos 75 anos da libertação do campo em um dos seus pátios



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 22. Interior do edifício que abrigava prisioneiros franceses-1



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 23. Interior do edifício que abrigava prisioneiros franceses-2



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 24. Uma das torres de vigilância do campo



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 25. Local onde foi enforcado o chefe do campo após a libertação pelos soviéticos



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 26. Um dos crematórios onde eram incinerados os corpos dos prisioneiros executados



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 27. Imagens expostas no exterior no campo, próximo à entrada



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 28. Barraca da morte, onde eram colocadas as mulheres selecionadas para as câmaras de gás



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 29. Placa em homenagem aos mortos no campo



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 30. Interior de uma das barracas De Auschwitz II-Birkenau



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 31. Uma das torres de vigilância do campo-II



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 32. Ferrovia que conduzia os prisioneiros para o interior de Auschwitz II-Birkenau (Prédio de acesso ao fundo)



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 33. Vagão remanescente dos comboios que chegam com os prisioneiros



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 34. Parte das ruínas das câmaras de gás



(Acervo pessoal da autora/2020)

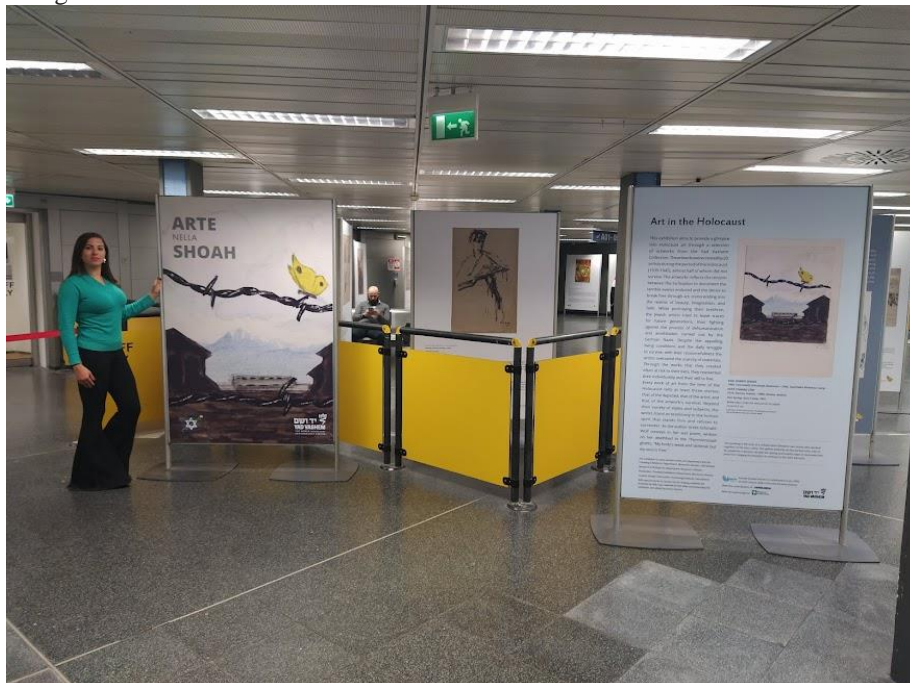
Fotografia 35. Vista externa das barracas de Birkenau através da cerca de arame



(Acervo pessoal da autora/2020)

2.9- Exposição sobre arte na *Shoah*, Milão/Itália.

Fotografia 36. Arte na *Shoah*-1



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 37. Arte na *Shoah*-2



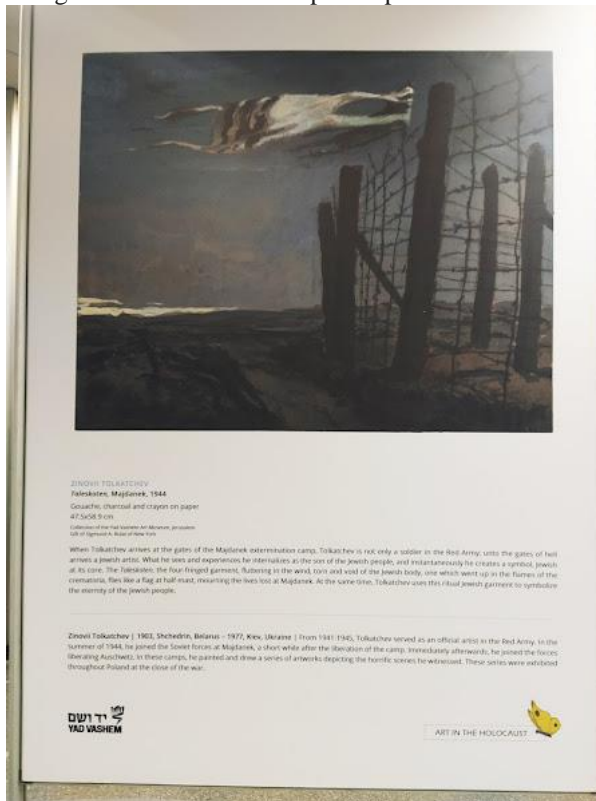
(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 38. Exemplar/cópia de desenho produzido no contexto da Guerra -1



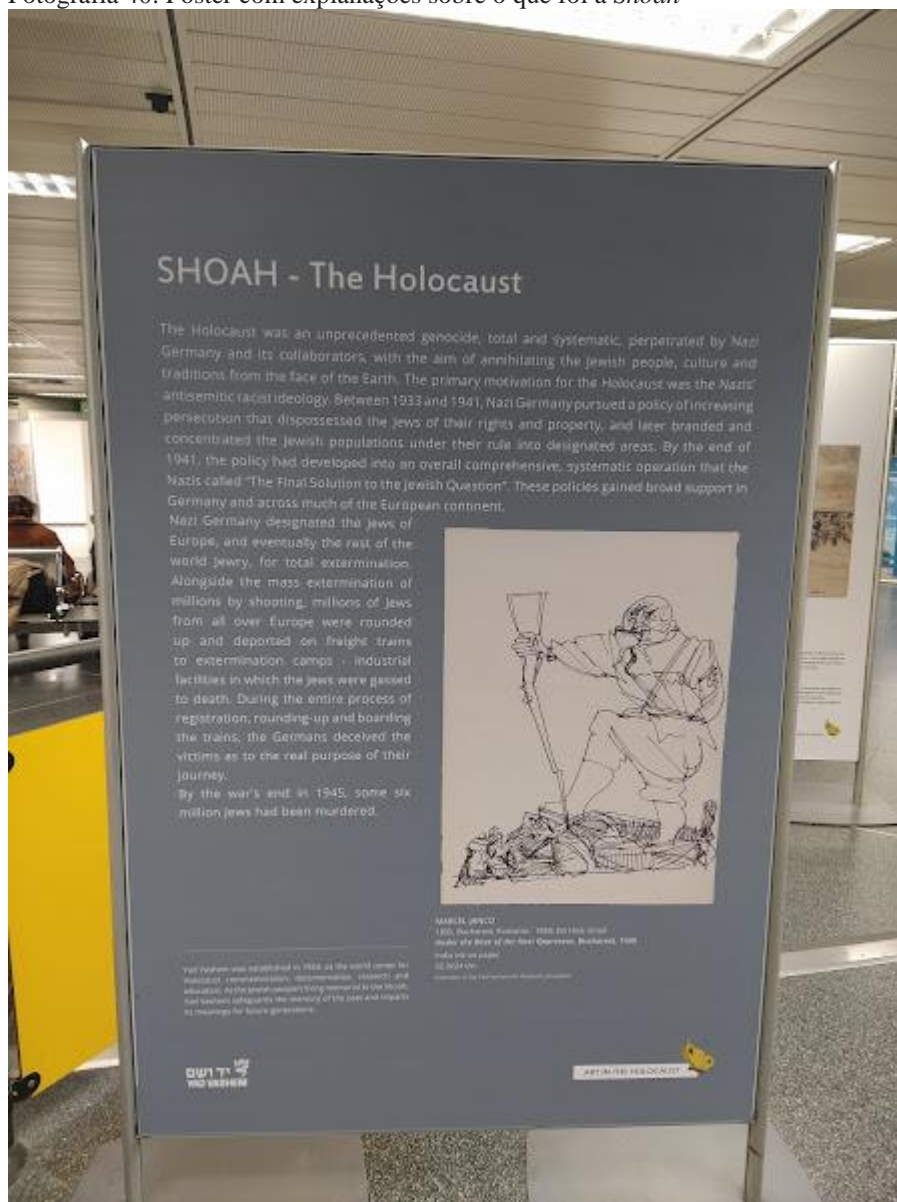
(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 39. Exemplar/cópia de desenho produzido no contexto da Guerra -2



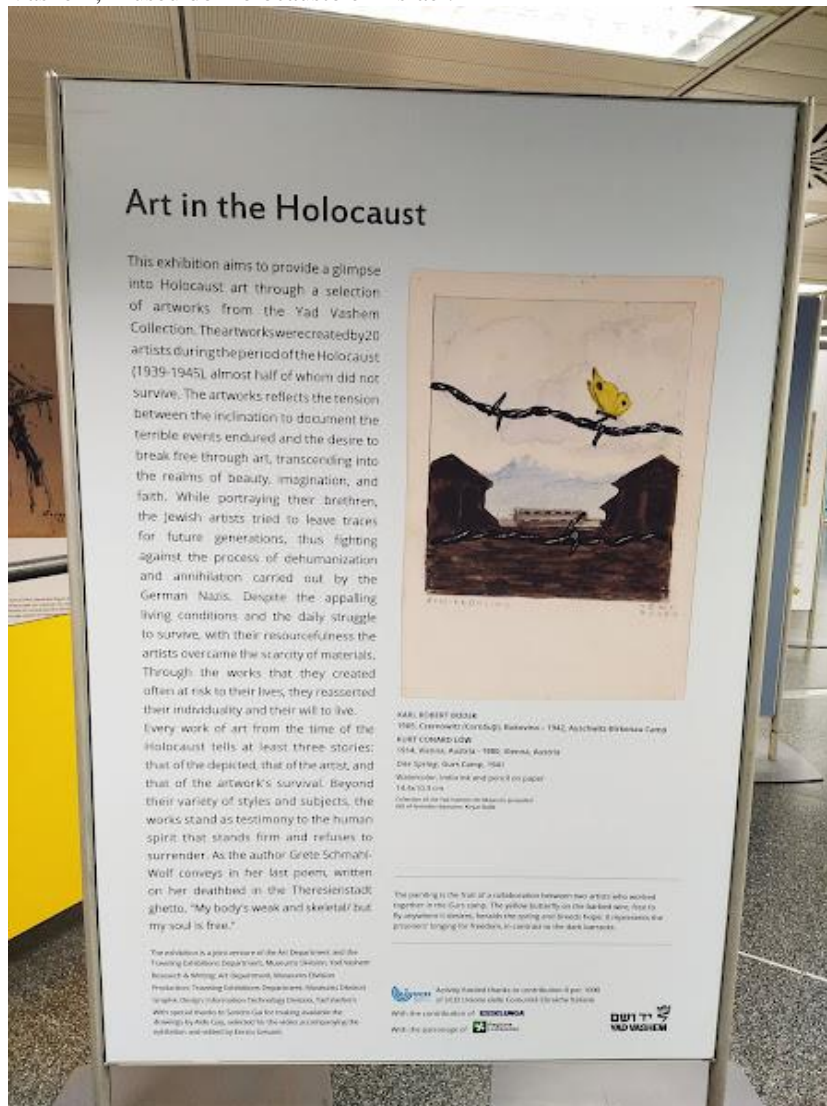
(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 40. Pôster com explicações sobre o que foi a Shoah



(Acervo pessoal da autora/2020)

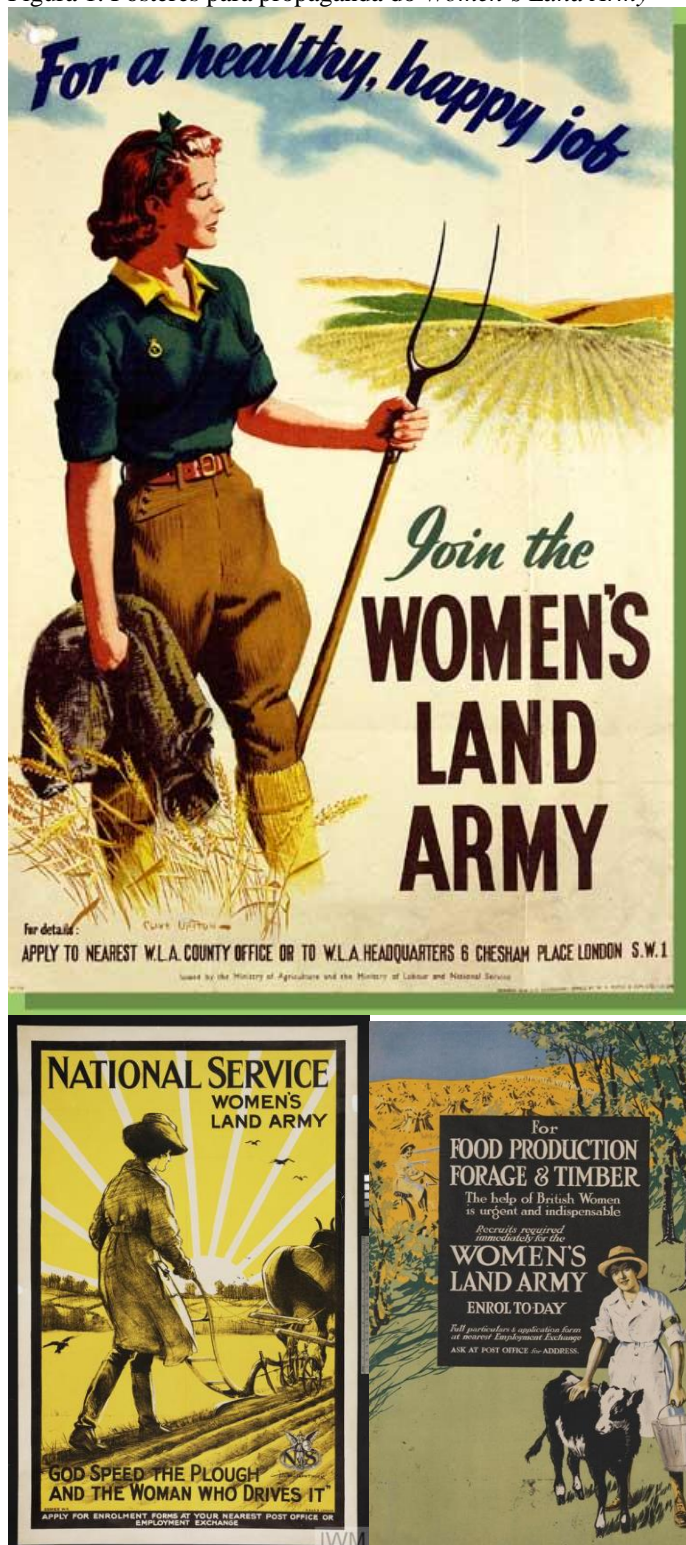
Fotografia 41. Pôster com apresentação da exposição, uma seleção de obras de arte do acervo do Yad Vashem, Museu do Holocausto em Israel.



(Acervo pessoal da autora/2020)

2.10- Pôsteres para propaganda do *Women's Land Army*

Figura 1. Pôsteres para propaganda do *Women's Land Army*



(Site do Imperial War Museum, disponível em: <https://www.iwm.org.uk/history/what-was-the-womens-land-army> Acesso em: 18 dez 2021.)

3. LEMBRANÇAS DE MULHERES EM ARMAS: RELATOS MEMORIALÍSTICOS SOBRE O *FRONT*

Nem todos se decidem a escrever suas memórias, e nem todos conseguem confiar ao papel seus sentimentos e reflexões. “As lágrimas atrapalham...”
(A. Burakova, sargento, operadora de rádio/Svetlana Aleksievitch, *A Guerra não tem rosto de mulher*)

Publicado na década de 1980, especificamente em 1985, o livro *A guerra não tem rosto de mulher*, da bielorrussa Svetlana Aleksievitch, foi traduzido do russo e publicado no Brasil em 2016, trazendo na capa o selo do Prêmio Nobel de Literatura conferido à autora em 2015. A obra traz a público relatos de mulheres soviéticas em uma perspectiva quase ou nada explorada sobre a participação feminina na Segunda Guerra Mundial. O livro é uma antologia polifônica em que a autora reúne testemunhos de mulheres que atuaram no *front*, no contexto dessa guerra; para tal, Aleksievitch percorreu mais de cem cidades ao redor da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em busca dessas mulheres e de seus relatos memorialísticos sobre a guerra.

A guerra não tem rosto de mulher permite um diálogo entre os estudos sobre memória traumática e os estudos de gênero. Embora já bastante analisada e trabalhada em várias áreas do conhecimento, e mesmo no campo dos estudos literários, a Segunda Guerra Mundial continua sendo fonte para reflexões e trabalhos acadêmicos. O que a obra de Aleksievitch traz de novo é a abordagem do assunto a partir de uma nova perspectiva que foge à tradição histórica, já que privilegia as percepções soviéticas da Segunda Guerra, em contraponto com a versão e a visão da guerra difundida pelo Ocidente. Ademais, temos aqui uma mulher que compila centenas de relatos de mulheres combatentes, quando os relatos e memórias de guerra são predominantemente masculinos ao longo da História. Svetlana Aleksievitch desconstrói a imagem convencional da guerra, que geralmente é delineada como um grande evento histórico, político, de nacionalismo exaltado, e contempla as narrativas individuais que, não raro, contestam as versões oficiais dos documentos históricos. Pode-se perceber isso através

das múltiplas vozes de mulheres na obra; ainda que, inicialmente, as jovens estivessem plenamente dispostas a guerrear, ao vivenciarem as experiências da guerra, a maioria passa a enxergá-la como a barbárie que de fato estava posta em suas vidas. Muitas externam suas considerações sobre a guerra, julgando-a desnecessária, brutal, e refletem como o ser humano se propõe e se dispõe a tal crueldade para com sua própria espécie.

A metodologia da história oral, adotada para a coleta dos testemunhos, demanda da autora certa articulação dos relatos pessoais das ex-combatentes, como é possível observar no decorrer das narrativas. Svetlana Aleksievitch organiza as experiências dessas narradoras por temas, na maior parte das vezes, e proporciona a essas mulheres um espaço que até então lhes foi negado, uma vez que foram negligenciadas nas narrativas oficiais das guerras, que contemplam, via de regra, as vozes e as experiências masculinas.

Um problema se faz presente na análise de *A guerra não tem rosto de mulher*, algo que não se pode ignorar, que é a autoria dos registros e a(s) autoria(s) das memórias. A autoria do livro não coincide, na maior parte das vezes, com os sujeitos que enunciam, que rememoram suas experiências traumáticas. Philippe Lejeune, em seu *O pacto autobiográfico* (2014), afirma que o contrato de leitura deve ser estabelecido pelo autor do texto para com o leitor, e que o pacto é firmado com o nome do autor na capa do livro. Em *A guerra não tem rosto de mulher*, o pacto é evidentemente firmado, todavia, sob a mediação de uma voz autoral que se dedica à tarefa de reinscrever as memórias das mulheres do *front*. A autora da obra não é a dona das memórias, portanto, mas uma porta-voz das mulheres ex-combatentes. Isso é estabelecido desde o início da obra, em seus paratextos, e ao longo dela, nos comentários da própria autora em relação ao processo de coleta e registro das lembranças das mulheres guerreiras.

A metodologia etnográfica adotada por Aleksievitch nos faz pensar na escrita de uma “literatura em colaboração”, ou “colaboração autobiográfica”, utilizando expressões de Lejeune, em que a autoria é problematizada. O teórico, refletindo sobre “A autobiografia dos que não escrevem”, um capítulo de sua obra citada acima, coloca em questão os registros escritos colhidos através de entrevistas gravadas e transformados em textos autobiográficos. A escrita da autora bielorrussa é uma escrita de outras mulheres, ou seja, “uma escrita flutuante, uma forma autobiográfica sem um

sujeito que a fundamenta, mas que, ao contrário, fundamenta em seu papel de sujeito aquele que a assume ou a quem ela foi atribuída” (LEJEUNE, 2014, p.140).

A noção de autoria, desde as reflexões de Michel Foucault, e retomada por Lejeune, se faz relevante nas autobiografias dos que não escrevem. A impressão causada é de que se trata de textos sem autora(s), ou autoras fictícias, ou ainda, de ficcionalização da autora, que assina a capa do livro, o que torna as narrativas, ou pelo menos suas análises, mais interessantes. Lejeune (2014, p. 143) chama a atenção para o fato de que tanto o “modelo” (que retoma suas memórias e concede a entrevista), quanto o redator, autor da publicação, têm a inclinação de acreditar ser o principal, ou até mesmo o único autor do texto publicado. O autor observa que

[o]s jogos de ilusão engendrados por esse modo de trabalho não são reservados ao leitor, que seria enganado por eles: o modelo e o redator podem ser eles próprios vítimas de uma vertigem ou alucinação. E é verdade que a “vida” em questão pertence a ambos – mas talvez também, pela mesma razão, não pertença nem a um, nem a outro: a forma literária e social do relato de vida, que preexistia ao empreendimento, não seria a “autora” dos dois? (LEJEUNE, 2014, p. 143)

Nos registros de Svetlana Aleksievitch, o problema talvez não seja tão complexo, considerando que não se trata de apenas um modelo, mas de centenas deles, o que afastaria um pouco essa possível vertigem. De todo modo, a discussão sobre a autoria continua latente, uma vez que a autora do livro não coincide com as autoras das memórias “cedidas”, nesse caso, como aponta Lejeune (2014, p. 138) sobre a questão, “... [o] esforço de memória e o esforço de escrita são obras de pessoas diferentes, dentro de um processo de diálogo que poderá deixar vestígios orais e escritos”.

Além do pacto de leitura e escrita estabelecido entre autora e leitores, há que se considerar, ainda, o pacto entre a autora da obra e as autoras/narradoras das memórias. É possível observar, em diversas passagens do livro, falas da autora sobre os relatos das mulheres entrevistadas. Svetlana também se insere no texto com maestria ao realizar análises interessantes e explicitar suas perspectivas sobre as memórias brutais das soviéticas e afirma:

[E]u também me transformo em testemunha. Testemunha daquilo que as pessoas se lembram, e de como se lembram, do que querem falar, e do que tentam esquecer ou afastar para o canto mais distante da memória.” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 179)

A citação acima, inserida em uma mais extensa logo a diante, é um exemplo do imbricamento de vozes que passeiam pela narrativa.

Michel Foucault (2011, p. 268), em seu texto *O que é um autor*, discute a questão ao afirmar sobre a “função-autor” que

[e]la não é definida pela atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar.

O que ocorre em *A guerra não tem rosto de mulher* é um exemplo do que fala Foucault sobre a autoria. Há vozes de sujeitos em uma posição específica, de uma determinada classe (mulheres que combateram no *front*) que testemunham suas vivências na guerra e que tomam seu lugar de fala através dos registros da jornalista que se dispôs a privilegiar essas narrativas de memórias. Não falamos necessariamente de um discurso coletivo, embora também possa ser considerado, mas essas narradoras “*se encontram em uma posição ‘transdiscursiva’*” (FOUCAULT, 2011, p. 269), em um híbrido de memórias individuais, memória coletiva e memória histórica.

Em vários desses relatos, ainda, ocorre um movimento de não escrita ou não revelação de identidades por opção, algumas narradoras solicitam à entrevistadora/autora do livro que seus nomes sejam modificados na publicação, ou que suas identidades permaneçam anônimas, como neste exemplo: “Não escreva meu nome. Melhor não... [Klávdiya S-va, francoatiradora]”. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 306).

Ao problematizar a situação de registro de memórias dos que não escrevem, seja por falta de domínio da língua escrita, seja por falta de iniciativa, ou por um silenciamento imposto (como parece ser o caso da maioria das mulheres soviéticas que lutaram no *front* na Segunda Guerra), Lejeune (2014, p. 154) aponta outro fator que atravessa esse método, que é a relação entre relato de vida e classes sociais, e pontua que

[o] vivido das classes dominadas não está, na verdade, em suas próprias mãos. Como sugere Pierre Bourdieu, “as classes dominadas não falam, fala-se delas”. Seu vivido é estudado de cima, de um ponto de vista econômico e

político [...] imaginado no discurso jornalístico e romanesco das classes dominantes.

A observação do autor é bastante pertinente se aplicada ao caso das ex-combatentes soviéticas, já que, ao longo de décadas, suas memórias foram suprimidas e suas vozes silenciadas. Primeiro, essas mulheres pertenciam quase totalmente a uma classe dominada, de operários e camponeses. Depois porque o fato de serem mulheres nunca pareceu tão relevante nas narrativas de guerras, ao contrário, tradicionalmente, elas se limitavam ao ambiente doméstico, cuidando do lar, dos filhos e dos maridos.

Sobre a estrutura da obra, podemos observar que é composta por pequenos relatos, na maioria das vezes, lembranças sintetizadas mesmo em uma linha, um ou dois parágrafos. Os mais longos testemunhos ocupam poucas páginas do livro. Inicialmente, podemos ter a impressão de que as memórias dessas mulheres são registradas aleatoriamente, até mesmo causa a sensação de uma escrita caótica, sem muitas amarras. Todavia, com a evolução da leitura, pode-se concluir que a organização dos testemunhos é pautada por temas. Svetlana seleciona as experiências vividas pelas soviéticas que compartilham as mesmas questões, em que surgem percepções semelhantes em relação a alguns pontos, é o que podemos pensar como um fio que une os relatos e tece uma espécie de *patchwork*, formando, afinal, um mosaico muito bem definido das imagens da guerra descritas pelas ex-combatentes.

Outro elemento que se faz marcante na obra em análise é o fato de que a maioria das testemunhas do *front* relatam suas experiências somente após décadas das experiências vividas. Muitas delas já eram consideradas idosas. Sabemos que o ato de rememoração já é quase sempre lacunar, mas, se tratando de várias décadas dos fatos vivenciados, o processo mnemônico se torna ainda mais nebuloso. Obviamente, algumas dessas memórias permanecem nítidas ao longo do tempo, o que é conhecido, neurológica e psicologicamente, como memória de longo prazo; entretanto, muitos detalhes são completamente apagados, e alguns acontecimentos se tornam ao menos embotados.

O processo de rememoração ocorre de modos diversos de acordo com a situação de retomada dessas lembranças, em que alguns critérios devem ser considerados. O sujeito que se lembra de uma experiência não é exatamente o mesmo que a vivenciou. É

um sujeito atravessado pelo tempo, por suas próprias transformações pessoais e psicossociais. Lembrar depois de certa idade torna-se, então, um desafio para o indivíduo que se propõe realizar ao menos uma tentativa de resgate de suas experiências antigas, como podemos observar no excerto que se segue, em que Svetlana (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 179) reflete:

[O] que fica gravado na memória, mais do que tudo? Lembro de uma voz humana baixa, muitas vezes atônita. Uma pessoa que experimenta o espanto diante de si mesma, diante do que aconteceu com ela. O passado desapareceu, foi ofuscado por um turbilhão quente e se escondeu, mas a pessoa ficou. Ficou em meio à vida cotidiana. Tudo ao seu redor é costumeiro, menos a memória. Eu também me transformo em testemunha. Testemunha daquilo que as pessoas se lembram, e de como se lembram, do que querem falar, e do que tentam esquecer ou afastar para o canto mais distante da memória. Fechar a cortina. De como elas se desesperam na busca pelas palavras, e mesmo assim querem reconstituir o que desapareceu, na esperança de que a distância permita captar o sentido completo do passado. Ver e entender o que não viram e o que não entenderam na época. Lá. Examinam a si mesmas, se reencontram de novo. Muitas vezes já são duas pessoas – aquela e essa, uma jovem e uma velha. A pessoa durante a guerra e a pessoa depois da guerra. Bem depois da guerra. Sou o tempo todo tomada pela sensação de que estou escutando duas vozes ao mesmo tempo.

Na passagem acima, a autora/redatora analisa como ocorre o entrelaçamento dos discursos e das percepções distantes no tempo. O momento da fala, da narrativa, e o momento vivido durante a guerra que são retomados no processo de reminiscência. Podemos observar como se dá a tentativa de se reconhecerem a si mesmas, numa busca pelas próprias identidades perdidas ou confundidas. Uma espécie de duplo na perspectiva psicanalítica, em que se encontra um embate entre a jovem e a velha em si mesma através do discurso de cada uma das mulheres entrevistadas.

Em determinadas passagens do texto, aparecem reflexões de algumas dessas mulheres e a avaliação que fazem em relação ao que foram no passado, à postura que tinham diante dos riscos que corriam e da coragem própria da juventude, como na seguinte passagem: “Os velhos têm medo da morte, já os jovens riem dela. São imortais! Eu não acreditava que podia morrer...” [Anna Semiónova Dubróvna-Tchekunova, primeiro-tenente da guarda, piloto] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 88). E, geralmente, após se verem já idosas, a autorreflexão sobre os atos de coragem traz uma atmosfera muitas vezes de arrependimento de alguns feitos, ou, pelo menos, de culpa ao reconhecerem a barbárie da qual também faziam parte, como no relato abaixo:

[F]elizmente eu... Eu não vi as pessoas que matei..., Mas... Mesmo assim... Agora entendo que matei. Penso nisso... Porque... Porque fiquei velha. Rezo por minha alma. [Vera Boríssovna Sapguir, sargento, operadora de artilharia anti-aérea] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 105)

Ademais, o próprio envelhecimento psíquico, não necessariamente atrelado a uma longa passagem do tempo, causado pela experiência da guerra, também se faz presente nas considerações de algumas dessas mulheres. Os efeitos traumáticos são tão intensos que envelhecem os sujeitos logo após os eventos violentos, como observa uma delas:

[A] alma de uma pessoa envelhece durante a guerra. Depois da guerra, nunca mais fui jovem... isso é o mais importante. É o que eu acho... Agora, me lembro de tudo e parece que não era eu, e sim alguma outra garota... [Olga Iákovlevna Oméltchenko, enfermeira-instrutora de uma companhia de fuzileiros] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 188).

Ecléa Bosi, em seu texto *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, dedica-se a esse grupo específico de lembradores e afirma que uma das funções sociais do velho é recordar, é reconstituir o passado a partir da perspectiva do presente. Considerando que o ato de lembrar é essencial para a ressignificação da própria vida e do autoconhecimento, rememorar, para as mulheres soviéticas, denota uma tentativa, frustrada ou não, de reelaboração dos traumas vividos nos tempos de guerra.

Quando alguém se dispõe a narrar sua história, suas experiências de vida, não apenas ressignifica sua própria existência, como também a daqueles que se colocam como interlocutores. Segundo Bosi (1987, p.43), “[o] narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam”.

Recordar é, portanto, além de reportar-se ao passado, reatualizá-lo e reconfigurá-lo no presente, tornando-se um elemento fundamental para a noção de permanência da memória individual, coletiva e histórica ao longo do tempo. Por isso, é importante que essas memórias sejam registradas e continuadas através das gerações seguintes.

Quando tomamos a memória como objeto de estudo, é imprescindível considerarmos algumas questões inerentes ao tema, como a lembrança, o esquecimento, o silêncio, o silenciamento. Sabemos que, como mecanismo psíquico, a memória é seletiva; lembrar significa também esquecer. Em *A guerra não tem rosto de mulher*,

podemos observar em alguns relatos a presença desses elementos, em que as mulheres que lembram deixam transparecer a seletividade de suas memórias em seus testemunhos. Em outros, entretanto, afirmam que é impossível se esquecerem das experiências traumáticas, como no relato de Olga Vassílievna (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 143): “Não somos capazes de esquecer, não está em nosso poder (...) eu gostaria de esquecer. Eu queria viver ao menos um dia sem a guerra. Sem a nossa memória dela... nem que fosse um dia só.”. E nesta observação de Svetlana (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 159-160), em que a autora descreve a recusa da lembrança por parte de algumas mulheres:

[E]m todo o período de busca, houve algumas recusas desesperadas: ‘Não, é como um pesadelo... Não consigo! Não vou!’. Ou ‘Não quero me lembrar! Não quero! Passei muito tempo esquecendo...’. “[...] é terrível lembrar, mas é mais terrível ainda não lembrar.

Portanto, há sempre um embate entre a memória e o esquecimento; ainda que pertençam ao mesmo campo mnemônico.

O processo de rememoração de eventos traumáticos através do discurso, neste caso, oral, traz ao indivíduo a possibilidade terapêutica de tentar reorganizar os fatos passados, de se compreender como sujeito e de descobrir e/ou (re)constituir sua identidade. Todavia, relembra acontecimentos violentos e dolorosos também pode significar, como geralmente ocorre, reviver a dor, sentir novamente a ferida se abrindo. Para Enrique Serra Padrós, em seu texto “Usos da memória e do esquecimento na História” (PADRÓS, 1991, p. 86), “[e]nquanto não se encara o passado de frente, a ferida não termina de cicatrizar.”. Apesar da assertiva do autor, há a possibilidade de que, mesmo encarando esse passado e reelaborando o trauma vivido, a ferida pode não cicatrizar, pode ser que o sujeito leve consigo até o fim da vida essa chaga aberta, que, ao menor toque ou esbarrão na memória, volta a dilacerar dentro de si.

No mesmo texto, entretanto, Padrós afirma que há, além do direito de lembrar, também o direito de esquecer. O direito à lembrança estaria relacionado à necessidade de se reafirmar que eventos traumáticos não devem se repetir; já o direito ao esquecimento significa que o indivíduo pode optar por não se submeter às asperezas das memórias do trauma.

Além dos embates entre lembranças e esquecimentos do indivíduo, há uma disputa de memórias que se faz presente em âmbito histórico e social. Michael Pollak, em seu texto “Memória e identidade social”, discorre sobre o que ele chama de “memória organizadíssima”, que é a memória nacional, tradicionalmente registrada nos documentos oficiais da nação. O autor afirma que a memória é, portanto, um fenômeno construído, é um trabalho de organização. Em outro texto, “Memória, esquecimento, silêncio”, o mesmo autor continua suas reflexões sobre o tema e pontua que,

[a]o privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 4)

Pollak chama a atenção para as vozes que surgem, então, das fissuras do discurso oficial da nação, em que as memórias de grupos minoritários, como é o caso das mulheres guerreiras soviéticas, se chocam com a memória nacional, é quando a memória entra em disputa.

As memórias dos grupos marginalizados, que não encontram espaço legítimo na História da nação, chamadas por Pollak de “memórias subterrâneas”, são aquelas que emergem como contraponto da História oficial, geralmente manifestas através da literatura, de depoimentos, entrevistas, testemunhos que acabam se tornando discursos literários.

Na mesma linha de Michael Pollak, Enrique Serra Padrós aponta para as memórias subterrâneas chamando-as de “desmemória”, ou “memórias confiscadas”. O autor (PADRÓS, 1991, p. 80) afirma que a memória, além de individual, “[...] passa a ser um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos.” Padrós pontua, ainda, que a memória expressa uma relação de poder, que hierarquiza uma sociedade em todos os seus aspectos, sejam políticos, culturais, e de classe. Detêm o poder aqueles que conseguem manipular os usos da memória e seus registros que

oficializam os fatos históricos, em um processo que ele chama de “memória reciclada”. Do mesmo modo, Pollak fala sobre “memória enquadrada”, em que se publica aquilo que é conveniente ou que é permitido ser divulgado de acordo com os interesses dos grupos detentores de poder político, principalmente. Outro exemplo de enquadramento da memória seriam as produções cinematográficas que representam eventos violentos e memórias traumáticas. Os filmes imprimem um determinado enfoque de acordo com as intenções de seus produtores.

Quando os grupos marginalizados, relegados ao esquecimento histórico, encontram oportunidades de testemunharem suas vivências, esses relatos servem de depoimento, de denúncia, em objeção aos discursos e memórias manipuladas, recicladas. Entretanto, esses relatos não ocorrem de maneira plena, sem nenhum tipo de problema em torno deles, já que o gênero testemunho é cercado de questões que devem ser levadas em conta, desde o caráter lacunar da memória até a autoficção.

Em *A guerra não tem rosto de mulher*, os testemunhos das ex-combatentes configuram-se nos mesmos sentidos apontados por Márcio Seligmann-Silva e Jaime Ginzburg, já expostos no capítulo anterior, e cumprem sua função através de vozes, anônimas ou não, com nomes fictícios ou verdadeiros. Narrativas de vida que encontram na literatura do trauma um meio de se colocarem e se fazerem conhecidas, à revelia daqueles que controlam, que dominam os discursos oficiais da nação.

Em relação à disposição das narrativas na obra, organizada basicamente em sessões temáticas, não explicitamente, nem com uma divisão/organização muito marcada, Svetlana Aleksiévitich reúne relatos em torno de questões como aborto, menstruação, estupro, maternidade, amor e casamentos em meio à guerra, bondade e compaixão para com os seus e até para com os inimigos, vaidade feminina, perda do feminino, tanto na aparência física, quanto no ciclo biológico, sexo, suicídio, enfim, temas que norteiam as narrativas de modo que as memórias dessa guerra transcendem os relatos típicos masculinos registrados pela História oficial. Esses testemunhos não se restringem à violência e à barbárie como conhecemos através dos livros, do cinema e das artes de modo geral, mas conferem à guerra um olhar muito particular, até então pouco explorado.

3.1- Corpos de mulheres em guerra: aborto, menstruação, estupro.

Michel Foucault, em sua obra *História da Sexualidade* (1976), reflete sobre o processo de controle e disciplinarização das mulheres ao longo da história. Esse processo ainda pode ser observado na sociedade atual, porém, de modo mais sutil e velado, pois os movimentos feministas se colocam como forma de resistência para refutar a supremacia masculina buscando a igualdade de direitos em todos os aspectos. Entre três categorias apontadas por Foucault como meio de legitimação do domínio masculino – o discurso, a heteronormatividade e a judicialização (que fazia cumprir as regras de submissão das mulheres aos homens), a primeira delas, que está atrelada ao campo discursivo, é a que nos interessa na análise da condição das mulheres na guerra. O filósofo observa que, a partir do século XVIII, houve um crescente discurso de valorização da moral sexual em conformidade não apenas com o pensamento burguês, mas, principalmente, religioso. A implementação de um paradigma de “decência”, de modo bastante conservador, impulsionava as falas e os discursos, fazendo com que o sexo e a sexualidade, de forma geral, fossem assuntos completamente restritos à intimidade da família. Foucault sinaliza que esses discursos estavam pautados na busca de um padrão que conformasse o sexo e a sexualidade a partir de um viés de recato e de castidade. E nisso se inclui não apenas a prática do sexo em si, mas, principalmente, o controle dos pensamentos, dos desejos, das vontades, e, sobretudo, dos corpos femininos.

Embora o discurso dominador tivesse uma abrangência social, invariavelmente estabelecia uma hierarquia entre quem detinha o poder de enunciá-los, quais sejam: pais, maridos e até médicos, e quem sofria diretamente seus efeitos, ou seja, filhas, esposas, pacientes. Logo, os discursos de controle e disciplinarização do sexo se tornaram, efetivamente, instrumentos de poder e controle sobre os corpos e as vontades das mulheres, já que, socialmente, eram consideradas frágeis e passíveis de tutelamento. Esse domínio, escamoteado sob a falsa justificativa da necessidade de proteção do sexo feminino, baseava-se nos ideais de representação simbólica da mulher como ser sublime, como mãe. Além disso, de acordo com esse discurso, os corpos deveriam ser disciplinados sob o argumento de que assim se evitaria sua objetificação. No caso

clínico, a alegação geralmente era a transmutação da mulher enquanto portadora de patologias médicas e psiquiátricas.

Desse modo, as mulheres soviéticas, ao se voluntariarem para servir à nação na Segunda Guerra Mundial, realizaram um movimento de transgressão da regra, de quebra do “decoro” tão prezado pela sociedade de modo amplo, principalmente pelos homens da época. Todavia, não foi tranquila essa inserção das mulheres no mundo masculino da guerra. Eram frequentes o preconceito relativo à suposta fragilidade, física e emocional, a discriminação de gênero com a subestimação do feminino diante da sobreposição do masculino e a violência sexual.

Questões ligadas ao corpo e suas relações com a memória atravessam quase toda a obra de Svetlana Aleksievitch, o que é um dado bastante importante se considerarmos as concepções do feminino, tanto na perspectiva psicanalítica, quanto na sócio-cultural, conforme descrito por Foucault. O excerto abaixo (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 81-82) exemplifica uma dessas questões:

[E]stava esperando meu segundo filho... Tinha um menino de dois anos e estava grávida. E aí, veio a guerra. E meu marido no front. Fui para a casa dos meus pais e fiz... É, entende? Um aborto. Apesar de na época estar proibido... Como ia dar à luz? Num mar de lágrimas... Na guerra! Como dar à luz em meio à morte? Me formei num curso de criptografia e fui mandada para o front. Queria me vingar por minha filhinha, me vingar por não ter tido. Minha menina. Ia ser uma menina... Pedi para ir para a linha de frente. Me deixaram no estado-maior... (Liubov Arkadievna Tchárnaia, segundo-tenente, criptógrafa).

Percebemos, no relato acima, além dos traumas sociais da guerra, um trauma tanto físico, quanto psicológico, que geralmente um aborto pode causar em uma mulher. O fato de Liubov Arkadievna Tchárnaia desejar se vingar pela filha, que ela não pôde permitir vir ao mundo imerso na barbárie, é um vestígio do choque causado pelo fato, que décadas depois de ocorrido, é elencado por ela em seu testemunho. Ao mesmo tempo, não deixa de ser uma transgressão da disciplinarização do corpo quando, por opção própria, decide interromper a gravidez.

Algo interessante que podemos observar em alguns relatos é que as mulheres entrevistadas não nomeiam a menstruação ao se referirem a esse fato natural. É como se, ao ocuparem o lugar de soldados, tivessem que abrir mão de sua natureza, inclusive

biológica, como os exemplos que seguem abaixo (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 29, 81, 252):

[E]u estava andando sozinha... entre homens. Antes andava de calças, de repente me vieram aquelas coisas de mulher... Veio antes do tempo, talvez pela preocupação. Pela ansiedade, pela mágoa. Onde ia encontrar o que precisava ali? Que vergonha! Que vergonha eu sentia?

[C]ederam-me a medalha e no mesmo dia fomos cumprir uma tarefa. Pela primeira vez na vida me aconteceu... A nossa... Essa coisa das mulheres... Vi meu sangue e soltei um grito: “Fui ferida!” Junto conosco, os batedores, havia um enfermeiro, um homem já mais velho. Ele me disse: “Onde te feriram?” “Onde não sei..., Mas estou sangrando...”. E ele me explicou, como um pai... (Albina Aleksándrovna Gantimúrova)

[E]stávamos andando e, atrás de nós começaram a aparecer manchas vermelhas na areia... Um rastro vermelho... Bem, era a... Nossa... Como você vai esconder isso? Os soldados vinham atrás e fingiam que não estavam notando nada... Não olhavam para os pés... As calças secavam no corpo e ficavam feito vidro. Cortavam. Faziam feridas, o tempo todo se sentia cheiro de sangue. Não nos davam nada... Ficávamos de guarda para ver quando os soldados penduravam as camisas nos arbustos. Surrupiávamos umas duas. Depois eles já adivinhavam, riam: “Subtenente, dê-nos outra camisa de baixo. As meninas pegaram as nossas”. Não havia algodão e ataduras suficientes para os feridos... Para outros usos, então... Roupa de baixo feminina só apareceu uns dois anos depois, talvez. Usávamos cuecas e camisetas masculinas. Bem, estávamos andando... De botas! Os pés também estavam fritos. Estávamos andando. Seguimos até uma passagem, e lá as balsas estavam nos esperando. Chegamos à passagem e começaram a nos bombardear. Um bombardeio terrível; os homens correram para se esconder, cada um num lugar. Nos chamavam... Mas nós não escutávamos as bombas, não estávamos nem aí para as bombas, fomos rápido para o rio. Para a água... Água! Água! Sentávamos lá até lavar tudo... Debaixo de estilhaços... Veja como era... A vergonha dava mais medo do que a morte. E algumas garotas morreram na água... Talvez tenha sido a primeira vez que desejei ser homem... A primeira vez... (Maria Semiónovna Kaliberdá, sargento, comunicações)

Ao lermos esses relatos, percebemos o constrangimento das mulheres guerreiras em relação aos seus corpos, mesmo tanto tempo após suas experiências de guerra, como a permanência do discurso do recato e do decoro sinalizado por Foucault. Em meio a um ambiente tão inóspito como um campo de batalha, essas mulheres ainda tinham que lidar com situações próprias do feminino como se não estivessem acontecendo. Eram “detalhes” que não podiam “atrapalhar” o serviço militar, as mulheres ali eram soldados, em um movimento ao mesmo tempo de anulação do próprio gênero e reafirmação dele, paradoxalmente, pois ora se colocavam tal como os homens, ora a natureza feminina era dominante.

As memórias traumáticas não se restringem à violência da guerra em si, mas também à violência física, intimamente ligada ao corpo feminino. O estupro era uma brutalidade frequente contra as mulheres. Tanto sofriam as soviéticas, quanto as alemãs, quando as forças aliadas invadiram o território da Alemanha. Em *A guerra não tem rosto de mulher*, a crítica e a denúncia são contra o ato bárbaro, perpetrado contra a mulher de modo geral. Os relatos nesse sentido são de testemunhos da devastação humana desde o nível macro, na totalidade do evento em si, ao micro, se assim podemos chamar a intimidade e a sexualidade do indivíduo.

Tal circunstância relacionada ao corpo feminino na guerra, recorrente nos relatos das soviéticas, várias vezes levavam a outros problemas relacionados, como o aborto e o suicídio, e pode ser verificada nas passagens abaixo (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 363-365).

[V]ocê não imagina os caminhos da Vitória... Encontramos algumas jovens russas. Comecei a falar com elas e me contaram... Uma delas estava grávida. A mais bonita. Tinha sido estuprada pelo patrão do lugar onde trabalhavam. Obrigou-a a viver com ele. Ela andava e chorava, batia na barriga: “Não vou levar um *fritz* para casa! Não vou!”. As outras tentavam convencê-la... Mas ela se enforcou... Junto com o pequeno *fritz*... (Anastassia Vassílievna Voropáieva, cabo, operadora de projetor)

[E]m nossa terra se escreve pouco sobre isso, mas é a lei da guerra. Os homens ficam tantos anos sem mulheres, e, claro, havia o ódio. Entrávamos em uma cidadezinha ou vila: os primeiros três dias eram saque e... Em segredo, óbvio... Eu me lembro... claro, lembro de uma alemã estuprada. Ela estava deitada nua, com uma granada enfiada no meio das pernas... Agora dá vergonha, mas na época eu não sentia vergonha. [...] Cinco jovens alemãs vieram falar com nosso comandante. Elas choravam. O ginecologista examinou: elas tinham feridas lá. Feridas rasgadas. Todas as calcinhas ensanguentadas.... Tinham sido estupradas por toda noite. Os soldados faziam fila... Não grave... Desligue o gravador... É verdade! É tudo verdade! Mandaram o batalhão entrar em formação... Disseram para as garotas alemãs: vão lá e procurem, se vocês reconhecerem alguém, fuzilamos na hora. Nem olhamos a patente. Temos vergonha! Mas elas sentaram e choraram. Não queriam... Não queriam mais sangue. Foi o que disseram... Então deram uma bisnaga de pão para cada uma. Claro, tudo isso é a guerra... Claro...

A partir desses testemunhos podemos ao menos imaginar uma face muito peculiar da guerra através da perspectiva dos discursos dessas mulheres. O primeiro dos relatos citados acima nos mostra ainda outra problemática relativamente comum nas experiências traumáticas, que é o suicídio. Por vários motivos, pessoas decidiam acabar com a própria existência, ou para não se submeterem à barbárie, ou porque não viam

mais razão na vida, mesmo se sobrevivessem à guerra. No exemplo do trecho acima, a mulher russa preferiu a morte a ter um filho do inimigo, enfim, causas não faltavam para a recusa da vivência dos horrores da guerra. Alguns soldados mutilados também não desejavam mais viver, talvez pela mutilação física e/ou psicológica, como exemplifica os excertos seguintes (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 385): “No combate eles queriam viver, ansiavam por viver [...] Já ali eles se recusavam a comer, queriam morrer. Se jogavam do barco”. (Tamara Stiepánovna Umniáguina, Terceiro-Sargento da Guarda, Enfermeira-instrutora). Esse trecho se refere à ocasião em que findaram os combates em Stalingrado, e as equipes de enfermagem foram encarregadas de levar os doentes e feridos em estado grave em navios e barcas para socorro adequado. Mas muitos já haviam desistido de continuar, como relata a mesma enfermeira:

[N]ós os vigiávamos. Protegíamos. Eu ficava até de noite ao lado de um capitão: ele não tinha os dois braços e queria se matar. E uma vez não avisei outra irmãzinha, saí por alguns minutos e ele se jogou... (Tamara Stiepánovna Umniáguina, Terceiro-Sargento da Guarda, Enfermeira-instrutora).

Outros casos de suicídio estavam atrelados à maternidade. Como a obra nos elucidada, a maioria das mulheres soviéticas foi voluntária na guerra. Muitas já eram mães, mas, em sua maioria, eram muito jovens. Algumas daquelas que já tinham filhos, frequentemente bebês, acabavam por estar em meio às batalhas com seus rebentos.

3.2- Maternidade e guerra

Muitas das mulheres no *front* eram mães. Várias deixaram seus filhos em casa, outras tantas levaram consigo seus rebentos e tiveram que enfrentar a guerra com eles. As que delegaram os cuidados de suas crianças aos familiares e/ou conhecidos, frequentemente evitavam se lembrar delas, tentando, desse modo, se esquivar de mais esse sofrimento: “[N]em lembrávamos dos nossos filhos, tínhamos medo de lembrar.” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 350)

Nos relatos dessas mães guerreiras, podemos observar uma perspectiva bastante peculiar desses indivíduos, já que não era tão assustador e nada inédito quando um pai

se ausentava de casa em razão de servir a seu país durante uma guerra. Já as mães se afastarem de suas famílias era algo até então inusitado, talvez ainda o seja, atualmente, sob o olhar da sociedade de modo geral.

É importante ressaltar, antes de tudo, que a maioria das mulheres soviéticas se dispusera a guerrear, eram voluntárias, muitas brigaram para estar na guerra, e mais ainda, nas linhas de frente das batalhas.

Entretanto, essa não era uma decisão tranquila ou que não causasse perturbação nas mães do *front*. Diversas mulheres lembradoras reconhecem que faziam um julgamento momentâneo dos fatos, sabiam dos perigos que corriam com suas crianças, mas somente anos mais tarde se deram conta da real dimensão do risco a que submeteram seus filhos durante as batalhas, como é possível observar no relato que se segue:

[M]inha filhinha era pequena, com três meses eu já a levava nas missões [...] Eu trazia remédios da cidade, curativos, soro... Botava entre os bracinhos e as perninhas da minha filha, punha a fralda e levava. Os feridos estavam morrendo na floresta. Precisava ir. Precisava! Ninguém mais conseguia passar, se infiltrar, havia postos e policiais alemães por todos os lados, eu era a única que passava, com meu bebezinho de fraldas. [...] Agora é terrível admitir... Ah, é difícil! Eu esfregava sal no bebê para dar febre, para que ela chorasse. Então ela ficava toda vermelha, cheia de bolhas, gritava, se esgoelava. Me paravam no posto: “Tifo, pan... Tifo...”. Me mandavam ir embora o quanto antes [...] Minha filha era pequena, ainda mamava no peito. [...] Quando passávamos o posto, eu entrava na floresta e chorava, chorava. Gritava! Tinha tanta pena da minha filha. Mas uns dias depois ia de novo... (Maria Timofêivna Savítskaia-Radiukevitch, mensageira partisan). (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 350)

As que por ventura não eram mães, conseguiam ainda assim avaliar as circunstâncias: “Tinha a Tchernova que, já grávida, transportou uma mina junto ao quadril, sendo que ali pertinho batia o coração do seu futuro bebê.” [Vera Serguêivna Romanovskaia, enfermeira partisan] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 350).

A morte é um fato absolutamente relacionado às guerras; todavia, alguns nascimentos também foram realidade nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial, considerando a participação massiva das mulheres soviéticas na ocasião. Em um dos relatos, uma enfermeira do *front* conta sua experiência como parteira, quando uma mulher deu à luz uma criança em meio aos combates (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 254): “Quando os soldados escutaram que a criança tinha nascido... ‘Viva! Viva!’

Assim baixinho, quase num sussurro. Nasceu uma criança na linha de frente!” (Anna Nikoláieva Khrolóvitch, tenente da guarda, enfermeira).

Além da presença de crianças na guerra, com suas mães combatentes, os nascimentos no *front*, o fato de muitas mulheres deixarem em casa seus filhos para irem às batalhas, havia também os casos mais trágicos, em que as vidas desses infantes foram exterminadas. Os nazistas, de acordo com muitas das narrativas, demonstravam prazer em assassinar inclusive crianças de quaisquer idades. Muitas vilas e cidades foram sendo devastadas, à medida que o exército alemão avançava, ninguém era poupado, e com as crianças não era diferente. A título de exemplo, um desses casos é narrado por uma mensageira partisan (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 314), que conta ter encontrado na estrada uma mulher já inconsciente, que não conseguia andar, se arrastava e pensava que já estivesse morta. Após o resgate e os primeiros socorros, a mulher recobrou um pouco de consciência e contou o que lhes havia sucedido, a ela e a seus filhos:

[E]la contou como eles tinham sido fuzilados, como conduziram para o fuzilamento ela e os cinco filhos. Enquanto eram levados para um galpão, mataram as crianças. Atiravam e achavam divertido... Sobrou o último, um bebê de peito. O fascista sinalizava: jogue para cima, vou atirar. A mãe jogou a criança de forma que ela mesma a matasse... Seu filho... Para que o alemão não tivesse tempo de atirar... Ela dizia que não queria viver, não podia viver neste mundo depois disso, só no outro mundo... Não queria... (Valentina Mikháilovna Ilkévitch, mensageira partisan)

Podemos imaginar, a partir do trecho acima, o quanto sofreram as mães que vivenciaram a guerra, tanto as combatentes, quanto as civis, ao verem a destruição de seus filhos, de suas famílias. É possível fazer, inclusive, uma analogia com o mito de Medeia, na Tragédia Grega, em que a mãe prefere, ela mesma, matar seus filhos, a entregá-los para que o inimigo o faça. O que, aliás, é uma decisão difícilíssima, considerando que não é possível imaginar o que seria pior, ver um filho ser assassinado, ou assassinar um filho. Embora saibamos que Medeia resolve executar os filhos por vingança contra Jasão, seu esposo, por tê-la abandonado, parece haver a mesma pulsão instintiva de possessividade materna nas soviéticas que decidem por realizar esses atos.

Outro episódio que retrata um dilema parecido, também entre as partisans, é o registrado por Svetlana (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 32), em que uma das mulheres narra sobre o que presenciou quando se escondia com seu grupo em um pântano, um

lodaçal onde as tropas alemãs não entravam, e ali permaneceram durante dias, semanas, com água cobrindo até o pescoço:

[H]avia conosco uma operadora de rádio que tivera um filho havia pouco tempo. A criança estava com fome... Pedia o peito. Mas a própria mãe estava passando fome, não tinha leite, e a criança chorava. Os soldados da tropa punitiva estavam por perto... Tinham cachorros... Se os cachorros escutassem, todos nós morreríamos. Todo o grupo, umas trinta pessoas. Entende? O comandante tomou a decisão... Ninguém se animava a transmitir a ordem para a mãe, mas ela mesma adivinhou. Foi baixando a criança enroladinha para a água e segurou ali por um longo tempo... A criança não gritou mais... Nenhum som... E nós não conseguíamos levantar os olhos. Nem para a mãe, nem uns para os outros... (Anônima)

O filicídio, portanto, não era algo tão raro no contexto da guerra, seja por se recusarem a entregar os seus filhos ao inimigo, seja para pouparem a vida de um grupo, como nos trechos elencados acima. Além dessas razões, alguns relatos surgem na obra como um momento de loucura da mãe, já que, praticamente, todos estavam devastados, passando fome, adoecidos, e as crianças, geralmente, não tinham consciência de que a resolução dos problemas não se encontrava ao alcance de suas mães.

Embora os relatos de filicídio sejam impactantes, não é possível fazer um julgamento dessas mulheres, levando-se em consideração as situações trágicas que as conduziram a tais atos. Ao mesmo tempo em que não se pode achar normal ou natural uma decisão dessas, seja a opção por um aborto, como já discutido neste capítulo, ou o próprio filicídio, também não é possível naturalizar o amor materno e categorizá-lo como instintivo.

A filósofa francesa Elisabeth Badinter, em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, publicada originalmente em 1980, elabora reflexões teóricas sobre a condição da mulher na modernidade, especialmente sobre a maternidade. Embora as análises no livro estejam focadas no papel das mulheres na sociedade francesa, é possível se apropriar dos seus pensamentos e ampliá-los até a problematização da condição feminina em outros contextos, como as circunstâncias das mulheres soviéticas no *front*. Ao abordar essa temática, considerando que seja atribuído social e psicanaliticamente um caráter afetivo e sensível à mulher, Badinter não mede esforços na tentativa de desnaturalizar o “instinto da maternidade”, desconstruindo o

discurso de que toda e qualquer mulher nasce para ser mãe, que essa seria uma de suas poucas funções sociais.

Badinter não nega a existência do amor materno, entretanto, afirma que não se trata de algo natural, inerente a todas as mulheres, ao contrário, seria uma construção social que, como vários outros fenômenos sociais, faz referência a um conjunto de valores morais dominantes de uma determinada época.

Nas circunstâncias da guerra, podemos imaginar quão catastróficas foram as experiências das mulheres que vivenciaram dilemas em relação à maternidade. Hodiernamente, contudo, pode-se pensar o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade, desnaturalizar o caráter instintivo que fora atribuído a elas e mostrar, por exemplo, que a não-manifestação de afetos pela prole ou que optar por não ter filhos é uma escolha e um direito da mulher. As que optam por não terem filhos ainda são consideradas anormais, insensíveis, egoístas, e as que não cuidam de suas crianças como deveriam e/ou não demonstram afeto são consideradas “mães desnaturadas”; segundo a autora, discursos masculinistas usados como instrumento de dominação, submissão e culpabilização, observados por Badinter em sua obra, uma vez que, ao ser inventado o conceito de infância como algo desvinculado do mundo adulto, ainda na segunda metade do século XVIII, o homem se abstém desta responsabilidade e delega os cuidados infantis às mulheres-mães.

Outro incidente de filicídio é tristemente retratado por uma testemunha soviética (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 36), que conta:

[D]e manhã, as tropas punitivas queimaram nossa aldeia... Só quem correu para a floresta se salvou. Saíram correndo sem nada, com as mãos vazias, nem pão levaram. Nem ovos, banha. À noite tia Nástia, nossa vizinha, batia na filha porque ela ficava chorando o tempo todo. Tia Nástia estava com seus cinco filhos. A Iúlietchka, minha amiguinha, era bem fraquinha. Estava sempre doente... E os quatro meninos, todos pequenos, também pediam para comer. A tia Nástia ficou louca: “U-u-u... U-u-u.”. À noite escutei... Iúlietchka estava pedindo: “Mamãe, não me afogue. Não vou... Não vou mais pedir comidinha para você. Não vou.”. De manhã, ninguém mais viu a Iúlietchka... A tia Nástia... Voltamos para o povoado carbonizado. O povoado fora consumido pelo fogo. Logo a tia Nástia se enforcou na macieira negra de seu jardim. Se enforcou bem baixinho. Os filhos estavam ao lado dela, pedindo para comer...

Além de relatos como esses, sobre perda dos filhos em várias circunstâncias da guerra, há também o fato da perda da infância dessas crianças, já que seus pais, especialmente as mães, ao se ausentarem do lar, deixavam seus filhos de quaisquer idades com familiares ou conhecidos. Em vários dos relatos, são narrados casos em que as mães retornam do *front* e não reconhecem seus filhos, ou, principalmente, as crianças não reconhecem suas mães. Um desses testemunhos é registrado por Svetlana (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 343):

[V]ou contar para você como me encontrei com meu filho... Isso já foi depois da libertação. [...] As mulheres do destacamento, que eram mais velhas, me avisaram: “Se encontrar o menino, não chegue logo dizendo que é a mãe dele, de jeito nenhum. Você imagina o que ele sofreu sem você?” [...] Entrei no pátio. O que estava vestindo? Uma *guimnastiorka* alemã, um casaco acolchoado remendado, calças velhas. [...] “Como se chama, menino?”, perguntei. “Liônia...”. “Com quem você mora?” “Antes morava com a vovó. Quando a vovó morreu, eu a enterrei.” [...] “E onde estão seu pai e sua mãe?” “Papai está vivo, está no front. Mas a mamãe, os fascistas mataram, foi o que a vovó disse.” Então eu não aguentei: “Por que é que você não reconhece sua mãe?” Ele se jogou em cima de mim: “Papai!”, eu estava vestindo roupas masculinas, usando um gorro. Depois me abraçou com um grito: “Mamãe!”. (Raíssa Grigórievna Khosseniévitch, partisan)

A mesma Raíssa Grigórievna Khosseniévitch, partisan, levava sua filha mais nova com ela para as batalhas (onde permaneceram por mais de um ano), carregava a criança junto a equipamentos de guerra e era admirada por homens. Um comandante de brigada reconhece: “Mas que mulher! Numa situação dessas, levando uma criança, e não soltou a máquina. Nem todos os homens conseguiriam fazer isso.” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 342).

A fala do comandante, reproduzida no parágrafo anterior, nos leva a observar que, ao longo da obra, surgem (algumas vezes mais, outras vezes menos explicitamente) as concepções mais tradicionais de masculino e feminino. As comparações são comuns entre os homens militares que lidam com as mulheres soldados, entre os civis, ao se referirem às mulheres que foram à guerra, e algumas vezes, mesmo entre essas mulheres. Ir às batalhas não era, e talvez ainda não seja considerada, “coisa de mulher”. No máximo, era vista como normal a atuação das mulheres nos segmentos médicos, nas equipes de enfermagem e nos bastidores da guerra, lavando e cosendo roupas e cozinhando para os homens, na medida do possível.

Enfim, são questões extremamente profundas, catastróficas, que se delineiam em torno da condição feminina na guerra.

3.3- Vaidade e perda do feminino na Guerra

Como já mencionado, as mulheres soviéticas escolheram ir à guerra por amor à pátria. Há relatos de meninas que insistiram para ser aceitas no serviço militar, inclusive menores de idade, outra que, após ser reprovada em um exame de vista, chorou muito até que decorou as menores letras da parte inferior do teste: “[D]epois enxuguei as lágrimas e disse que estava pronta para passar pela comissão de novo. E passei.” (Antonina Mirônovna Lenkova, mecânica de uma oficina de campanha de veículos blindados) (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 232). Antonina Mirônovna Lenkova narra ainda que, quando ela e outras meninas chegaram à unidade de destino, o comandante queria dar-lhes funções na cozinha, no depósito e como escritas. Ao que ela se exaltou: “Somos voluntárias! Viemos defender a pátria! Só vamos se for para as subdivisões militares...”. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 234). Foram, então, atendidas e enviadas para o serviço propriamente militar.

Em vários relatos, algumas soviéticas afirmam que davam mais valor à vitória do que à vida e, após a guerra, muitas reiteraram em seus testemunhos o orgulho de terem lutado nas batalhas, como declara Liubov Mikháilovna Grozd, enfermeira-instrutora: “[S]empre tive orgulho de ter estado no *front*. Defendi a pátria...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 302).

Outro exemplo se refere a uma unidade onde trabalhavam moças que serviam ao Exército Vermelho no âmbito administrativo, como telefonistas e outras funções internas. Quando a guerra estourou, o comandante avisou que seria muito difícil para as meninas, e que se alguém quisesse voltar para casa, ainda havia tempo:

[Q]uem quiser ficar no front, um passo à frente... Todas as meninas, de uma só vez, deram um passo à frente. Éramos umas vinte. Todas estavam prontas para defender a pátria. E antes da guerra eu não gostava nem de livros de guerra, gostava de ler sobre o amor. (Galina Dmítievna Zapólskaia, telefonista) (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 68)

Porém, algumas delas não abriram mão imediatamente de hábitos construídos como tipicamente femininos, como a vaidade de utilizar determinados acessórios ou itens que na guerra não seriam necessários. Embora no *front* as combatentes fossem soldados como os demais, nos relatos dessas mulheres é possível observar resquícios de uma feminilidade construída socialmente ao longo dos tempos, como no excerto abaixo (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 96):

[L]evei uma saia, aliás, minha preferida, dois pares de meias e um par de sapatos. Estávamos evacuando Varônej, mas me lembro que passamos correndo em uma loja e comprei para mim mais um par de sapatos de salto. [...] Lembrando agora, eram uns sapatos tão elegantes... Também comprei um perfume... (Vera Ióssifovna Khóreva, cirurgiã militar)

Assim como Vera, muitas outras mulheres-soldados mal sabiam que só “voltariam a ser mulheres” após a guerra. Nesse sentido, como nos mostra Svetlana (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 102): “E para falar a verdade, só nos deram saia no fim da guerra, como farda de gala. E só aí recebemos também calcinhas em vez de roupa de baixo masculina.” (Sófia Konstantínovna Dubiniakova, primeiro sargento, enfermeira instrutora).

Ainda que furtivamente, uma e outra moça se sentiam femininas utilizando algum acessório que as lembrasse de que eram mulheres:

[U]ma menina recebeu de casa um vestidinho de lã. Ficamos com inveja, mesmo que não fosse permitido usar nossos próprios vestidos. [...] Mas eu tinha uns brincos escondidos; à noite eu os colocava e dormia com eles... [Maria Nikoláievna Shiólokova, sargento, comandante do departamento de comunicação] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 238)

Outra combatente confessa ter ganhado, certa vez, dois ovos pequenos de uma dona de casa a caminho do *front*, pois a mulher a julgou muito magra e deduziu que ela precisava se alimentar. Stanislava Pietróvna Vólkova, segundo-subtenente, comandante do pelotão de sapadores, ao invés de comer os ovos, preferiu quebrá-los para limpar suas botas empoeiradas, três números maiores que os seus pés:

[C]laro que queria comer, mas meu lado feminino venceu: queria ficar bonita. [...] Como tudo isso é pesado, como tudo isso é masculino, o cinto, tudo. Eu detestava em particular como o capote ralava no pescoço, e ainda por cima aquelas botas. Mudavam os passos, mudavam tudo.” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 241-242)

A fala acima nos permite observar como a mulher se sentia incomodada com a nova configuração de seu vestuário. Quando surgiam com alguma aparência feminina, eram repreendidas por seus superiores militares:

[T]ínhamos muitas meninas bonitas... Fomos a uma casa de banhos, e ali trabalhava uma cabeleireira. Olhamos umas para as outras, e todas tingimos as sobrancelhas. O comandante foi duro conosco: “Vocês vieram para combater ou para ir a um baile?” Passamos a noite toda chorando e esfregando as sobrancelhas para tentar tirar a tinta. De manhã, ele andava e repetia a cada uma: “Preciso de soldados, não de damas. Damas não sobrevivem à guerra.” [Anastassia Pietróvna Chéleg, terceiro sargento, operadora de aeróstato] (ALEKSIËVITCH, 2016, p. 240)

A postura do comandante na citação acima revela a concepção masculina da relação entre guerra e gênero. Sendo soldados, as mulheres eram úteis, sendo damas, não. Nem mesmo podiam eventualmente se apresentarem com alguma característica marcadamente feminina, como exemplifica Anastassia Chéleg sobre quando tingiram as sobrancelhas, como se isso as tornassem mais frágeis ou fracas. Esses impasses contribuíram para que várias combatentes avaliassem, posteriormente, suas experiências, com falas como: “Sinto que vivi duas vidas: uma de homem e outra de mulher...” (ALEKSIËVITCH, 2016, p. 240).

“Os homens... Eles são assim... Nem sempre nos entendiam... [...] Mas adorávamos o coronel, Ptítsin. Nós o chamávamos de ‘pai’. Ele não era como os outros, entendia nossa alma feminina.” [Zinaída Prokófievna Gomariova, telegrafista] (ALEKSIËVITCH, 2016, p. 244). É interessante observarmos nessa fala como a figura do pai ainda é algo importante para algumas das mulheres/meninas do *front*. Como já mencionado, muitas foram para a guerra ainda adolescentes, ainda em processo de amadurecimento físico e psíquico. Havia, da parte de algumas, a necessidade de proteção proveniente dos pais, mais fortemente da figura paterna, o que fez com que a relação do coronel com as “meninas”, citado no testemunho de Zinaída, fosse afetiva e protetiva.

Algumas narrativas retratam uma preocupação maior com alguns detalhes do que propriamente com os perigos das batalhas. Em um relato anônimo, uma soviética conta que, após um bombardeio, ela viu na terra algo se mexendo, começou a cavar e

tateou um rosto, cabelos. Era uma mulher, e quando abriu os olhos não perguntou o que houve, apenas perguntou por sua bolsa, dizendo que lá estavam seus documentos, ao que a outra ajudou: “Comecei a procurar a bolsa dela na hora. Achei. Ela pôs em cima do peito e fechou os olhos. Logo a ambulância se aproximou, e levamos a mulher para dentro. Conferi ainda mais uma vez se ela estava com a bolsa.” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 165). Outras revelam a necessidade de se manter a vaidade até mesmo após a morte (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 204, 238 e 245):

[T]inha muito medo de, se me matassem, ficar feia. Via muitas moças mortas... Na lama, na água... Bem... Desse jeito... Eu não queria morrer assim... às vezes me escondia de um bombardeio e não pensava tanto em ser morta, e sim em esconder o rosto. Os braços. Acho que todas as meninas pensavam nisso. Os homens riam de nós, achavam isso divertido. Diziam que não estávamos pensando na morte, e sim o diabo sabe em quê, em alguma coisa idiota. Em bobagens de mulher. (Olga Vassílievna)

[D]urante toda a guerra tive medo de que mutilassem minha perna. Eu tinha pernas bonitas. Para um homem, e daí? Não é tão terrível, mesmo perder uma perna. Ele será um herói do mesmo jeito. Um noivo! Mas se uma mulher é mutilada, seu destino está decidido. Destino de mulher... (Maria Nikoláievna, sargento, comandante do departamento de comunicação)

[A]té o fim, só um medo me restou ficar feia depois da morte. Um medo de mulher... Só não queria que um projétil me fizesse em pedaços... Eu sei como é isso... Eu mesma recolhi... (Sófia Konstantínovna Dubniakova, enfermeira-instrutora)

Os relatos acima evidenciam que, embora as mulheres estivessem ocupando lugares convencionalmente masculinos, atuando nas frentes de batalha, muitas delas ainda não conseguiam dissociar suas práticas usualmente femininas. No segundo exemplo supracitado, há um julgamento fundamentado na tradição de que o homem retorna da guerra como herói, e que isso compensaria a possibilidade de se perder um membro. Mesmo mutilado, ele ainda é valorizado pela sociedade. Já a mulher, precisa voltar pelo menos inteira, para ter alguma chance de se casar, ou apenas para se sentir mulher, motivo pelo qual muitas se recusaram a ir para o *front*. Uma das combatentes, Anna Semiónovna Dubrovna, reporta a fala de uma jovem vizinha: “Ela admitiu para mim, sinceramente: ‘Eu amo a vida. Quero passar pó de arroz, me pintar, não quero morrer’.” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 87). As mulheres, ao vivenciarem essas circunstâncias, estariam diante de questões ideológicas de gênero, como propostas por Teresa de Leuretis, que irá amparar teoricamente esse conceito logo mais, na próxima seção deste capítulo.

Apesar de a vaidade ser uma característica comum entre as mulheres, mesmo aquelas que se encontravam na guerra, era inevitável que se colocassem em igual posição aos homens em relação aos regimentos militares. A primeira coisa a que precisavam se submeter quando se alistavam e eram admitidas era o corte dos cabelos, algumas relatam com pesar as lembranças desses momentos, em que viam as tranças inteiras e os rabos-de-cavalo serem apartados de si, em uma espécie de amputação, de ritual de transformação do sujeito, de mulheres em homens. É conhecida a importância dos cabelos para a maioria das mulheres. Entretanto, como estavam plenamente dispostas a guerrear, estavam também determinadas a renunciar, ainda que temporariamente, de sua feminilidade. A regra de cabelos compridos para mulheres, aliás, é uma construção histórica desde sempre representada nas artes plásticas. É relevante considerar que essa representação da mulher com cabelos longos frequentemente foi elaborada a partir do olhar masculino, do que foi ao longo da história, a idealização da mulher.

Ao longo das narrativas das soviéticas é possível observar o processo inevitável de perda do feminino construído socialmente. Era necessário, obviamente, que essas mulheres se tornassem soldados como os homens, começando pelo corte dos cabelos, como já pontuado. As roupas masculinas eram outra forma de distanciamento do protótipo feminino: “O mais terrível na guerra, para mim, era usar cueca. Isso sim era um horror.” (Lola Akhmétova, soldado, fuzileira) (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 108). Outro trecho também evidencia a mesma percepção (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 247):

[U]sávamos jaquetas de couro, calças, guimnastiorki, e, no inverno, mais uma jaqueta de peles. A contragosto, até no andar e nos movimentos apareceu algo de masculino. Quando a guerra acabou, costuraram vestidos cáqui para nós. De repente, sentimos que éramos garotas... (Aleksandra Semiónovna Popova, tenente da guarda, navegadora)

Nos relatos acima, pode-se perceber uma concepção marcadamente construída a partir de um estereótipo social do que é próprio da mulher e o que é próprio do homem. Embora as mulheres estivessem combatendo no *front*, transcendendo completamente as funções sociais típicas femininas, ainda se prendiam aos conceitos convencionais que foram internalizados ao longo da História.

A perda biológica do feminino também era uma realidade entre as mulheres do *front*, já que, como afirma a mesma Aleksandra Semiónovna (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 247): “[o] organismo se reorganiza a tal ponto, que, por toda guerra, não éramos mulheres. Não tínhamos coisas de mulher... Menstruação... Bem, você entende... E depois da guerra nem todas conseguiram ter filhos.” Várias das combatentes sinalizam a perda do ciclo biológico como um fator de perda da identidade feminina. Em outro relato (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 251), observamos o mesmo sentimento de perda de identidade:

[P]assaram seis meses... E, por causa da sobrecarga, deixamos de ser mulheres... Se transformou a nossa... Perdemos o nosso ciclo biológico... Dá para entender? Foi terrível. Era terrível pensar que você nunca mais vai ser mulher... (Maria Nésterovna Kuzmenko, primeiro-sargento, arqueira)

Apesar das inevitáveis transformações sofridas pelas mulheres no *front*, nada disso alterava quem de fato elas eram: mulheres fortes, decididas a defender seu país, ainda que à custa de suas famílias e de suas próprias vidas. Não sentiam a necessidade de serem homens, de pertencerem ao sexo oposto para serem competentes o bastante e para servirem ao exército, ao contrário, algumas confessam que o fato de pertencerem ao sexo feminino lhes deu capacidade para vivenciarem esses momentos históricos, como registra Svetlana (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 377): “[s]em ser mulher não dá para sobreviver na guerra. Nunca tive inveja dos homens. Nem na infância, nem na juventude. Nem na guerra. Sempre fui feliz por ser mulher.” (Elena Boríssovna Zviáguintseva, soldado, arqueira).

Um caso interessante é reportado por Olga Vassílievna, que conta que, décadas após a guerra, o marido mostra à neta de seis anos do casal uma foto dos tempos de combate, a garota então pergunta/afirma à avó: “Vovó, antes você era menino, né?” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 136). Ou seja, mesmo depois de um tempo considerável, os padrões de masculinidade e feminilidade continuavam os mesmos, já que vão se reproduzindo e sendo internalizados naturalmente através dos discursos.

Embora fique explícito ao longo do livro que o sexo feminino, apesar de sofrer alterações físicas/biológicas na guerra, não se diferencia em suas funções sociais em

relação ao gênero masculino, *A guerra não tem rosto de mulher* traz também exemplos de particularidades das mulheres que merecem ser consideradas.

Uma peculiaridade interessante de se destacar são as percepções sensitivo-sensoriais sinalizadas pelas mulheres em relação às suas experiências de guerra. As cores e os cheiros da guerra possuem uma relevância digna de lembrança e de relato para as ex-combatentes: “Se você me perguntar qual é a cor da guerra, direi: cor de terra. Para uma sapadora... Preto, amarelo e a cor de barro da terra...” (Stanislava Pietróvna Vólkova, segundo-subtenente, comandante de um pelotão de sapadores) (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 266). Essas percepções as acompanharam até após a guerra, causando-lhes traumas que influenciaram o resto de suas vidas. Obviamente, os homens também tinham essas sensações olfativas e visuais, mas as mulheres não deixaram de frisá-las em seus relatos, o que parece significar uma sensibilidade específica e mais apurada da vivência de guerra. Para algumas mulheres, os homens, já acostumados com as guerras, estavam habituados a esse ambiente, como podemos observar no relato abaixo (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 305):

[M]e casei rapidamente. Um ano depois. Com um engenheiro de nossa fábrica. Eu sonhava com o amor. Queria uma casa e uma família. Que a casa cheirasse a crianças pequenas. As primeiras fraldas eu cheirei, cheirei, não me cansava nunca. Cheiro de felicidade. Felicidade de mulher. Na guerra, não há cheiros femininos, são todos masculinos. A guerra tem cheiro de homem. (Klávdiya S-va, francoatiradora)

Percebemos na fala de Klávdiya S-va, assim como na de outras mulheres que deram seus testemunhos à obra de Aleksievitch, certas concepções tradicionalistas do que faz parte do universo feminino e o que pertence à esfera masculina, é uma questão que será abordada em outro tópico deste capítulo.

O trauma do sangue é outro elemento frequente nas narrativas das soviéticas. Algumas relatam uma forte aversão, tanto à cor, quanto ao cheiro do sangue ao longo de suas vidas no pós-guerra: “Eu tinha alergia ao cheiro de sangue, meu organismo simplesmente não aceitava. Foi tanto sangue que vi na guerra, não aguentava mais. Meu organismo não aceitava [...] Tinha urticária, falta de ar”, confessa Maria Iákovlevna, tenente da guarda, comandante de um batalhão médico; e continua (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 376): Costurei uma blusa com um tecido vermelho, e meus braços ficaram até

o outro dia com alguma mancha. Bolhas. Nem chita vermelha, nem flores vermelhas-rosas ou cravos- meu organismo aceitava. Nada vermelho, nada cor de sangue...”. Outra diz que até nos detalhes do cotidiano havia repulsa da cor (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 23): “[d]epois da guerra, era difícil ir à feira e olhar as barracas de carne vermelha... Até a chita vermelha... Ah, minha querida, já se passaram quarenta anos, e na minha casa você não encontra nada vermelho. Desde a guerra, odeio vermelho!” (Anônima).

A memória olfativa é uma constante quando analisamos textos memorialísticos. No decorrer do livro em análise, nos deparamos com vários relatos que têm o olfato como gatilho para as lembranças da guerra, como o que se segue:

[D]epois da guerra passei alguns anos sem conseguir me livrar do cheiro de sangue, ele passou muito tempo me perseguindo. Começava a lavar a roupa e sentia esse cheiro, ia cozinhar o almoço e sentia esse cheiro de novo. [...] Tudo tinha aquele cheiro, para mim tudo cheirava a sangue. Não importa o que eu comesse ou bebesse, não conseguia me livrar daquele cheiro! Até lençóis limpos, para mim, cheiravam a sangue... [Tamara Stiepánovna Umniáguina, terceiro-sargento da guarda, enfermeira-instrutora] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 386)

Por vezes, um cheiro, um odor, remete o lembrador para suas reminiscências mais remotas. Como as recordações de guerras são, geralmente, bastante traumáticas, as rememorações também são perturbadoras, como explicita outra testemunha soviética (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 311-312):

[V]ocê não sabe como é o cheiro de um corpo humano queimado, especialmente no verão. Algo inquietante e doce. [...] Mas se me dizem que um sítio queimou em algum lugar, que morreram animais, eu nunca vou, não sou capaz... Me faz lembrar disso... Desses cheiros... Quando as pessoas ardiam... E à noite eu acordo, corro para pegar um perfume e parece que o perfume também tem esse cheiro... Está em todo lugar.” (Antonina Aliekséievna Kondrachova, batadora de brigada de partisans Bitóchskaia)

Já abordamos ao início deste capítulo o fato de a memória ser seletiva, quando o sujeito se dispõe a lembrar algum acontecimento de sua vida. Quando pensamos em seletividade da memória, podemos ainda lembrar a questão da memória voluntária e involuntária, sugerida por Marcel Proust. Em sua obra *No Caminho de Swann* (2006), Proust afirma que há esses dois momentos da memória. Um deles é quando uma recordação nos sobressalta; de súbito, nos transporta no tempo e nos faz lembrar determinados fatos, lugares e pessoas. Essa é a memória involuntária, que pode ser

encetada a partir de um cheiro, de um sabor (memória olfativa e gustativa) ou mesmo através de um objeto, uma cor, como é o caso dos excertos citados acima. Já a memória voluntária é aquela que Proust chama de memória inteligente, quando nos esforçamos por buscar em nossa mente alguma lembrança de que precisamos ou queremos. Essa muitas vezes pode ser frustrada, uma vez que nem sempre conseguimos rememorar tudo o que desejamos. Todavia, pode funcionar quando nos esforçamos e alcançamos o objetivo ao “resgatar” memorialisticamente aquilo que buscamos. É na memória voluntária, da inteligência, que encontramos as brechas para a ficção de nossas próprias lembranças. Quando algo nos vem à mente involuntariamente, é natural que surja como o mais próximo do que de fato ocorreu no passado, diferente daquilo que nos esforçamos para recordar, e que nos proporciona a oportunidade de omitir ou acrescentar informações, ficcionalizações, o que também é comum em textos autobiográficos, inclusive no testemunho.

3.4- (Pre)conceitos e concepções tradicionalistas de masculino e feminino

Teresa de Lauretis, em seu texto “A tecnologia do gênero”, publicado originalmente em inglês em 1987 (e compondo o volume organizado por Heloísa Buarque de Holanda, *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, que veio a público em 1994), concebe considerações a respeito do conceito de gênero e suas relações com o meio social. A autora destaca que, ao longo do tempo, esse conceito estava calcado unicamente na diferença sexual, o que gerou as formações de espaços sociais “gendrados”, reducionismos e estereótipos. Da mesma forma como já fora sinalizado por Simone de Beauvoir, o senso comum, ou a tradição, considera as diferenças entre masculino e feminino como algo derivado exclusivamente do sexo biológico, da socialização e de efeitos discursivos androcêntricos, preso ao patriarcado ocidental e fortemente arraigado na sociedade de modo geral, inclusive entre as mulheres. Em muitos relatos registrados em *A guerra não tem rosto de mulher*, observamos muitas falas que ilustram essa concepção reducionista, como em (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.52): “Isso não era coisa de mulher: odiar e matar. Não era

nosso... Era preciso se convencer. Se persuadir...” (Maria Ivánovna Morôzova [Ivánuchkina], cabo, francoatiradora).

Teresa de Lauretis (LAURETIS, 1994, p. 208) propõe um conceito de gênero que desfaz, que desconstrói a imbricação de gênero e as diferenças sexuais:

[P]ara isso, pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica, que vê a sexualidade como uma tecnologia sexual; dessa forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como autorrepresentação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como as práticas da vida cotidiana.

Assim, os discursos e práticas institucionalizadas, como apontado por Lauretis, é que definem os gêneros dos sujeitos sociais.

Michel Foucault, em sua *História da sexualidade*, formula que a sexualidade na verdade é uma construção na cultura com os ditames de políticos e da classe dominante. Teresa de Lauretis (LAURETIS, 1994, p.208), seguindo a mesma linha foucaultiana, afirma que gênero e sexualidade seriam “[o] conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, retomando as palavras do filósofo. A autora vai além e aponta a tecnologia sexual como algo determinante na definição do conceito de gênero. Fariam parte do conjunto as tecnologias política, social e sexual, que se concretizam no comportamento dos indivíduos, o que levaria, por exemplo, uma das soviéticas a afirmar o que foi citado anteriormente: “Acho que vivi duas vidas: uma como homem, outra como mulher...” (Anônima); e um pai, que ao ir para a guerra, deixa seu filho no comando da família: “Agora você é o mais velho, é um homem, precisa cuidar da sua mãe, das maninhas...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 40 e 192).

A construção histórica das categorias de masculinidade e feminilidade é internalizada ao longo da vida, tanto pelas mulheres, quanto pelos homens, que reproduzem o que as gerações anteriores disseminaram a respeito da hierarquia da sociedade androcêntrica. Teresa de Lauretis argumenta que há uma grande discrepância, uma tensão e um constante deslizamento entre a Mulher como estereótipo (e aqui podemos considerar a concepção psicanalítica, no sentido ontológico) e o outro lado das mulheres como seres sociais, históricos, como sujeitos reais, mas “engendrados”. Desde crianças somos educados, geralmente, sob a égide de que menina pode chorar, mas

meninos não, por exemplo. E crescemos com esses valores orientando nossa visão de mundo, como é possível observar também em um dos testemunhos na obra de Svetlana (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 194).

[F]ui ferida em um bombardeio. Recuperei a consciência no trem e escutei um soldado ucraniano, já idoso, latindo para um jovem: “Mas nem sua esposa no parto chorou como você está chorando agora.” Quando viu que eu tinha aberto os olhos, disse: “Grite, querida, grite. Fica mais fácil. Você pode”. Lembrei da minha mãe e comecei a chorar...

Em “A tecnologia do gênero”, Teresa de Lauretis utiliza como exemplo da internalização dos conceitos de masculino e feminino o preenchimento de formulários, em que são solicitados aos indivíduos a marcação de F ou M; a autora usa uma metáfora interessante: “[A]gora pergunto, isso não é o mesmo que dizer que a letra F assinalada no formulário grudou em nós como um vestido de seda molhado?” E continua: “[O]u que, embora pensássemos estar marcando o F, na verdade era o F que estava se marcando em nós?” (LAURETIS, 1987, p. 220)

Esse “engendramento”, como sugerido por Lauretis, explicaria por que algumas mulheres diferem o que é “coisa de mulher” e o que é “coisa de homem”, e que, quando em posições tipicamente masculinas, elas refletem sobre essa inversão e ficam perplexas com a possibilidade de questionar as convenções sociais mais tradicionalistas, como exemplifica o excerto abaixo (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 256-257):

[M]e puseram para operar o torno, executando um trabalho masculino. [...] Logo fui nomeada primeira apontadora. Mas eu achava pouco, queria ser carregadora. Só que esse trabalho era considerado exclusivamente masculino. [...] Sou uma mulher resistente, forte, mas sei que minha capacidade na guerra era maior do que na vida de paz. Até fisicamente. Sei lá de onde, mas surgiam forças inexplicáveis... [Klávdiya Vassílievna Konoválova, terceiro-sargento, comandante de canhão antiaéreo]

A obra de Svetlana Aleksievitch nos permite saber que o retorno das mulheres que sobreviveram às batalhas na Segunda Guerra aos seus países e a reinserção delas na sociedade não ocorreu de modo tranquilo, menos ainda heroico, como foi, predominantemente, o caso dos homens. Ao contrário, elas eram discriminadas, malvistas por outras mulheres que permaneceram em suas casas, afinal, que tipo de mulher é esse que vai à luta, literalmente? As mulheres na guerra frequentemente eram desejadas pelos homens, pelos esposos das outras, e algumas acabavam se relacionando

intimamente com os militares, o que gerou um desconforto ético e social no retorno das mulheres do *front*, de forma geral, como no exemplo a seguir (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 304):

[C]omo a pátria nos recebeu? Não consigo contar sem soluços... Quarenta anos se passaram, e até hoje meu rosto queima. Os homens se calavam, mas as mulheres... Elas gritavam para nós: “Sabemos o que vocês faziam lá! Com as b... jovens seduziam nossos homens. P... do front. Cadelas militares...” Nos ofendiam de várias maneiras... O vocabulário russo é rico... (Klávdiya S-va, francoatiradora)

Ou seja, as próprias mulheres, que não foram à guerra, viam as combatentes com maus olhos, julgando a todas, indiscriminadamente. Os homens as viam como estranhas por ousarem ocupar os lugares legitimamente masculinos, como poderiam se relacionar com essas mulheres? Casarem-se com elas? Não seriam, possivelmente, submissas aos seus maridos.

Algumas se dispuseram a falar abertamente sobre o que ocorria na guerra em relação ao sexo, como no relato abaixo (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 291):

[V]ocê me pergunta sobre o amor? Não tenho medo de dizer a verdade... Eu era ECC, decifrando, “esposa de campo e campanha”. Esposa de guerra. A segunda. Ilegítima. [...] Quando estavam atirando, fogo aberto, eles te chamavam: “irmãzinha! Irmãzinha!”, mas depois da batalha todos ficavam espreitando... À noite, não tinha como sair do abrigo... Outras meninas falaram disso, ou não admitiram? Acho que ficaram com vergonha... Ficaram caladas... Que orgulhosas! [...] E para os homens é difícil passar quatro anos sem uma mulher... No nosso exército não havia bordéis e também não davam pílulas. Talvez em outros lugares cuidassem disso. Conosco não. Mas não se fala disso... Não é bem aceito. Não... (Sófia K-vitch, enfermeira-instrutora)

É interessante observar como predomina o discurso de que “para os homens é difícil passar quatro anos sem uma mulher”, como se a máxima inversa não pudesse ser verdadeira. As pressuposições tradicionais e culturais de que uma mulher pode ficar muito tempo sem sexo e de que as práticas sexuais masculinas podem ser justificadas apenas fisiologicamente, presentes no relato acima citado, ainda são comuns na nossa sociedade atual.

Enfim, muitas das combatentes soviéticas não foram devidamente condecoradas, outras o foram tardiamente. Outras tantas não tiveram mais família, nem conseguiram constituir uma, ficaram relegadas à solidão e não conseguiram emprego: “Antes da

guerra eu era professora de escola, formada no magistério, e depois da guerra passei a carregar tijolos numa construção. Ah, minha vida... (Valentina Ievdokímovna M-va, mensageira partisan)”. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 359).

O relato a seguir (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 156) é mais um exemplo do que era comum às que retornaram da guerra:

[P]ara quem eu ia dizer que estava ferida, lesionada? Você experimenta dizer, depois quem vai lhe dar um emprego, casar com você? Ficávamos caladas como peixes. Não confessávamos para ninguém que tínhamos lutado no front [...] Depois de trinta anos começaram a nos homenagear... Convidavam para encontros... No começo nos escondíamos, não usávamos nem as medalhas. Os homens usavam, as mulheres não. Os homens eram vencedores, heróis, noivos, a guerra era deles; já para nós, olhavam com outros olhos. Era completamente diferente... Vou lhe dizer, tomaram a vitória de nós. Na surdina, trocaram pela felicidade feminina comum. Não dividiram a vitória conosco. Isso era ofensivo... Incompreensível... (Valentina Pávlovna Tchudáieva, sargento, comandante de canhão antiaéreo)

Algumas das que se casaram depois eram aconselhadas pelos esposos a não falarem sobre a guerra, não revelarem sua atuação no *front*, deixando velado um passado polêmico e não convencional: “Quando você for embora, meu marido vai brigar comigo. Ele não gosta dessas conversas. Não gosta da guerra. Mas ele não esteve na guerra, era jovem, é mais jovem do que eu. (Liubov Zakhárovna Nóvik, enfermeira)”. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 348). Uma dessas mulheres, contando sobre seu casamento e a maternidade, revela ter tido um casal de filhos, a menina nascera com problemas físicos e cognitivos, demorou anos para andar e balbuciar as primeiras palavras e, depois de adulta, foi internada permanentemente em um manicômio. Após dar à luz a menina, o marido a culpou pelo fato de a criança nascer com tais problemas, como vemos no registro de Svetlana (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 305):

[N]ão guardo mágoas do meu marido, há muito tempo o perdoei. Dei à luz minha filha... Ele olhou para nós... Ficou um pouco e foi embora. Saiu dando bronca: “E uma mulher normal vai para a guerra, por acaso? Aprende a atirar? Por isso você não é capaz de ter um filho normal”. Rezo por ele... (Klávdiá S-va, francoatiradora)

Um testemunho interessante é o de uma combatente que esteve ao lado do marido na guerra, que ao ceder suas memórias à autora em entrevista, confessa a

pressão do próprio esposo na noite anterior. O caso é narrado na voz da própria Svetlana:

[E]le era atirador de metralhadora, ela era mensageira. O homem na hora [do depoimento para a autora] mandou a mulher para a cozinha: “Vá cozinhar alguma coisa para a gente”. A chaleira já tinha fervido, os sanduíches já estavam preparados, ela sentou conosco, mas o marido a fez levantar ali mesmo: “Mas cadê os morangos? O nosso presentinho da datcha?”. Depois de meus pedidos insistentes, ele cedeu seu lugar a contragosto, dizendo [para a sua mulher]: “Conte como eu te ensinei. Sem chorar e sem essas ninharias de mulher; que queria ser bonita, que chorou quando cortaram a trança”. Depois ela confessou para mim, sussurrando: “Ele passou a noite estudando comigo um livro de história da Grande Guerra Patriótica [Segunda Guerra Mundial]. Estava com medo por mim. E agora deve estar aflito de que não lembre direito. Não lembre do jeito certo”. Isso aconteceu mais de uma vez, em mais de uma casa (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 21-22)

Pode-se perceber, portanto, que houve um silenciamento imposto, seja pelos maridos, seja pela sociedade de forma mais ampla; por isso, apenas tantos anos após os fatos vividos é que centenas dessas mulheres resolveram compartilhar suas experiências e permitir os registros de suas memórias traumáticas.

A solidão no pós-guerra era comum entre as heroínas do *front*. As que se casaram tiveram que lidar com as mazelas do passado na guerra e suas imbricações com o casamento e a família. Outras, mesmo tentando conduzir a vida normalmente, esbarravam com o desprezo, o abandono, e acabaram relegadas ao afastamento das relações amorosas e até sociais, como outro relato evidencia:

[M]eu comandante deu baixa. Ele veio me encontrar e nos casamos. Registramos no cartório e pronto. Sem casamento. Um ano depois ele foi embora com outra mulher, a chefe do refeitório da nossa fábrica: “Ela cheira a perfume, você fede a botas e trapos”. Agora vivo sozinha. Não tenho ninguém em todo o mundo. Obrigada por ter vindo... [Ekaterina Nikítitchna Sánnikova, sargento, fuzileira] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 293).

Outras nem mesmo tiveram a experiência da união matrimonial e se depararam com uma espécie de ostracismo em sua própria terra: “[A]í a guerra acabou. E eu fiquei sozinha. Eu era a vaca, o boi, a mulher, o mujique. Ai ai ai.” [Anônima] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 322).

Além do não reconhecimento e do mal julgamento da sociedade, as mulheres do *front* também se viram desamparadas pelo Estado e excluídas da memória e história

nacional: “Para nós, velhos, é difícil de viver... Mas não estamos sofrendo por culpa da nossa aposentadoria baixa e humilhante. O que mais nos fere é que fomos expulsas de um passado grandioso para um presente insuportavelmente mesquinho. [Anônima]” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 28).

3.5- Amor e casamento, vida e morte na guerra

Svetlana Aleksiévitich observou, no processo de escuta das testemunhas soviéticas, que “[o] amor é o único acontecimento pessoal na guerra. Todo o resto é coletivo – até a morte. [...] E ainda assim: como era ele, o amor? Ao lado da morte...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 279-280).

Ao se deslocarem para a guerra, as mulheres levavam consigo convicções sobre como deveriam se portar para que não se colocassem em situação de vulnerabilidade sentimental, emocional, numa tentativa de tornar isso possível. É comum lermos livros e assistirmos a filmes que retratam os soldados recordando seus amores, suas famílias a partir de uma fotografia, até mesmo tendo no retrato um incentivo para o retorno com vida aos seus lares; é a clássica representação da relação amor e guerra. Mas os testemunhos reunidos por Svetlana nos mostram uma perspectiva pouco explorada nos relatos de guerra, uma vez que as mulheres, inclusive pelo próprio ineditismo da participação feminina nos combates, narram sobre as relações que eram estabelecidas quase inevitavelmente no contexto bélico. Algumas narrativas exemplificam essas relações, como as que se seguem (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 290-292):

[A]o ir para o *front* cada uma de nós fez um juramento: não teríamos nenhum romance. Se nos mantivéssemos sãs e salvas, tudo aconteceria depois da guerra. E antes não tínhamos tido tempo nem de dar um beijo. Encarávamos essas coisas com mais severidade do que os jovens de hoje. Beijar alguém, para nós, era se apaixonar por toda vida. O amor no *front* era proibido; se os comandantes ficassem sabendo, via de regra, um dos apaixonados era transferido para outra unidade, simplesmente separavam os dois. Nós o protegíamos, guardávamos. Não mantivemos nossos juramentos infantis... Nos apaixonávamos. Acho que se não tivesse me apaixonado na guerra, não teria sobrevivido. O amor me salvou... [Sófia Kríguel, primeiro-sargento, francoatiradora]

[O] segundo comandante do batalhão... Eu o amava, mas ele tinha uma mulher que amava e dois filhos. Me mostrava foto deles. E eu sabia que depois da guerra, se ele saísse vivo, voltaria para eles. [...] Mas, e daí?

Tivemos momentos tão felizes! Vivemos tanta felicidade! [...] Eu sabia que ele não seria feliz sem mim. [...] No fim da guerra eu engravidei. Queria tanto... Mas criei nossa filha sozinha, ele não ajudou. Não mexeu um dedo. Nem um presente, uma carta, um postalzinho. Acabou a guerra, acabou o amor. Como uma canção... Ele foi para a esposa legítima, para os filhos. Deixou uma foto de lembrança. E eu não queria que a guerra acabasse... Dá medo dizer isso... Abrir meu coração... Eu era louca. Estava apaixonada! Sabia que o amor acabaria junto com a guerra. [...] Não tenho para que mentir. Já estou velha. E não me arrependo. [...] Lembro da guerra como a melhor época da minha vida, eu era feliz... Só lhe peço que não ponha meu sobrenome. Por minha filha... [Sófia K-vitch, enfermeira-instrutora]

Algumas dessas relações amorosas se tornavam sólidas a ponto de se realizarem casamentos em meio às batalhas: “Organizamos nosso casamento na trincheira. Antes do combate. E para costurar o vestido branco usei um paraquedas alemão.” [Anônima] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 22). Outra confessa que as relações amorosas na guerra não era um assunto admitido pelos homens, de maneira geral, fazendo parte mais comumente da esfera feminina:

[O] meu marido... Ainda bem que não está aqui, está no trabalho. Ele me proibiu expressamente... Sabe que eu adoro contar do nosso amor... Falar de como costurei meu vestido de noiva a partir de ataduras, em uma noite. [...] Meu marido mandou não dizer uma palavra sobre amor, nadinha, é para falar de guerra. Ele é rígido comigo. Me ensinou no mapa... Passou dois dias me ensinando onde estava cada *front*... Onde estava nossa unidade. [Anastassia Leonídnova Jardétskaia, cabo, enfermeira-instrutora] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 293-294)

Percebemos na citação acima outro exemplo de manipulação do discurso da mulher pelo marido, uma tentativa de controle sobre os assuntos que podem ou não ser tratados durante a entrevista com a autora.

A urgência desses acontecimentos (das uniões matrimoniais, a necessidade de viver cada momento da vida intensamente mesmo em meio ao caos e à barbárie da guerra) evidencia a linha tênue entre vida e morte, que na guerra se torna uma realidade ainda mais pungente.

Vida e morte é uma relação intrínseca ao ser humano, e no contexto de um conflito armado é tão atormentador o medo de morrer, quanto o medo de viver. Em uma das narrativas uma soviética relembra como foi receber a notícia da vitória ao fim da guerra (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 304):

[G]ritaram para nós: Vitória! Anunciaram: Vitória! Lembro do meu primeiro sentimento, alegria. E na mesma hora, no mesmo minuto, medo! Pânico! Como ia continuar a vida? Papai tinha morrido perto de Stalingrado. Meus dois irmãos mais velhos foram dados como desaparecidos no começo da guerra. Sobramos mamãe e eu. Duas mulheres. Como íamos viver? [...] Alegria e medo. Antes tínhamos medo da morte, agora, da vida... Era igualmente assustador. [Klávdiya S-va, francoatiradora]

As combatentes soviéticas, muito jovens, em sua maioria, estavam diante da face da morte sem ao menos ter vivido, como reflete uma testemunha anônima: “Íamos morrer pela vida, e eu ainda não sabia o que era a vida. Só tínhamos lido em livros a respeito de tudo. Eu adorava filmes de amor...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 129).

3.6- Barbárie, vingança e crueldade das mulheres

Apesar das especificidades da presença das mulheres na guerra, como o olhar diferenciado em relação à vida humana, o cuidado com os companheiros, independentemente do gênero, percepções apuradas de detalhes normalmente não mencionados nos relatos masculinos de guerra, há um outro lado que se aplica ao ser humano de modo mais amplo, que é a face da barbárie. Algumas mulheres evidenciam em suas narrativas a crueldade e o sentimento de vingança no contexto de guerra, o que não as excluem da capacidade de praticar o mal.

Ontologicamente, a imagem da mulher é de um ser naturalmente incapaz da barbárie. Todavia, *A guerra não tem rosto de mulher* evidencia também essa característica que é, sobretudo, humana, independente do sexo/gênero. Os relatos abaixo, de duas testemunhas anônimas, seguem a título de exemplo:

[C]apturávamos prisioneiros e levávamos para o destacamento. Mas não fuzilávamos, era uma morte leve demais para eles: nós os esfaqueávamos como porcos, com as baionetas, cortávamos em pedacinhos. Eu ia lá ver... Esperava por isso! Esperava muito tempo pelo momento em que os olhos deles começavam a saltar de dor... As pupilas... O que você sabe a respeito dessas coisas? Eles queimaram minha mãe e minhas irmãs em uma fogueira no meio da aldeia... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 33).

[N]os arredores de Stalingrado havia tantos mortos que os cavalos já não tinham medo deles. Normalmente, eles se assustam. Um cavalo nunca pisa em um morto. Recolhemos nossos mortos, mas havia alemães jogados por toda parte. Congelados... Cobertos de gelo... Eu era motorista, levava caixas

com projéteis de artilharia e escutava os crânios estalando debaixo das rodas... Os ossos... E ficava feliz... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 34).

Sigmund Freud discorre em sua obra sobre a natureza do ódio no ser humano. Em diversos ensaios, Freud analisa a inclinação da humanidade à agressão e ao domínio do outro. O teórico observa que as pulsões de vida e morte são indissociáveis, que estão em constante conflito ao longo da vida. A pulsão de vida, também referida pelo autor como pulsão de autoconservação, seria o instinto de sobrevivência e domínio de um indivíduo em relação aos outros, que o levaria aos atos violentos e a toda forma de crueldade. O ódio, na perspectiva freudiana, seria o representante da pulsão de morte, o primeiro impulso que conduz o ser humano à barbárie.

Ao dissertar sobre a tendência do homem ao mal, Freud não exclui as mulheres e nenhum outro ser, como observa no texto “Por que a guerra?”:

[A] satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista. Esse instinto está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada. Portanto, merece, com toda seriedade, ser denominado instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos representam o esforço de viver. O instinto de morte torna-se instinto destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, destruindo uma vida alheia. Uma parte do instinto de morte, contudo, continua atuante dentro do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização do instinto de destruição (FREUD, [1933 (1932)] 1996, p. 203-204).

Observamos, portanto, que é humanamente possível, de acordo com a teoria psicanalítica freudiana, que as mulheres também carreguem consigo desejos de agressão e destruição tanto quanto um homem. No contexto da guerra é mais compreensível que as mulheres se comportem amiúde de modo cruel, entretanto, não podemos restringir a violência das mulheres apenas a esse cenário, já que pontualmente há registros de crimes cometidos por mulheres ao longo da história em todo o mundo.

O ódio arraigado nos discursos dessas mulheres soviéticas era tamanho que qualquer elemento que lhes remetesse à natureza do inimigo era o suficiente para que reiterassem o seu repúdio. Aglaia Boríssovna Nesteruk, sargento do setor de comunicações, confessa uma aversão inclusive à cultura alemã:

[No] *front* eu não me imaginava lendo de novo os versos de Heine. Do meu querido Goethe. Eu já não conseguia escutar Wagner... Antes da guerra – cresci numa família de músicos –, eu amava música alemã: Bach, Beethoven. [...] Eu não conseguia mais escutar música alemã... Passou muito tempo até que eu voltasse para Bach. Passasse a tocar Mozart. [...] Voltei a segurar um livrinho de Heine dezenas de anos depois da guerra. E a ouvir os discos dos compositores alemães que eu amava antes da guerra... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 365-367).

O trecho acima citado corrobora a célebre afirmação de Theodor Adorno, que pondera que “[a] crítica cultural encontra-se diante do último estágio da dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que se tornou impossível escrever poemas.” (ADORNO, 1998, p. 26). Apesar de a assertiva adorniana se referir aos campos de concentração nazistas, é pertinente também ao contexto dos campos de batalha, onde os horrores da guerra eram o único cenário.

Embora a fala de Nesteruk, testemunha soviética, evidencie a dificuldade de retomada da cultura alemã, presente em sua própria formação, e a despeito da ponderação de Adorno sobre a impossibilidade de representação da catástrofe, a cultura, normalmente, é o meio que tenta dar conta de eventos traumáticos como a guerra, mesmo considerando os impasses entre ética e representação.

Márcio Seligman-Silva e Arthur Nestrovski, em organização da obra *Catástrofe e representação*, publicada no ano 2000, chamam à atenção para os limites e os impasses entre os eventos traumáticos e suas abordagens na literatura. Os desafios da representação da catástrofe da guerra são percebidos nos testemunhos reunidos em *A guerra não tem rosto de mulher*, assim como nos relatos autobiográficos que tratam a violência nos campos de concentração, de trabalho, de extermínio e de batalhas, como exemplificam as autobiografias de Eva Schloss.

Agamben, como já mencionado na introdução desta Tese, observa que um evento como a Segunda Guerra Mundial provoca em suas testemunhas sobreviventes uma incapacidade de racionalizar a experiência traumática, que tem como uma das consequências a inviabilidade de se expressar e elaborar linguisticamente o trauma. Uma das mulheres em *A guerra não tem rosto de mulher* afirma: “Eu? Eu não quero falar... Apesar de que... Enfim... Não é possível falar sobre isso...” [Irina Moissêievna

Lipítskaia, soldado, fuzileira.” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 261). Outra combatente soviética, V. Korotáieva, partisan, assegura: “[T]enho lágrimas em vez de palavras... Como vou me convencer de que é preciso falar disso?” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 309). Anna Pietróvna Kaliáguina, sargento, enfermeira-instrutora, também sinaliza a impotência linguística diante da catástrofe:

[N]ão sei... Não, eu sei o que você está perguntando, mas minha língua não é o suficiente... Minha língua... Como descrever? Preciso... Que... Um espasmo sufoque, como acontece comigo: à noite fico deitada em silêncio e de repente me lembro. Perco o ar. Sinto um calafrio. É assim... Em algum lugar essas palavras existem... É preciso um poeta... Como Dante... (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 260).

O relato acima, quase poético, indica a necessidade da poesia como único meio de expressão capaz de retratar as memórias traumáticas, as experiências de guerra. A literatura e outras artes se colocam, portanto, como salvação para o inefável.

Não obstante, as mulheres guerreiras concluem, afinal, que seus testemunhos precisam ser externalizados e registrados. Uma razão muito comum que leva alguém a testemunhar sobre determinado acontecimento é a consciência da finitude da vida. À medida que o tempo passa, sente-se a necessidade de revelar algo importante, principalmente quando se trata de um fato histórico, como é o caso da atuação de mulheres na Segunda Grande Guerra. Como os documentos oficiais não inseriram essa face da história em seus registros, o valor desses testemunhos os torna ainda mais imprescindíveis. O último relato de *A guerra não tem rosto de mulher* é de Tamara Stiepánovna Umniáguina, terceiro-sargento da guarda, uma enfermeira instrutora. Sobre a capacidade ou habilidade de se narrar as vivências no *front*, ela declara que “[o]utros conseguem, de algum jeito... São capazes. Mas eu não. Eu choro. Porém, é necessário para que isso fique. Precisamos transmitir. Em algum lugar do mundo nosso grito deve ser guardado. Nosso berro...” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 388-389).

Uma curiosidade sobre o título do livro da Svetlana Aleksievitch é que, na versão original, o título é o mesmo, não houve adaptações do russo para o português. Literalmente a tradução poderia ser "Junto à guerra não há rostos femininos/ Junto à guerra não há rostos de mulher". (ВОЙНОВА, Н. Я, et alii. 1989).

Todavia, afinal de contas, o que percebemos é que a guerra tem, sim, muitas faces de mulheres. Essas faces só não foram devidamente representadas pela história dita oficial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as obras em destaque neste estudo, observamos que os relatos autobiográficos possibilitaram para essas mulheres uma reorganização de si, no sentido de busca e (re) encontro de suas identidades. O sujeito mulher se reconstitui, se transforma e se reconfigura através da guerra e através da memória, tanto na escrita de diários, autobiografias quanto nos testemunhos orais, que são os gêneros literários/textuais utilizados pelas autoras em foco nesta pesquisa.

Os livros estudados evidenciam um rompimento da visão estereotipada das mulheres e mostram uma nova perspectiva da guerra, sob o olhar feminino, que até então havia sido escamoteado e silenciado pela História oficial, como pontua Mary Louise Pratt na obra *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*: “Em boa parte da história elas foram simplesmente excluídas e, quando estiveram presentes, surgiram como figuras isoladas e sem voz.” (HOLLANDA, 1994, p. 127)

Embora as mulheres na Segunda Guerra Mundial não tenham sido devidamente representadas historicamente, a literatura surge como uma possibilidade de representação desses sujeitos, que, como pudemos averiguar, foram protagonistas de inúmeras formas durante esse período.

Nesse sentido, a função da escrita de si, da literatura de maneira geral, se configura como algo fundamental, como já apontaram diversos teóricos da área, como Terry Eagleton, Antoine Compagnon, Antonio Candido, além daqueles mencionados no capítulo introdutório desta Tese e outros vários.

Antes mesmo de reiterar o papel da literatura na sociedade e na representação das mulheres que vivenciaram a guerra, é importante reafirmarmos o valor dos textos em pauta como literários. As autobiografias analisadas nesta Tese assumem sua devida relevância literária, já que, como sabemos, todo processo de escrita memorialística é perpassado por algum grau de ficcionalização, aquilo que preenche os *gaps* da memória. Para Eagleton, em *Teoria da literatura – uma introdução* (2006):

[A]lguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. Sob esse aspecto, a produção do texto é muito

mais importante do que o seu nascimento. O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram. Se elas decidirem que se trata de literatura, então, ao que parece, o texto será literatura, a despeito do que o seu autor tenha pensado. (EAGLETON, 2006, p.13)

A Literatura está, portanto, a serviço da representação estética das mazelas sociais e até mesmo dos desastres da vida humana, incluindo as memórias traumáticas, como as de guerra destacadas nesta pesquisa. Para Alfredo Bosi:

[É] neste sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente. (BOSI, 2002, p. 135).

O ato de recordar, repetir e elaborar as experiências traumáticas através da literatura constitui uma possibilidade de alívio do sofrimento psíquico, ainda que esse seja em si mesmo um ato sofrido, doloroso, por retomar as lembranças da violência.

De todo modo, o papel da Literatura se faz inquestionável. Para Compagnon, a literatura possui uma função social, formadora e comprometida com valores éticos e morais. Em sua obra *Literatura para quê?* (2009), o teórico levanta algumas questões acerca da literatura, como por exemplo: “Quais valores a literatura pode criar e transmitir ao mundo atual? Que lugar deve ser o seu no espaço público? Ela é útil para a vida? Por que defender sua presença na escola? Há realmente coisas que só a literatura pode nos oferecer? A literatura é indispensável, ou ela pode ser substituível?” (COMPAGNON, 2009, p. 20), e, na sequência defende seu ponto de vista e argumenta sobre a literatura ser imprescindível à humanidade.

Para o autor, fazendo uma análise da literatura nos eixos histórico, crítico e teórico, a literatura além de possuir um poder moral, remetendo à mimesis aristotélica, também funciona como remédio que concede autonomia ao leitor, tornando-o insubmisso frente a posicionamentos totalitários, o que seria uma função política (e aqui se enquadram as obras de Anne Frank, Eva Schloss e Svetlana Aleksievitch); a literatura corrige a linguagem humana servindo de “modelo” de construção linguística; e ainda, a

literatura serve para distrair o homem, mas não de forma “anódina”, há sempre algo por traz desse prazer, dessa ludicidade, dessa distração.

Embora Compagnon aponte para uma literatura de cunho formativo, social e deontológico, o autor também sinaliza as “fragilidades” que assolam a literatura, como o escasso espaço reservado à disciplina nas escolas, a “concorrência” com o cinema e outras artes, o audiovisual e o digital. Apesar da assertiva do teórico, é importante ressaltar que as representações artísticas da Segunda Guerra Mundial são complementares e igualmente relevantes, especialmente as abordagens cinematográficas, a fotografia e os monumentos que privilegiam a estética dos escombros.

Outros críticos também vão na mesma direção que Antoine Compagnon sobre a importância da permanência da literatura e sua missão social, como Antônio Candido, em seu texto “A literatura e a formação do homem” (2002), em uma analogia mais imediata a ser feita em relação ao texto “Literatura para quê?”, e Tzvetan Todorov, em sua obra “A literatura em perigo” (2009).

Candido, em seu texto acima citado, retoma a função humanizadora da literatura, especificamente em seu potencial de ratificar a humanidade do homem. Todorov assume a mesma postura diante da literatura e assinala também algumas das fraturas da literatura na sociedade (como as apontadas por Compagnon), fazendo uma reflexão, por exemplo, sobre “a literatura reduzida ao absurdo”, a literatura como algo diminuído e a disciplina estrangulada no contexto escolar. Ainda em diálogo com Antonio Candido, além desse crítico defender a literatura como fonte de instrução aos homens em seu texto acima referido, aborda o mesmo tema em “O direito à literatura”, um capítulo de sua obra *Vários escritos* (primeira edição em 2004); nesse texto, Candido coloca a literatura como “um bem incompressível”, como uma espécie de componente dos Direitos Humanos. O autor elabora, no mesmo ensaio, o seu conceito de “fabulação”, em que propõe que ninguém é capaz de viver o tempo todo sem se entregar de algum modo e em alguns momentos ao universo fabulado, seja através do contato com a própria escrita ficcional, seja através de leituras cotidianas de jornais, histórias em quadrinhos e mesmo da oralidade, como causos e anedotas, telenovelas e outros. Candido sugere que “talvez não haja equilíbrio social sem a literatura... desse modo, ela é fator indispensável de humanização” (CANDIDO, 2011, p.177).

Em *O diário de Anne Frank*, podemos observar algumas dessas funções da literatura elencadas por Candido, que se aproximam em muitos aspectos daquelas sugeridas por Lejeune na introdução desta pesquisa em relação à função do gênero diário íntimo. A jovem autora se utiliza da escrita diarística para organizar sua rotina enclausurada, mas também escreve cartas, contos e até iniciou um romance como forma de evasão da realidade aniquiladora a que estava submetida. Temos, aqui, um exemplo do conceito de fabulação.

Nas autobiografias de Eva Schloss encontramos o testemunho como escopo das obras. Por meio do testemunho, seja ele escrito, como o fez Eva, ou falado, como fizeram as soviéticas entrevistadas por Svetlana Aleksievitch, o sobrevivente envia sinais de resistência e, também, de apelo ao outro. São sinais de uma vida que esteve diante da morte, mas que resiste através da busca de uma representação estética que se constrói pela escrita, porque testemunhar é tentar dar voz aos momentos de impotência e silêncio, é também uma tentativa de equilíbrio psíquico e social, como supõe Candido.

O testemunho tem, para Márcio Seligmann-Silva (*História, memória, literatura, o testemunho na Era das catástrofes*, 2003), uma função educacional, ele dá um rosto à testemunha tirando-a do anonimato. O relato de “teor testemunhal”, expressão do mesmo autor, viabiliza a possibilidade de endereçá-lo a alguém: contar a história e ser ouvido (lido, nos registros (auto) biográficos), e reconhecidos, seja em um espaço clínico ou em um ambiente informal que aceite e compartilhe a literalidade, a ausência de ordem cronológica e a dor proveniente do acontecimento traumático. Além, obviamente, do espaço jurídico, que legitima o testemunho de uma testemunha. É o reconhecimento, pelo outro, das luzes intermitentes, dos lampejos provenientes da narração testemunhal que permitirá as conexões entre os fragmentos, as fraturas do sujeito.

A literatura que assume a tarefa de recolher os restos e decifrar os rastros, como a de Svetlana Aleksievitch, insurge-se contra a tendência dos regimes autoritários de apagar os vestígios dos crimes por eles cometidos contra a humanidade, além de trazer à baila cenas que fogem ao que é comumente retratado nas narrativas de guerra, sob a perspectiva das mulheres que atuaram nesse contexto. Tanto em *A guerra não tem rosto de mulher*, quanto nas demais publicações da autora, ela se utiliza da oralidade como estratégia de reivindicação de outras vozes.

É importante ressaltar que houve censura durante o processo de coleta das entrevistas, inclusive pelos próprios maridos das testemunhas, como vimos no capítulo dedicado ao livro de Aleksievitch, e também na busca pela edição e publicação da obra. Os editores questionavam o valor e a (não) necessidade de narrativas de guerra contadas por mulheres. De acordo com alguns desses editores, a História sempre foi muito bem contada e registrada pelos homens.

É importante pensarmos que as autoras em pauta nesta pesquisa buscaram e consolidaram um espaço legítimo para suas narrativas. A criação de um “espaço para narrar”, em que essas vozes que foram silenciadas podem ser ouvidas, é algo frequente nos textos (auto) biográficos. Em *É Isto um Homem?* (1947), obra de Primo Levi, um dos maiores narradores da *Shoah*, o autor se recorda de como descobriu, para seu espanto, que a maioria dos prisioneiros de Auschwitz tinha um mesmo sonho, em que após a guerra, ao sobreviverem quase milagrosamente ao campo de concentração, estão em casa, contando suas experiências terríveis para amigos e familiares quando, de repente, percebem que os ouvintes estão completamente indiferentes, alheios aos relatos das testemunhas e entediados, conversando entre si como se o sobrevivente nem mesmo estivesse ali, ou que as pessoas simplesmente houvessem abandonado a mesa e ido embora. Primo Levi então reflete sobre o sofrimento que se traduz constantemente em sonhos, em cenas sempre repetidas da narração que os outros não escutam.

Em outras obras da literatura sobre a *Shoah*, essa ausência de um ouvinte que se dispõe e se solidariza também aparece, como em alguns poemas de Paul Celan, em que o poeta retrata situações de recusa dos ouvintes. Então, a testemunha deseja um ouvinte compassivo, com quem ela possa compartilhar esse trauma vivido e tentar elaborá-lo da forma menos trágica possível.

Portanto, é imprescindível que haja a criação e a permanência desse espaço para narrar, seja através da literatura, seja através de outras artes, como o cinema, e também através da reescrita da História. O importante é que esse espaço se faça cada vez mais frequente na academia e na sociedade como um todo.

Em relação às várias possibilidades de representação estética, é relevante ainda considerarmos a fotografia e os monumentos como formas importantes para que as memórias permaneçam e se façam sempre presentes para as gerações seguintes. Tanto

na obra de Anne Frank, quanto nos livros de Eva Schloss, a fotografia aparece como complemento aos textos. Em *O diário de Anne Frank*, essa foi uma tarefa do pai, Otto Frank, e dos demais editores, que selecionaram os registros fotográficos da família, especialmente os da jovem Anne. Nas autobiografias de Eva Schloss, a própria autora realizou a seleção, já que não se tratam de obras póstumas, como *O diário de Anne Frank*.

Novamente recorremos às reflexões de Márcio Seligmann-Silva (2003), que relaciona arte e testemunho. O autor avalia que a fotografia está a serviço da memória, todavia, na “era das catástrofes” há uma precarização das imagens, uma espécie de “estética da ruína, que tenta suprir uma falta. Da mesma forma ocorre no que podemos pensar como uma literatura dos escombros, a que busca os vestígios através dos restos, como de fato são as escritas de si que lidam com memórias traumáticas.

Já em relação aos monumentos, fazem parte da cultura de modo sistemático, e são particularmente abundantes aqueles que remetem às memórias da Segunda Guerra Mundial. Andreas Huyssen, em seu texto denominado “Monumentos e memória do Holocausto numa idade da mídia”, assinala que

[o] monumento, o memorial, e o museu do Holocausto seriam o instrumento que Franz Kafka gostaria de que a literatura fosse, quando afirmou que um livro deve ser o machado para o mar congelado dentro de nós. Precisamos do monumento e do livro para evitar que o mar congele. (HUYSSSEN, 2000, p. 86)

Tanto a literatura, o cinema, a fotografia, quanto os monumentos, são expressões artísticas onde cabem também as memórias do trauma de guerra. Comportam ética e estética das representações. Os monumentos, memoriais e museus são componentes importantes do conceito de lugar de memória, tal como proposto por Pierre Nora. As vozes de grupos marginalizados, como as mulheres que vivenciaram a guerra, precisam também desses espaços de memória para serem legitimadas pela História.

Enfim, estamos diante de obras literárias, de escritas de vidas que dialogam entre si em relação ao contexto histórico referente ao totalitarismo instaurado durante a Segunda Guerra Mundial. Podemos observar, ao longo deste estudo, que as autoras se utilizaram da escrita memorialística não apenas como forma de representação estética

de suas próprias identidades, mas também como modo de resistir e reescrever a História oficial desse período.

Percebemos ainda que os sujeitos escritos e inscritos nas obras em análise constituem parte de grupos sociais representados nas memórias dessas mulheres, que se configuram como memórias individuais e coletivas, simultaneamente.

Observamos também que a escrita de mulheres, a partir dos livros selecionados para este trabalho, possibilita uma visão particular do ponto de vista feminino em relação à guerra, contrastando, assim, com as histórias quase sempre heroicas narradas pelos homens. São mulheres que ocuparam diferentes posições sociais durante esse período e que trataram das mesmas temáticas, com questões parecidas em alguns sentidos, especialmente aquelas relacionadas ao corpo e a condição das mulheres na sociedade, que antes eram limitadas às funções tradicionais, tal qual descrito por Virgínia Woolf como a figura de um “anjo do lar”.

4.1- Visitas a outros lugares de memórias sobre a Segunda Guerra Mundial na Europa

Fotografia 42. HMS Belfast (navio bombardeiro que navegou durante a guerra, atualmente um museu flutuante, ancorado às margens do rio Tâmesa, em Londres.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 43. Fachada do Imperial War Museum/Londres.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 44. Tanque de guerra exposto no IWM/Londres.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 45. Pôster com os dizeres: “Faça chá, e não Guerra”, exposto no IWM/Londres.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 46. Entrada do Museu da Libertação de Paris.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 47. Pôsteres em exposição no Museu da Libertação de Paris.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 48. Fachada do Museu DDR (Deutsche Demokratische Republik)/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 49. Visita ao acervo do Museu DDR, que retrata a vida na antiga Alemanha Oriental/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 50. Memorial dos judeus mortos na Europa, também conhecido como Memorial do Holocausto/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 51. Memorial do Holocausto, parte externa/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 52. Memorial do Holocausto, parte interna/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 53. Fachada do Museu Topografia do Terror/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 54. Museu Topografia do Terror, parte interna/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 55. Museu Topografia do Terror, local onde era sediada a Gestapo (Polícia secreta do nazismo)/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 56. Museu Topografia do Terror, área externa, onde se localiza parte do que restou do Muro de Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 57. Entrada do Museu Stasi, memorial referente ao sistema político da antiga Alemanha Oriental /Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 58. Museu Stasi



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 59. Museu Stasi. Pôster com os dizeres “fechamos os portões da Stasi” e tijolos utilizados à época/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 60. Igreja bombardeada durante a Segunda Guerra Mundial/Berlim.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 61. Visita ao Museu Fábrica de Oskar Schindler/Cracóvia.



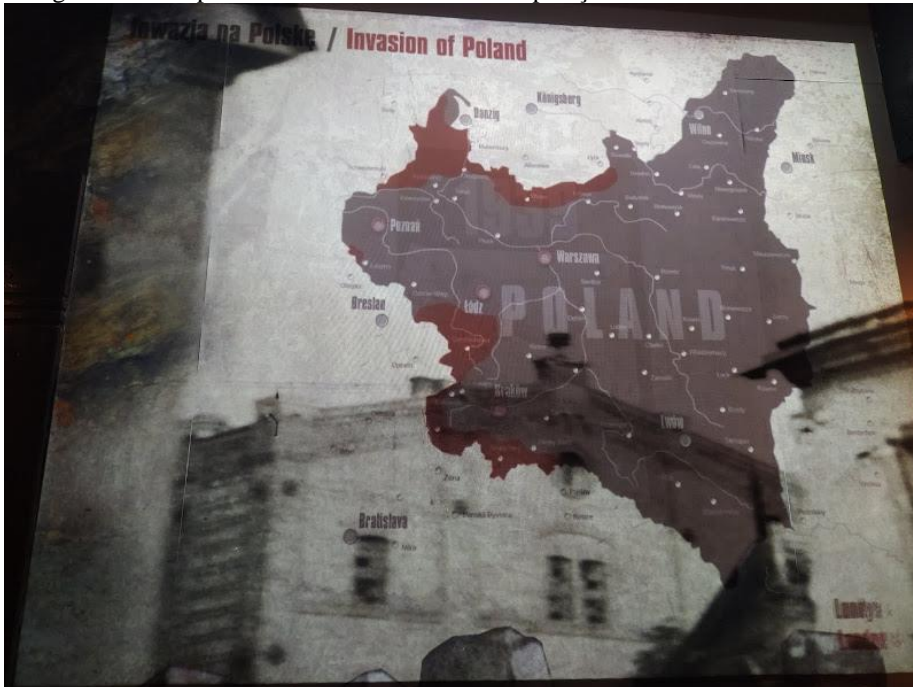
(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 62. Homenagem a Oskar Schindler/Cracóvia.



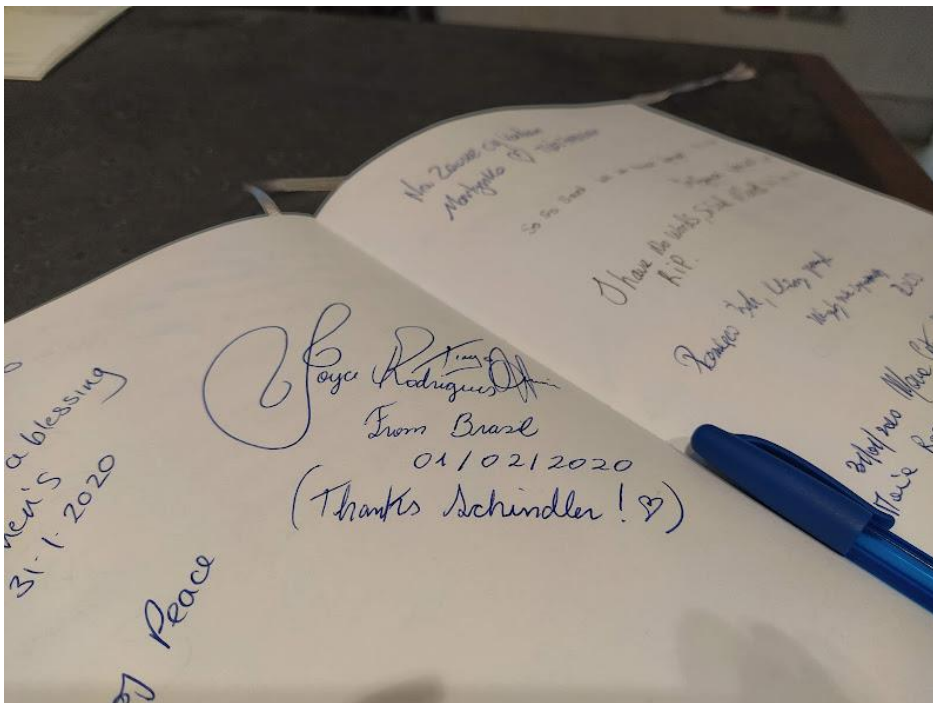
(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 63. Mapa da invasão da Polônia em exposição no Museu Fábrica de Oskar Schindler/Cracóvia.



(Acervo pessoal da autora/2020)

Fotografia 64. Assinatura no livro de visitantes do Museu Fábrica de Oskar Schindler/Cracóvia.



(Acervo pessoal da autora/2020)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Denise Borille de. Fronteiras de identidades: a escrita do eu em ‘O diário de Anne Frank’. *Anuari de Filologia. Literatures Contemporànies*. Barcelona, v. 6, 2016, p. 63-70. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/AFLC/article/view/AFLC2016.6.7>>. Acesso em: 30 mar 2019.

ABREU, Denise Borille. Uma voz de mulher na terra de ninguém: sobre a oralidade nas narrativas de guerra escritas por mulheres. In: SOARES, Leonardo Francisco (org). *Na literatura, as guerras*. 1. ed. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021.

ABREU, Denise Borille. *Nas tramas do trauma: as mulheres, a guerra e a escrita feminina em literaturas de língua portuguesa*. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_AbreuDB.pdf Acesso em: 20 dez 2021.

ABREU, Denise Borille. *No Woman’s Land? Women’s Writings and Historical Representation in World War I*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP7LQENE/1/dissertacaodeniseborilledeabreu.pdf> Acesso em: 20 dez 2021.

ADORNO, Theodor. W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção. Homo sacer II*. Trad. Iraci D, Poleti. São Paulo, Boi tempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer, o poder soberano e a vida nua, I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. Trad. Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2010.

ARISTÓTELES. Poética. *In*: Coleção Os Pensadores. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ÁVILA, Myriam. O diário e a diáspora. *IPOTESI*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 235-240, jan./jun. 2011.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Alain M. Mozart, Mário Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1993.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. Trad. Alain M. Mozart, Mário Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocados: o feminismo e alguns destinos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, W. Para uma crítica da violência. *In*: BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. Trad. Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERND, Zilá. *Por uma estética dos vestígios memoriais: releitura da literatura contemporânea das américas a partir dos rastros*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

BHABHA, Homi. Locais da cultura. *In*: BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 19-42.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOGAERT, Catherine; LEJEUNE, Philippe. *Un journal à soi: histoire d'une pratique*. Paris: Textuel, 2003.

BORGES FILHO, Ozíris. *Espaço e Literatura: introdução à topoanálise*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

BORGES FILHO, Ozíris. *Poéticas do espaço literário*. São Carlos: Clara Luz, 2009.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da memória*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

БОЙНОВА, Н. Я, et alii. 1989. [Dicionário de língua russa].

BUENO, Wilson. Poética dos diários. *Revista trópico*. Disponível em: <http://www.revista-tropico.com.br/tropico/html/textos/2961,1.shl>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRANDÃO, Ruth Silviano. *Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

CANDIDO, Antônio. A Literatura e a formação do homem. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

CANDIDO, Antônio. O direito à Literatura. In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

CÁRCAMO, Sílvia. Infância e memória. In: GONZÁLES, Elena. COSER, Stelamaris. Org. *Em torno da memória: conceitos e relações*. Porto Alegre: Editora Letral, 2017.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 1999.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASTELLO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro: Casa-Maira Editorial, 1989.

CHAVES, Luiza Santana. *Entre o (in)dizível, o (in)visível e o (in)vivível: imagens da dor e do mal em Jorge Semprún*. 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-9RTEXX/1/tese_vers_o_final.pdf Acesso em: 20 dez 2021.

CORNELSEN, Elcio; BURNS, Tom (org.). *Literatura e guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CORNELSEN, Elcio. Totalitarismo. *Literatura e Autoritarismo*. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num14/art_10.php. Acesso em: 18 Fev 2022.

CORNELSEN, Elcio Loureiro; JAECKEL, Volker (org.). *Memórias da Segunda Guerra Mundial: imagens, testemunhos e ficções*. Rio de Janeiro: Editora Jaguaritica, 2019.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DIDIER, Béatrice. *Le journal intime*. Paris: PUF, 1991.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: Record, 2016.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/res-ource/view.php?id=105118>. Acesso em 18 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GASPARINI, Phillipe. Autoficção é o nome de quê? In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org). *Ensaaios sobre a autoficção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

GALLE, Helmut (et al.) (Orgs.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; FAPESP; FFLCHUSP, 2009.

GINZBURG, Jaime. Impacto da violência e constituição do sujeito: um problema da teoria da autobiografia. In: GALLE, Helmut (et al.) (Orgs.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; FAPESP; FFLCH-USP, 2009, p. 123-131.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*. Porto Alegre, RS, v. 3, n. 3, p. 1-6, 2008.

GONZÁLES, Elena. COSER, Stelamaris. Org. *Em torno da memória: conceitos e relações*. Porto Alegre: Editora Letral, 2017.

GUIMARÃES, José Carlos. Harold Bloom contra os “Iemmings”. *Jornal Opção*. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/harold-bloom-contra-os-lemmings-12788/>. Acesso em 30 mar 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*; Organização Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.

HUYSSSEN, Andreas. Monumentos e memória do holocausto numa idade da mídia. In: HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. trad. de Sergio Alcides, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 67-88.

JENSEN, Meg. *Life Writing: The Spirit of the Age and the State of the Art*. Newcastle-Upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2009.

JENSEN, Meg. “The Writer’s Diary as Borderland: The Public and Private Selves of Virginia Woolf, Katherine Mansfield, and Louisa May Alcott.” *Life Writing*. London: Taylor and Francis, 2012, p. 315-325.

JOLLY, Margaretta, JENSEN, Meg. *We Shall Bear Witness: Life Narratives and Human Rights*. Madison: University of Wisconsin Press, 2014.

KANZEPOLSKY, Adriana. Diários e memória. In: GONZÁLES, Elena. COSER, Stelamaris. Org. *Em torno da memória: conceitos e relações*. Porto Alegre: Editora Letral, 2017.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítico da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEJEUNE, Philippe; NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova: revista de cultura e política*. 2004. p. 45-68. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf>. Acesso em: 18 fev 2019.

MORAES, Marcia; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Editorial (sobre o termo “comemorar”). *Fractal: Revista de Psicologia*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/ZpvLZQy44ns9r5GcqDJ7jHR/?lang=pt> Acesso em: 20 dez 2021.

NESTRÓVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dezembro de 1993.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org). *Ensaaios sobre a autoficção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da Memória e do Esquecimento na História. *Letras*, nº 22: *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria/RS, p. 79-95, jan. /jun. 1991.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>; Acesso em: 18 Fev. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

PRATT, Mary Louise. Mulher, literatura e irmandade nacional. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 127-157.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: da cultura da memória à guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAUNDERS, Max. *Self Impression: Life-Writing, Autobiografiction, and the Forms of Modern Literature*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SCHLOSS, Eva; KENT, Evelyn Julia. *A história de Eva*. Trad. Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHLOSS, Eva. *Depois de Auschwitz: a história real e emocionante da meia-irmã de Anne Frank que sobreviveu ao Holocausto*. Trad. Amanda Moura. São Paulo: Universo dos Livros, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

SILVA, Evaldo Balbino da. *Entre a santidade e a loucura: a mulher escrita na bagagem poética de Adélia Prado*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

SULEIMAN, Susan Rubin. *Crises da memória e a Segunda Guerra Mundial*. Trad. Jacques Fux e Alcione Cunha da Silveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Trad. Egon O. Rangel e Enid A. Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Editorial Paidós, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. Tradução de Joana Angélica D. Melo. São Paulo: Arx, 2002.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WOOLF, Virginia. *As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VIANA, M. J. M. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACHUGAR, Hugo. O lugar da memória. A propósito de monumentos (motivos e parênteses). In: ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. Lyslei Nascimento, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 167-183.

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. trad. de Lyslei Nascimento, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ACHUGAR, Hugo. Sobre relatos, memórias, esquecimentos e ouvidos. Permanências e mudanças na cultura latino-americana. In: ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. trad. de Lyslei Nascimento, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 139-183.

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p. 6681.

Aletria. *Revista de Estudos de Literatura*. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, mai./ago. 2013. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/23_4; acesso em: 03 jul. 2019. [dossiê “Memórias de guerra”; org. Elcio Loureiro Cornelsen, Tom Burns e Volker Jaeckel].

AMORIM, Elisa; CORNELSEN, Elcio; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Imagem e Memória*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2010.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe, Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.

- BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos, Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BURNS, Tom; CORNELSEN, Elcio Loureiro; JAECKEL, Volker; VIEIRA, Luiz Gustavo Leitão (orgs.). *War and Literature: Looking Back on 20th Century Armed Conflicts*. Stuttgart: ibidem, 2014.
- BURNS, Tom; CORNELSEN, Elcio Loureiro; JAECKEL, Volker; VIEIRA, Luiz Gustavo Leitão (orgs.). *Revisiting 20th Century Wars: New readings of modern armed conflicts in literature and image media*. Stuttgart: ibidem, 2012.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro. A literatura de testemunho e os limites da linguagem. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 114-130.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro. O testemunho na chave do trauma: aspectos teóricos. In: UMBACH, Rosani Ketzer; CALEGARI, Lizandro Carlos (orgs.). *Estética e política na produção cultural: as memórias da repressão*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM; PPGL, 2011, p. 9-30.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro; VIEIRA, Elisa Maria Amorim; QUIJADA, Gonzalo Leiva (orgs.). *Em torno da imagem e da memória*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2016.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro; VIEIRA, Elisa Maria Amorim; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Imagem e memória*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.
- FIGUEIREDO, Eurídice. Apresentação. *A escrita feminina e a tradição literária*. Niterói: EDUFF: ABECAN, 1995. p. 7-11.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção, autoficção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- FIGUEIREDO, Eurídice. Os arquivos do mal: memória, esquecimento e perdão. In: FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017, p. 13-40.
- FILIPOVIC, Zlata. *O diário de Zlata: a vida de uma menina na guerra*. Trad. Antônio de Macedo Soares e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *O Sujeito e o Poder*. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Entre moi et moi même (Entre eu e eu mesmo) (Paul Ricoeur) In: GALLE Helmut et al. *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Anablume; FAPESP, FFLCH, USP, 2009. p. 133-139.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34 LTDA, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004, p. 83-92.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Edusp, 2012.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (org.) *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

GUERRA, Lucia. *La mujer fragmentada*. Santiago: Cuarto Propio, 1995.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. *Entre reescritas e esboços*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2010.

HAY, Louis. *A montante da escrita*. Trad. José Renato Câmara. Rio de Janeiro: Fund. Casa de Rui Barbosa, 1999.

LIMA, Maria Celina Peixoto. *A escrita adolescente como cena dos impasses do feminino*. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482007-000100004. Acesso em: 17 fev. 2019.

LIMA, Nádia Laguárdia de; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. *A escrita íntima na puberdade: a tessitura de um véu no encontro com o feminino*. Disponível em: http://www.isepol.com/asepha-llus/numero_08/artigo_05_port.html. Acesso em: 17 fev. 2019.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. Grafias de coisas, grafias de vida. In: MARQUES, Reinaldo M.; SOUZA, Eneida Maria de (org.). *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 327-350.

- MARQUES, Reinaldo Martiniano. *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Viver para contar*. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MARTINS, Maurício Vieira. *Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário*. *Rev. bras. Ci. Soc.* São Paulo. 2004.
- MOREIRAS, Alberto. A aura do testemunho. In: MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latinoamericanos*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 249-282.
- NASCIMENTO, Lyslei. *Despertar para noite e outros ensaios sobre a Shoah*. Belo Horizonte: Quixote + Do Editoras Associadas, 2018.
- OLMI, Alba. *Memória e memórias: dimensões e perspectivas da literatura memorialista*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- PROSE, Francine. *Anne Frank: A história do diário que comoveu o mundo*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.
- QUEIROZ, Vera. Sujeito, subjetividade, gênero. In: *Crítica literária e estratégias de gênero*. Niterói: Eduff, 1997. p. 103-156.
- RICHARD, Nelly. *Masculino/Femenino*. Prácticas de la diferencia y cultura democrática. Santiago: Zegers, 1993.
- SARMENTO-PANTOJA, Augusto; CORNELSEN, Elcio Loureiro; SARMENTO-PANTOJA, Tânia (orgs.). *Literatura e cinema de resistência: novos olhares sobre a memória*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.
- SARMENTO-PANTOJA, Augusto; OLIVEIRA, Maria Rita Duarte de; SOUZA, Rosângela do Socorro Nogueira de; CHABABO, Rubén (orgs.). *Memória e resistência: percursos, histórias e identidades*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.
- SARMENTO-PANTOJA, Tânia (org.). *Arte como provocação à memória*. Curitiba: Ed. CVR, 2014.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, v. 20, n. 1, Rio de Janeiro, p. 65-82, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3 – 20, jan. / jun. 2010
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, n. 30, São Paulo, p. 71-98, jun. 2005. Disponível em:

[http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04Artg-\(Marcio\).pdf](http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04Artg-(Marcio).pdf); Acesso em: 08 jul. 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco (org.). *Escritas da violência*. vol. I: O testemunho. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SOUZA, Eneida Maria de. *Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

UMBACH, Rosani Ketzer (Org.). *Memórias da Repressão*. Santa Maria, RS: UFSM, PPGL-UFSM, 2008.

ANEXO A -- ENTREVISTA COM EVA SCHLOSS

A entrevista que se segue foi realizada de modo virtual, via e-mail, com a autora Eva Schloss, que gentilmente se dispôs a responder algumas questões sobre sua vida e obra, contribuindo, dessa forma, para que o trabalho de pesquisa sobre suas autobiografias pudesse ser complementado pela sua própria “voz” escrita. Primeiramente, as perguntas estão em sua versão original, em inglês. Na sequência, encontra-se a versão traduzida por mim para o português.

INTERVIEW WITH EVA SCHLOSS

1- You published your first autobiography in 1988 and, in 2013, published a second one. What motivated you to write a new edition of your story?

ES: I actually wrote 3 books. The second is called *The Promise*, it is about what my father promised to my brother. It is a book for young people. Very meaningful and my favourite. TRY TO GET IT. The third book I was commissioned by the publisher and I really did not want to do it at first.

2- You had to run away from Austria, your homeland, passing through Belgium before settling down with your family in Amsterdam. Then, you were deported to Poland until the Soviets freed Auschwitz, when you made a journey through Russia and other European countries until you returned to The Netherlands. Later, you settled in England by choice. What impact of these forced displacements on your life and why was London your chosen “adopted” land?

ES: That is a very complicated question. All my experiences changed not only my life but also my character. I was an easy going child, very happy, uncomplicated, not interested in learning or studying, but sporty and fun. I became withdrawn shy and sad. But in the camp, tough and determined to live and never giving up. After the war I became shy and withdrawn. I had lost all my confidence, but determined to get

married and have a family. I never spoke about my experience till 1986. After a while I got back my original character, but became also quite intellectual. England was not my choice, but my husbands, as he got a good job there. He really wanted to go back to Israel but I did not.

3- What are the impasses when writing your memories so long after having lived your experiences of war? At some point during writing, did you find yourself facing the border between autobiography and fiction?

ES: As I had never talked about my experiences, it was like engraved in my memory. I saw everything all the time in my memory in front of me, so it was very easy to write about it.

4- What is your relationship with literature in general? Have you had any inclination towards literary production in other genres, those that are properly fictional?

ES: I have become a fanatical reader, when before the war I hated Reading, but I have no inclination to write more. However, I have an enormous correspondence with friends and fans all around the world.

5- Do you think that the practice of writing your traumatic experiences, the elaboration of facts through autobiographies, worked as a therapeutic resource for a possible overcoming of memories of violence?

ES: I think in general, speaking about problems or experiences of all kinds is very important to digest the things which have happened to you, or what is bothering you and causing you problems. When I give talks in the US I always get ask: Did you have had counselling after the war? No, of course not, that was not an option in Europe in the 1940sh. But I know now that if I would have had help, than it would not have taken me 40 years to accept my suffering.

6- In your first book, you dedicate two chapters to your mother's writing, and also a post scriptum. So, I would like to know why did you include these texts in your autobiography? Was it a way of giving Mutti a voice?

ES: Of course my Mother's story was an important part of my story because had she not survived, I certainly would not have made it. So when my editor read the book he suggested that my Mother should write her own experiences which were of course even more detailed. Than I had written.

TRADUÇÃO

1- A senhora publicou sua primeira autobiografia em 1988 e, em 2013, publicou uma segunda. O que a motivou à redação de uma nova edição de sua história?

ES: Na verdade, escrevi três livros. O segundo se chama *A Promessa*, é sobre o que meu pai prometeu ao meu irmão. É um livro para jovens. Muito significativo e meu favorito. Tente consegui-lo. O terceiro livro foi encomendado pela justiça e eu realmente não queria fazer no começo.

2- A senhora precisou fugir da Áustria, sua terra natal, passando pela Bélgica até se estabelecer com sua família em Amsterdã. Depois foi deportada para a Polônia até que os soviéticos libertaram Auschwitz, quando fizeram uma jornada pela Rússia e outros países europeus até chegar de volta à Holanda. Posteriormente se estabeleceu na Inglaterra por escolha própria. Qual (ou quais) o (s) impacto (s) desses deslocamentos forçados em sua vida e por que Londres foi sua terra “adotiva” escolhida?

ES: Essa é uma pergunta muito complicada. Todas as minhas experiências mudaram não só a minha vida, mas também o meu caráter. Eu era uma criança tranquila, muito feliz, mas não era interessada em aprender ou estudar, era mais esportiva e divertida. Eu me tornei retraída, tímida e triste. Mas no campo, estava determinada a viver e nunca desistir. Depois da guerra eu me tornei tímida e retraída, eu tinha perdido toda a minha autoconfiança, mas estava determinada a me casar e ter uma família. Nunca falei da minha experiência até 1986. Depois de um tempo voltei a ter minha personalidade

original, e também me tornei bastante intelectual. A Inglaterra não foi minha escolha, mas do meu marido, pois ele conseguiu um bom emprego lá. Ele realmente queria voltar para Israel, mas eu não.

3- Quais os maiores impasses ao escrever suas memórias tanto tempo após ter vivenciado suas experiências de guerra? Em algum momento durante a escrita se viu diante da fronteira entre autobiografia e ficção?

ES: Como eu nunca tinha falado sobre minhas experiências, foi como gravado em minha memória. Eu via tudo o tempo todo na minha memória, na minha frente, então foi muito fácil escrever sobre isso.

4- Qual sua relação com a literatura de modo geral? Já teve alguma inclinação para a produção literária em outros gêneros, aqueles propriamente ficcionais?

ES: Eu me tornei uma leitora fanática, e antes da guerra eu odiava ler. Mas eu não tenho nenhuma inclinação para escrever mais. Entretanto, eu tenho uma enorme correspondência com amigos e fãs em todo o mundo.

5- A Sra acha que a prática da escrita de suas vivências traumáticas, a elaboração dos fatos através das autobiografias, funcionou como recurso terapêutico para uma possível superação das memórias da violência?

ES: Eu acho que, em geral, falar sobre problemas ou experiências de todos os tipos é muito importante para digerir as coisas que aconteceram com você ou o que está incomodando e causando problemas. Quando eu dou palestras nos EUA, eu sempre recebo essas perguntas: Você fez terapia depois da guerra? Não, é claro que não era uma opção na Europa na década de 1940, mas eu sei agora que se eu tivesse tido ajuda, eu não teria levado 40 anos para aceitar o meu sofrimento.

6- Em seu primeiro livro, você dedica dois capítulos à escrita de sua mãe, e ainda um *post scriptum*. Então, eu gostaria de saber por que você incluiu esses textos em sua autobiografia? Foi uma forma de dar voz à Mutti?

ES: Claro que a história da minha mãe era uma parte importante da minha história também, porque se ela não tivesse sobrevivido, eu certamente não teria conseguido. Então, quando meu editor leu o livro, ele sugeriu que minha mãe escrevesse suas próprias experiências que eram, naturalmente, ainda mais detalhadas. Então, eu escrevi.

